



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XII Legislatura

Número: 25

I Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 20 de maio de 2021

Presidente: *Deputado Luís Garcia*

Secretários: *Deputados Marco Costa e Tiago Branco*

SUMÁRIO

Após a chamada dos/as Srs./as Deputados/as, procedeu-se à apresentação de votos, sendo que o primeiro, da autoria do PS, foi de [Congratulação ao Clube Desportivo St^a. Clara pelo desempenho na 1.^a Liga na presente época](#), saudando todos os que, a qualquer título, contribuem para o sucesso do clube.

Usaram da palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro (*PS*), a quem couve a apresentação do Voto, bem como os Srs. Deputados Joaquim Machado (*PSD*), Nuno Barata (*IL*), Rui Martins (*CDS/PP*) e Carlos Furtado (*CH*). O Voto acima referido foi aprovado por unanimidade.

Seguiu-se, também da iniciativa do PS, um Voto de Congratulação ao [Clube Desportivo Escolar das Flores pela conquista do campeonato regional de voleibol na categoria de iniciados masculinos](#).

Sobre o assunto, intervieram, para além do Sr. Deputado José Gabriel Eduardo (*PS*), responsável pela sua apresentação, os Srs. Deputados Gustavo Alves (*PPM*), Bruno Belo (*PSD*) e Pedro Pinto (*CDS/PP*). O Voto em apreço foi aprovado por unanimidade.

Na continuidade, também uma iniciativa do PS, foi presente um [Voto de Pesar pelo falecimento do Padre José Alvernaz Escobar](#). Usou da palavra a Sra. Deputada Ana Luis (*PS*) para o apresentar, a que se seguiram os Srs. Deputados

Carlos Ferreira (*PSD*) e Rui Martins (*CDS/PP*). O Voto em apreço foi aprovado por unanimidade.

No período dedicado às **Declarações Políticas**, interveio na tribuna o Sr. [Deputado António Lima \(BE\)](#), tendo essa mesma intervenção despoletado outras da parte dos Srs. Deputados Francisco César (*PS*), António Vasco Viveiros (*PSD*), Paulo Estêvão (*PPM*), Catarina Cabeceiras (*CDS/PP*), Pedro do Nascimento Cabral (*PSD*) e José Pacheco (*CH*), bem como do Sr. Secretário Regional dos Transportes, Turismo e Energia (*Mota Borges*).

Igualmente para uma intervenção de tribuna e ainda no âmbito das Declarações Políticas, interveio o [Sr. Deputado Paulo Estêvão \(PPM\)](#), tendo despoletado posicionamentos dos seguintes Sras. e Srs. Deputados:

Francisco César (*PS*), Catarina Cabeceiras (*CDS/PP*), António Lima (*BE*), Pedro do Nascimento Cabral (*PSD*), José Pacheco (*CH*), bem como do Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*).

Passando para a agenda de trabalhos, o Sr. Deputado Pedro Neves (*PAN*) fez a apresentação em Plenário do [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 13/XII – “Criação da Figura do Provedor Regional do Animal”](#), ao qual seguiram-se no debate, os Srs. Deputados Paulo Estêvão (*PPM*), Alexandra Manes (*BE*), José Contente (*PS*), Rui Martins (*CDS/PP*), Carlos Ferreira (*PSD*), José Pacheco (*CH*), Carlos Furtado (*CH*), Nuno Barata (*IL*), Vasco Cordeiro (*PS*), Bárbara Chaves (*PS*), Ana Luís (*PS*), António Lima (*BE*) e, ainda, o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*).

Em votação final global, foi este Projeto de Decreto Legislativo Regional aprovado por unanimidade.

Após a votação proferiram, ainda, declarações de voto as Sras. e Srs. Deputados Alexandra Manes (*BE*), Carlos Ferreira (*PSD*), Pedro Neves (*PAN*), Nuno Barata (*IL*), Rui Martins (*CDS-PP*), José Contente (*PS*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

Para apresentar em Plenário o [Projeto de Resolução n.º 8/XII](#) – “Recomenda ao Governo Regional a implementação de medidas de apoio às famílias”, usou da palavra pelo Grupo Parlamentar do PS, na qualidade de proponente, a Sra. Deputada Maria Isabel Teixeira (*PS*). Sobre este assunto durante o debate, usaram da palavra os/as seguintes Sras. e Srs. Deputados:

Vânia Ferreira (*PSD*), António Lima (*BE*), Catarina Cabeceiras (*CDS/PP*), Andreia Costa (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*) e também o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*).

O Projeto de Resolução em apreciação foi aprovado por unanimidade.

Por último, foi presente a discussão e votação o **ponto 10** da agenda - [Projeto de Resolução n.º 28/XII – “Auditoria do Tribunal de Contas ao Grupo SATA”](#), da iniciativa dos Grupos Parlamentares do PSD, CDS/PP e PPM.

Sobre este ponto interveio o Sr. Deputado António Vasco Viveiros (*PSD*) para o apresentar, tendo-lhe sucedido os Srs. Deputados Francisco César (*PS*), Rui Martins (*CDS/PP*), Nuno Barata (*IL*), Paulo Estêvão (*PPM*), Carlos Furtado (*CH*), Pedro Neves (*PAN*) e António Lima (*BE*).

Submetido à votação, foi o Projeto de Resolução em apreciação aprovado por unanimidade.

Tendo-se atingido a hora regimental, os trabalhos terminaram às 20h03.

Presidente: Bom dia Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo. Vamos dar início à nossa reunião.

Tem a palavra o Sr. Secretário para fazer a chamada.

Eram 10 horas e 07 minutos.

Secretário: Muito bom dia.

(procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Srs. Deputados:)

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís
Andreia Martins Cardoso da Costa
Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves
Berto José Branco Messias
Célia Otelinda Borges Pereira
Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César
João Vasco Pereira da Costa
José António Vieira da Silva Contente
José Gabriel Freitas Eduardo
José Manuel Gregório de Ávila
Lubélio de Fraga Mendonça
Manuel José da Silva Ramos
Maria Isabel Góis Teixeira
Maria Valdemira Gouveia Andrade Carvalho
Marta Ávila de Matos
Miguel António Moniz da Costa
Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César
Rui Filipe Vieira Anjos
Rodolfo Paulo Silva Lourenço da Franca
Sandra Micaela Costa Dias Faria
Tiago Alexandre dos Santos Lopes
Tiago Dutra da Costa Rodrigues Branco
Vasco Ilídio Alves Cordeiro
Vilson Filipe da Costa Ponte Gomes

Partido Social Democrata (PSD)

Alberto Pacheco da **Ponte**
Ana da Ascensão Moniz Arruda **Quental**
António Vasco Vieira Neto de **Viveiros**
Bruno Filipe de Freitas **Belo**
Carlos Eduardo da Cunha **Freitas**
Carlos Manuel da Silveira **Ferreira**
Délia Maria **Melo**
Elisa Lima **Sousa**
João Luís **Bruto** da Costa Machado **da Costa**
José **Joaquim** Ferreira **Machado**
Flávio da Silva **Soares**
Luís Carlos Correia **Garcia**
Luís Carlos Cota **Soares**
Marco José Freitas da **Costa**
Paulo Alberto Bettencourt da **Silveira**
Paulo Duarte **Gomes**
Pedro Miguel de Medeiros **do Nascimento Cabral**
Rui Miguel Mendes **Espínola**
Sabrina Marília Coutinho **Furtado**
Vânia Marisa Borges Figueiredo **Ferreira**

Partido Popular (CDS/PP)

Catarina Oliveira **Cabeceiras**
Rui Miguel Oliveira **Martins**
CHEGA (CH)
Carlos Augusto Borges Rodrigues **Furtado**
José Eduardo Cunha **Pacheco**

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo **Lima**

Alexandra Patrícia Soares **Manes**

Partido Popular Monárquico (PPM)

Gustavo Valadão **Alves**

Iniciativa Liberal (IL)

Nuno Alberto **Barata** Almeida Sousa

Partido Pessoas-Animais-Natureza (PAN)

Pedro Miguel Vicente **Neves**

Presidente: Estão presentes 52 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

A nossa manhã está reservada ao Período de Tratamento de Assuntos Políticos.

Vamos iniciar com a apresentação e votação de votos.

Deram entrada 3 votos na Mesa, sendo que o primeiro é um Voto de Congratulação ao Clube Desportivo Santa Clara. É apresentado pelo Partido Socialista.

Para a sua apresentação tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A história já centenária do Clube Desportivo Santa Clara atingiu, ontem, dia 19 de maio de 2021, desportivamente, o seu ponto mais alto.

A expressiva vitória por 4-0 frente ao Sporting Clube Farense, permitiu que o Clube Desportivo Santa Clara terminasse o campeonato num inédito 6.º lugar e com a melhor pontuação de sempre: 46 pontos.

Este fantástico percurso dos “bravos açorianos” – epíteto recentemente colocado à equipa de futebol e que retrata fielmente o desempenho nas 4 linhas – fará com que na próxima época a bandeira dos Açores seja levada pela Europa, uma vez que o 6.º lugar alcançado dá direito à participação nas competições europeias.

O Clube Desportivo Santa Clara, que nasceu na doca de Ponta Delgada, conseguiu, ao longo do tempo, tornar-se uma referência no desporto.

A história começou de facto em Santa Clara, localidade emblemática de Ponta Delgada, mas extravasou fronteiras e tornou-se, há muito, um dos símbolos maiores do desporto açoriano e uma das bandeiras de uma Região.

São já 100 anos de conquistas e não apenas no desporto rei.

O futebol é, claramente, a modalidade em maior destaque ao longo destes cem anos de conquistas, mas a história não se resume ao futebol.

O Santa Clara é, inquestionavelmente, um clube com uma história gravada a letras douradas no desporto açoriano e nacional.

Corria o ano de 1923 quando o Clube conquistou o seu primeiro título: a famosa “Boneca”.

Na década de 30 do século passado, o palmarés desportivo do clube regista longos sucessos, iniciando a hegemonia no futebol micaelense com uma série vitoriosa de sete campeonatos seguidos de 1931 a 1937.

A par destas conquistas, a 3 de maio de 1935, o Clube Desportivo Santa Clara, faz a sua primeira digressão ao Continente Português, tornando-se assim o primeiro clube dos Açores a competir “fora de portas”.

Saltando no tempo, impõe-se registar outro grande momento do clube que foi a conquista da II Liga de Honra na época de 1998/1999 e, nessa época, a subida inédita à I Liga – patamar maior do futebol português.

É certo que a primeira experiência não correu como se pretendia, mas, pouco tempo depois, na época 2000/2001, o Clube Desportivo Santa Clara voltaria a enriquecer ainda mais o seu palmarés, ao conquistar o título de Campeão Nacional da II Liga e retoma à primeira liga, por mais duas épocas, 2001/2002 e 2002/2003.

Após uma demorada ausência entre os maiores do futebol português, o Santa Clara consegue finalmente, na época de 2018/2019, voltar ao seu lugar.

O lugar do Clube Desportivo Santa Clara, em honra dos seus fundadores e de todos aqueles que sentem e compreendem o “sentir Santa Clara”, é na 1.^a divisão.

E assim tem sido.

Passo a passo, o Clube está a consolidar-se entre os maiores.

À data de hoje, terminada que está a prova maior da época 2020-2021, o Clube Desportivo Santa Clara é a uma das melhores equipas portuguesas.

Este facto, achamos nós, enche todo o Povo Açoriano de um imenso orgulho.

De Santa Maria ao Corvo. Do Continente Português à Diáspora. Onde esteja um Açoriano, lá está aquele brilhozinho nos olhos ao ver um jogo do Santa Clara entre os maiores do futebol nacional. Não são só 11 jogadores que entram em campo a cada jogo! Aquela bandeira que cada um ostenta na respetiva camisola, nos relvados de norte a sul do País e que passará, na próxima época, a andar também pela Europa, é sinónimo do orgulho de um povo, espalhado pelos 4 cantos do mundo, que nasceu para vencer todo o tipo de dificuldades.

Que a bandeira dos Açores continue a voar alto. Sempre mais alto e com maior vigor!

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista dos Açores propõe o seguinte voto de congratulação:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária, aprova o presente voto de congratulação pelo desempenho do Clube Desportivo Santa Clara na 1.^a Liga na presente época, saudando a sua massa associativa, os seus adeptos, jogadores, dirigentes e todos os que, a qualquer título, contribuem para o sucesso do Santa Clara.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento aos órgãos dirigentes do Clube, à Associação de Futebol de Ponta Delgada, à Federação Portuguesa de Futebol e à Liga Portuguesa de Futebol Profissional.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

(*) Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente e Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

O PSD naturalmente associa-se a este Voto de Congratulação oportunamente apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, porque efetivamente ontem o Santa Clara, ao terminar a sua 6.^a participação na Liga de Futebol Profissional do nosso país, fê-lo com a melhor classificação de sempre e também com a pontuação mais elevada em todas as participações que o seu historial regista.

A essa circunstância, junta-se o acesso obtido com todo o mérito a uma competição europeia. No caso, a nova competição, denominada Liga da Conferência. E, portanto, são motivos suficientes para esta congratulação que – creio - o nosso Parlamento irá seguramente aprovar.

A ocasião também deve servir para realçar que, nesse feito, está envolvido o contributo de um jogador açoriano...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... por sinal da Graciosa, futebolisticamente conhecido como “Nené...”

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... o que também dá nota de que, havendo oportunidade, qualquer desportista açoriano, mesmo de uma ilha habitualmente dita *pequena*, tendo qualidades para isso, pode vingar e pode chegar a um ponto elevado numa competição tão exigente como é a 1ª Liga de Futebol Português. Esperamos que assim seja, augurando que a continuidade do atleta no plantel do Santa Clara possa também dar um contributo a uma equipa da nossa Região ao mais alto nível numa competição europeia.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Esta não é, todavia – e é bom lembrar – a primeira participação do Santa Clara numa competição internacional. Ela remonta a 2002, à então participação na Taça Intertoto. E, portanto, não querendo diminuir o feito e a festa que hoje se deve celebrar na sequência do resultado obtido pelo Santa Clara, também valerá, por respeito à história, contextualizar e não deixar de dizer que esta não é a primeira participação numa competição internacional.

É evidente que no texto de um voto de congratulação faz-se o enquadramento, e o Partido Socialista fê-lo, naquilo que é a história do clube, repetindo aquilo que havia escrito, dito e defendido num plenário passado, a propósito da celebração dum polémico centenário do Santa Clara porque, como na altura foi dito, os factos materiais e a documentação sobre a existência do Santa Clara não confirmam com rigor aquilo que alguns santa clarenses defendem e que por outros é contestado, sobre a data da fundação do clube.

Nós não nos colocamos nem num lado nem noutro. Mas já nessa ocasião, tive oportunidade de fazer um reparo quanto a uma expressão que o Partido Socialista agora volta a repetir, sobre a conquista de um primeiro título, que não é um título de S. Miguel – a chamada “boneca” – considerando que, só posteriormente a essa data (1923), é que foi fundada a Associação de Futebol de Ponta Delgada e, portanto, o título não podia ser nem oficial nem de ilha.

Isso não desmerece o feito do Santa Clara. Não desmerece o seu rico historial. Mas é apenas um reparo de natureza factual e que tem a ver com a história que já não é só a história do Santa Clara, mas é também a história do futebol em S. Miguel.

A circunstância deste Voto de Congratulação também nos deve convocar para um outro assunto que está relacionado com o feito do Santa Clara e que é a insuficiência e até algum *descuido* - permitam-me a expressão - que foi tido para com o Estádio de S. Miguel e que pode ensombrar esta festa do Santa Clara, que é de estarem reunidas as condições logísticas para a realização de jovens numa competição internacional. Porque, como todos nos lembramos, na época passada, com os atribulados efeitos da pandemia, não só o Santa Clara, por opção, mas também por obrigação, acabou por realizar alguns jogos fora, porque a Liga, a determinada altura, identificou o Estádio de S. Miguel, infelizmente, como um dos piores de toda a 1ª Liga e, portanto, sem os requisitos necessários para a realização de competições da 1ª Liga, obrigando à realização dum investimento muito rápido para suprir algumas dessas dificuldades. E foi também na presença desses factos que ainda no mês passado durante a discussão do Plano e Orçamento, foi feita uma proposta de alteração, aprovada por unanimidade, que inicia um processo de beneficiação daquele estádio que passará, entre outras coisas, pela substituição do relvado, para que efetivamente o estádio possa ter as condições que não só são necessárias, mas as desejadas para que o Santa Clara possa realmente desenvolver e continuar...

O Orador: ...na senda dos bons resultados que ontem registou.

Presidente: Sr. Deputado agradeço que termine.

Termino, Sr. Presidente, dizendo que o PSD associa-se a este Voto de Congratulação, com ele felicitando o Santa Clara pelo seu feito. Ao Santa Clara – dizemo-lo – na pessoa dos jogadores, primeiros obreiros deste feito, dos seus técnicos, dirigentes e, duma forma particular, ao Sr. Rui Cordeiro, anteontem reeleito Presidente do Clube.

Disse.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

De facto, o Clube Desportivo Santa Clara e o futebol açoriano estão de parabéns.

Só espero que a participação na Liga Europa não seja como a primeira participação em competições internacionais, de má memória, ou seja, a Taça Intertoto.

Seguindo um pouco o mote das palavras do Sr. Deputado Joaquim Machado, não é só o Estádio de S. Miguel que está em mau estado. Nem sei bem se compete ao Estado Região fazer esse investimento para uma equipa de futebol profissional inserida numa sociedade anónima desportiva de capitais... até chineses.

Há uma coisa que a Região tem que fazer e aí as políticas públicas não podem falhar; é que na ilha de S. Miguel existem 4 clubes com escalões e escolas de formação, que utilizam o mesmo campo de futebol, no mesmo espaço geográfico, durante 365 dias do ano, chegando ao ponto de fazer treinos em “bocadinhos” de ¼ de estádio de futebol, uma amostra de estádio de futebol. O

famigerado e saudoso Estádio Marquês Jácome Correia. E que fique aqui registado que não é por isso que se deixa de ter os resultados que se tem.

Mais uma vez fica aqui comprovado que não é preciso muitas infraestruturas.

O que é preciso é muito boa vontade, ao contrário daqueles que defendem que é preciso fazer infraestruturas quando não há vontade.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Rui Martins.

(*) **Deputado Rui Martins (CDS/PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Srs. Membros do Governo:

Talvez ainda inebriado pelo sucesso ontem alcançado, vou-me cingir ao sucesso do Santa Clara e à oportunidade que o Partido Socialista aproveitou, e bem, para fazer este Voto de Congratulação ao Clube Desportivo Santa Clara.

Efetivamente é um sucesso que nos deve orgulhar a todos porque, como foi dito e bem, a projeção da bandeira dos Açores pela Europa fora em palcos que, pela importância que o futebol a nível europeu tem e também a projeção a nível mundial, efetivamente vamos ver a bandeira dos Açores projetada pelos palcos da Europa e chegará certamente a milhões de pessoas.

É, por isso, motivo de orgulho para todos nós açorianos em qualquer ponto do planeta e, sem dúvida, o desporto açoriano está uma vez mais de parabéns por este sucesso, tal como tantos outros desportistas açorianos já nos deram estas alegrias em tantas outras modalidades que felizmente prosperam nos Açores.

Por isso, é com enorme alegria que em nome do CDS nos associamos a este Voto e saudamos os “bravos açorianos” por este sucesso. E este Voto de Congratulação é com certeza oportuno, vem no momento exato e à medida do feito alcançado ontem e certamente nos trará mais orgulho no futuro, quando esta competição se iniciar, esperamos nós, com público nos estádios para que possamos todos, em comunhão, viver essas alegrias.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado.

(*) **Deputado Carlos Furtado (CH):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Obviamente o CHEGA também se associa a este Voto de Congratulação apresentado pelo Partido Socialista, reconhecendo não só os méritos desportivos do Santa Clara, mas também tudo o que eles refletem, ou seja, a ambição e a vontade do povo açoriano.

Uma Região pequena e dispersa como a nossa que consegue gerir essa distância, no sentido de otimizar o que temos, promovendo-se neste caso a nível desportivo, mostra realmente de que é feito o povo açoriano e de que são feitas as nossas vontades. E, tal como já foi aqui dito, a nossa bandeira pode chegar mais longe, contando sempre com a boa vontade e com o gosto do nosso povo.

A nossa bandeira que tantas vezes sai da nossa área geográfica indo para outras paragens, nomeadamente para a América do Norte onde temos uma grande comunidade portuguesa que foi para lá para trabalhar. Também essa mesma comunidade, agora, o nosso povo açoriano, consegue noutros patamares, neste caso o desportivo, levar mais longe o nome da nossa Região.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Parecendo não haver mais inscrições, vamos passar à votação deste Voto de Congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Sr. Secretário faça o favor de anunciar a votação.

Secretário: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto é também de Congratulação e é também apresentado pelo Partido Socialista, ao Clube Desportivo Escolar das Flores, pela conquista do título de Campeão Regional em voleibol na categoria de iniciados masculinos.

Para a sua apresentação dou a palavra ao Sr. Deputado José Gabriel Eduardo.

Deputado José Gabriel Eduardo (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

No passado dia 1 de maio, o Clube Desportivo Escolar das Flores sagrou-se campeão regional de voleibol na categoria de iniciados masculinos.

Fundado a 19 de setembro de 1991, este Clube surgiu com o principal objetivo de oferecer uma prática desportiva organizada e competitiva mais diversificada do que até então existia na ilha das Flores, dando início à prática de diversas modalidades como o ténis de mesa, atletismo, patinagem, patinagem artística e voleibol, sendo nesta última que verificou uma evolução significativa envolvendo, desde há alguns anos a esta parte, cerca de 250 praticantes oriundos de toda a ilha e revelando um elevado nível de desenvolvimento qualitativo.

O Clube Desportivo Escolar tem tido um papel de grande relevância na promoção do desporto nos escalões de formação na ilha das Flores, com todos os impactos que esta atividade tem na formação pessoal e integração social dos nossos jovens, bem como na adoção de práticas de atividade física e promoção de saúde.

Em comunidades pequenas, como é a ilha das Flores, uma das ilhas menos populosas dos Açores, a prática desportiva foi e continua a ser um meio privilegiado de atratividade jovem, de agregação das várias faixas etárias, afirmando-se também como meio de envolvimento e integração social na

comunidade onde se insere, sendo de destacar o mérito, o empenho e a entrega dos responsáveis e dos atletas do Clube Desportivo Escolar, que nos mostram que a vontade e a dedicação persistentes podem elevar a ilha das Flores ao primeiro plano do panorama desportivo Regional.

Desde a sua origem, o Clube foi formado por docentes da então Escola Preparatória de Santa Cruz das Flores e resiste até hoje, cada vez mais sólido e competitivo, contando com os docentes da atual Escola Básica e Secundária das Flores, com atletas e ex-atletas que acumulam funções de direção, de técnicos, e com o apoio dos pais e encarregados de educação que, como demais coletividades da Ilha, combatendo as dificuldades com que se deparam diariamente têm conseguido desenvolver projetos de forma estruturada e sustentada, pautando a sua atuação pelo rigor, competência e a dedicação à formação dos atletas florentinos.

E este é, sem dúvida, um mérito do Clube Desportivo Escolar das Flores, que fruto do trabalho desenvolvido ao longo dos anos, do empenho e dedicação de todos os seus atletas, técnicos, e docentes envolvidos, que o clube está, uma vez mais, a festejar e a elevar o nome da Ilha das Flores a um patamar de excelência regional, fator de orgulho para todos os Florentinos e Açorianos.

Assim ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe à Assembleia Legislativa Região Autónoma dos Açores, a aprovação deste voto de congratulação pela conquista do campeonato regional de voleibol na categoria de iniciados masculinos, pelo Clube Desportivo Escolar das Flores.

Do presente voto de congratulação seja dado conhecimento à Direção do Clube Desportivo Escolar das Flores e demais órgãos sociais e colaboradores, aos atletas, ao Conselho Executivo da Escola Básica e Secundária das Flores, bem como às Câmaras e Assembleias Municipais de Santa Cruz e das Lajes das Flores e ao Conselho de Ilha das Flores.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Está à discussão este Voto de Congratulação.

Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Belo.

(*) **Deputado Bruno Belo (PSD):** Muito obrigado.

S. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É com orgulho que o PSD se associa a este Voto.

O Clube Desportivo Escolar das Flores já foi, por diversas vezes, alvo de votos de congratulação nesta Assembleia, pelos feitos que tem conseguido e, sobretudo, pelo impacto positivo que tem no aspeto social e desportivo daquela comunidade.

É sem dúvida um processo de integração para todos aqueles que praticam desporto. E aquele clube não é só um clube. É também uma família onde se partilham valores superiores que extravasam o âmbito desportivo.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto.

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O CDS associa-se obviamente a este Voto de Congratulação pelo feito alcançado pelos atletas e por toda a equipa técnica, mas sobretudo, pelo exemplo que dão aos escalões de formação.

O que fica para a vida é exatamente isto: a formação que recebemos enquanto jovens. E na formação desportiva incutem-se valores de sã convivência, de espírito de competição, mas no respeito pelos outros.

Portanto, obviamente que nos associamos e parabéns ao Clube Desportivo Escolar das Flores.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Gustavo Alves.

(*) **Deputado Gustavo Alves (PPM):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Associámo-nos a este Voto de Congratulação do PS, pelo Clube Desportivo Escolar das Flores, do qual fiz parte integrante como atleta.

Os resultados obtidos só são possíveis, graças ao grande esforço dos atletas, mas ainda mais dos dirigentes e treinadores.

O PPM deseja uma boa continuação do excelente trabalho desportivo, com todo o empenho e exemplo demonstrados.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Parecendo não haver, vamos passar à votação deste Voto de Congratulação.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto é de pesar, pelo falecimento do Padre José Alvernaz Pereira Escobar.

É apresentado pelo Partido Socialista. E tem a palavra para a sua apresentação a Sra. Deputada Ana Luis.

Deputada Ana Luís (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Pesar

Faleceu no passado dia 17 de abril o Padre José Alvernaz Pereira Escobar, com 80 anos de idade.

O Padre Alvernaz, como era por todos conhecido, será sempre identificado como o Pároco da freguesia do Salão, freguesia que o viu nascer, onde fez a instrução primária e de onde partiu, com apenas 12 anos de idade, rumo ao Seminário de Angra para prosseguir os seus estudos.

Foi ordenado em maio de 1965, tendo estagiado na Sé de Angra durante um ano, de onde seguiu para S. Miguel onde parouquiou em algumas freguesias do concelho da Ribeira Grande.

Mais tarde, foi convidado para secretário particular do então, Bispo D. Manuel Afonso de Carvalho, tendo exercido estas funções por 5 anos.

O apego à família e à ilha que o viu nascer, ditam o seu regresso à ilha do Faial e à sua freguesia-natal, agora como padre na paróquia de Nossa Senhora do Socorro, no ano de 1975.

Foi ainda pároco da freguesia dos Cedros, professor de Educação Moral e Religiosa Católica e responsável pela Pastoral Juvenil da Horta.

A sua disponibilidade, amabilidade e simplicidade foram características que o acompanharam nos 56 anos que dedicou à vida sacerdotal e reconhecidas por todos os que privaram com o Padre Alvernaz.

Foi o rosto mais visível da reconstrução da Igreja do Salão, totalmente destruída pelo terramoto de 1998, que assolou a ilha do Faial, mas, como sempre o afirmou, considerava-se apenas mais um, dos muitos – paroquianos, emigrantes

e entidades públicas, que trabalharam e contribuíram para a concretização deste sonho. E foi audaz ao aceitar a complexidade arquitetónica da nova Igreja, contribuindo, também por esta via, para a construção de um marco físico e simbólico na freguesia do Salão.

Mais do que os aspetos arquitetónicos, valorizava a simbologia deste projeto, como o próprio referiu em entrevista ao semanário do Faial, Tribuna das Ilhas, cerca de 15 dias antes de falecer: “Esta tenda é um símbolo importante e a Igreja do Salão representa-a, simbolizando não apenas a presença de Deus no meio do Seu povo, mas também o facto de estarmos neste mundo de passagem, a caminho da Terra Prometida”. Parecia um sinal.

Assim, nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprove um Voto de Pesar pelo falecimento do Padre José Alvernaz Pereira Escobar.

Do presente voto deve ser dado conhecimento à sua família, à Junta de Freguesia do Salão, à Ouvidoria da Horta e à Diocese de Angra.

Presidente: Obrigado Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições?

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Ferreira.

(*) **Deputado Carlos Ferreira (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD associa-se naturalmente ao Voto de Pesar apresentado pelo Partido Socialista, pelo falecimento do Padre José Alvernaz Pereira Escobar. E pretende, desta forma, reconhecer também o seu percurso de vida e o exemplo que nos deu, bem como a sua dedicação à vida sacerdotal, à nossa terra e à nossa comunidade.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Rui Martins.

***Deputado Rui Martins (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente a este Voto de Pesar pelo falecimento do Padre Alvernaz, gostaríamos de destacar a importância que ele teve na dinamização do culto no Faial, pela sua dedicação à vida sacerdotal e aos seus paroquianos. E é com pesar que o vemos partir. Associamo-nos, por isso, a este Voto aqui apresentado pelo Partido Socialista.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Não havendo, vamos passar à votação deste Voto de Pesar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Voto de Pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Muito obrigado.

Encerramos, assim, a apresentação e votação de votos.

Vamos dar continuidade às declarações políticas.

É agora a vez do Bloco de Esquerda fazer a sua declaração política. Para tal, dou a palavra ao Sr. Deputado António Lima.

Deputado António Lima (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Vive-se hoje no continente português um clima de euforia nos sectores económicos ligados ao turismo, pelo facto das condições sanitárias felizmente

permitirem a chegada a Portugal de milhares de turistas, principalmente britânicos.

Desejamos que esta boa nova se mantenha e desenvolva para a Madeira e Açores, pois isso representaria o ressurgir de um sector importante da nossa economia e o crescimento do emprego perdido devido à pandemia.

Como sempre defendemos, o turismo tem hoje e deverá ter no futuro, papel como um vetor importante da nossa economia.

Mas este vetor não só pode, mas tem de ser um sector que tenha a sustentabilidade como pedra central.

Quando em 2010 o Governo Regional do Partido Socialista propôs a este Parlamento a suspensão parcial do Plano de Ordenamento Turístico da RAA, fê-lo usando para esse desiderato justificações plausíveis à época, mas que de facto, como provam estes últimos onze anos, tiveram como verdadeira intenção introduzir uma lei da selva na construção imobiliária neste sector.

O tempo provou que o anterior governo não queria estar sujeito a uma lei que ordenava e planeava a ocupação do território.

A mesma linha de atuação segue e aprofunda este governo atual, utilizando até à exaustão a via aberta pelos seus antecessores.

Desculpando-se dia sim dia não por ainda não ter tido tempo para resolver problemas centrais da Região, encontra sempre tempo para despachar autorizações para a construção de novos hotéis.

Em seis meses de governação já aprovou mais 1.000 novas camas.

Nalguns pontos da costa norte de S. Miguel já existem petições a dizer basta a este ataque ao território e ao ambiente, como existiram no passado contra outros atentados que se preparavam para a costa sul.

Estes projetos, alguns de envergadura inusitada, têm não só autorização de construção, mas também saem bem nutridos com um belo cheque de apoios públicos.

Quando é que acaba este regabofe que só serve para destruir o nosso património ambiental?

Esta anarquia organizada, que pretende dar uma ideia de desenvolvimento, de crescimento e de eficácia serve esconder que este governo só apoia os sectores económicos de baixo perfil.

Está anunciado o desastre em matéria de ordenamento do território, com a fanfarra a animar a festa do PSD, CDS e PPM acompanhados pelo CHEGA e Iniciativa liberal.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Nisso o Bloco de Esquerda é muito experiente!

O Orador: Os açorianos e açorianas que ouvem juras ao turismo de natureza e sustentável, terão como herança os elefantes brancos que normalmente são deixados por aqueles que defendem que a livre iniciativa não pode ter limites e que a natureza aguenta tudo.

Ainda assim tentam ensinar-nos, sem se rir, que isto não é ideologia.

Ligada ao turismo, deveria estar também uma política de transportes acertada, que não faça dos residentes os parentes pobres, por um lado, e que por outro preserve os meios estratégicos como é a SATA.

Neste capítulo, o que temos assistido é a uma trapalhada nos documentos escritos e nas intervenções públicas do governo que revela incapacidade para encontrar um caminho coerente.

Em meados de abril, ficámos a saber pelos jornais e restante comunicação social que o Vice-Presidente do Governo tinha imposto a suspensão da discussão da proposta de obrigações de serviço público inter-ilhas, desenvolvida pelo diretor regional dos transportes sob a orientação do secretário da tutela

Não cabe ao Bloco de Esquerda preocupar-se com a solidez e saúde da coligação ou com a organização do governo e muito menos tratar de arranjar qualquer terapia para as suas desavenças.

Mas preocupa-nos que questões vitais para a mobilidade dos açorianos e açorianas sejam tratadas desta forma. É sinal de pouco profissionalismo e de guerras entre poderes. Poderes estes que se sobrepõem ao interesse público.

Ainda nos transportes, mas agora nas ligações ao exterior, exige-se da parte do Secretário da tutela explicações sobre as matérias que, segundo anunciou, deveriam ter tido a sua negociação com o Governo da República concluída em abril.

Refiro-me concretamente ao problema das rotas para o Pico, Faial e Santa Maria, rotas essenciais de serviço público

Sabemos que estas rotas têm de ter a devida compensação à SATA. Resta saber o que disse o Governo da República sobre este assunto.

Outras questões ligadas ainda aos transportes exigem também uma resposta clara.

No que respeita às obrigações de serviço público de carga aérea entre a Região e o continente, não se conhecem quaisquer diligências públicas por parte deste governo.

Todos sabemos que a lei diz que esta é uma responsabilidade do Governo da República. Mas a pergunta que se coloca é: o que fez o governo regional sobre esta matéria tão importante para a nossa economia?

É igualmente importante saber o que pensa o governo sobre os encaminhamentos.

Vamos continuar, quando a economia abrir e o turismo voltar a ter filas de residentes para apanhar o avião, andando estes cheios de encaminhamentos gratuitos? Ou será que as críticas passadas dos atuais partidos do governo à falta de lugares na SATA eram apenas oportunismo político?

Continuaremos a ter distribuição de turistas pela SATA a preços de saldo, continuando o afundar da SATA enquanto o sector do turismo prospera?

Um governo que faz da transparência e clareza as suas grandes bandeiras não pode deixar o Parlamento completamente às escuras sobre estas matérias.

Acresce a isso que a menos de 10 dias da entrada em vigor em vigor da nova tarifa a 60 euros, agências de viagem e a própria SATA, isto é, os intervenientes para a concretização desta medida, nada sabem como ela se vai processar.

Podemos ainda concluir que nas negociações para as novas obrigações de serviço público inter-ilhas não foi contemplada esta alteração de preços.

Se assim foi é mais uma acha para a fogueira da SATA agora ateadada por este Governo.

Será que o governo regional tem alguma explicação para estas muitas trapalhadas que esta intervenção colocou a claro?

Com estas interrogações só queremos ajudar o governo a cumprir o princípio da transparência que insistentemente reafirma.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Este governo quer deixar andar ao sabor dos ventos o crescimento imobiliário ligado ao setor do turismo, para que cresça exponencialmente, sabendo que isso destruirá o que torna os Açores únicos.

E ao mesmo tempo deixa os transportes ao sabor dos conflitos dos poderes internos que impedem qualquer política consistente na área.

Assim, e com este governo, no fim, perdem os Açores.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições para a participação no debate sobre esta declaração política.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Transportes, Turismo e Energia.

(*) **Secretário Regional dos Transportes, Turismo e Energia** (*Mário Mota Borges*):

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Dando uma resposta rápida às questões que consegui apanhar do Sr. Deputado António Lima, e conforme já tinha transmitido aqui nesta Câmara, nós temos feito a apreciação dos projetos que têm sido submetidos, em termos de unidades hoteleiras, à Direção Regional do Turismo, nos termos da suspensão do POTRAA que estão em vigor.

Foi também transmitido aqui que o POTRAA será reanalisado e trazido a esta Casa para proposta de aprovação no estado em que está ou no estado alterado que acharmos que necessita ser sujeito.

Relativamente aos encaminhamentos, posso transmitir-lhe que nós iremos fazer as alterações necessárias, para que os mesmos se mantenham, mas apenas naquilo que é o estritamente necessário, evitando que sejam preenchidos por pessoas que viagem, de uma ilha para outra, apenas para conseguir o voo mais barato. Os encaminhamentos não servem para isso, servem para outra coisa. Por isso, terão o ajuste correspondente a essa mudança de visão.

Relativamente à tarifa de 60 euros e à questão das OSP's inter-ilhas, são assuntos que estamos a tratar de forma separada, de modo que dentro de muito pouco tempo existirão novidades sobre essa tarifa Açores. Foi anunciada uma data nesta Câmara no último plenário, essa data mantém-se. E, portanto, dentro de muito pouco tempo será feita uma comunicação relativamente a esse assunto.

Em relação às OSP inter-ilhas, também dentro de pouco tempo irão saber o que é que está decidido. E, portanto, a comunicação será feita em menos de 15 dias.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Obrigado Sr. Secretário.

Continuam abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco César do Partido Socialista.

(*) **Deputado Francisco César (PS)**: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Foi em boa hora que o Bloco de Esquerda trouxe...

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Agora não vale!

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: ... uma declaração política sobre o tema do Turismo e Transportes. Aliás, sobre o Turismo, nós temos assistido no continente, tal como já foi referido, a uma aposta muito forte do governo português em atrair fluxos de turistas para o nosso país, por forma a que as empresas severamente afetadas pela pandemia pudessem ter algum rendimento e algum fruto do seu trabalho. E com isso pretende-se tentar estancar o aumento do desemprego e da diminuição dos rendimentos.

Há no continente português uma política efetiva de captação de fluxos turísticos. E de dar alguma possibilidade aos agentes turísticos de perceberem o que o futuro lhes reserva em termos de economia.

Nos Açores, aquilo a que nós assistimos neste plenário é a uma caricatura do que os agentes do turismo têm sentido aqui.

O Governo andou à procura do Secretário Regional do Turismo, para que ele pudesse responder à interpelação que foi aqui feita. Acontece exatamente o mesmo com os agentes do setor turístico nos Açores. Andam à procura do Secretário Regional do Turismo, para que ele lhes possa dar respostas àquilo que o futuro lhes reserva. E isto, Sr. Secretário é muito, muito grave na situação em que nós estamos.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): O Sr. Secretário já falou!

O Orador: Nós estamos numa situação em que os agentes do setor não sabem o que o verão que agora começa lhes reserva.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): O senhor devia ter-se inscrito antes!

O Orador: Não sabem ao certo se as operações turísticas que vêm para a Região são para manter ou se vão ser aumentadas.

Sabem apenas que são manifestamente insuficientes.

Não sabem qual a estratégia e a visão que a Região tem para o seu setor do turismo e aquela que vai desenvolver em termos de promoção.

Sabem apenas que o que está a ser feito, não está a ser feito pelo Governo. Está apenas a ser feito, sim, por uma agência externa – a ATA – que tem-se esforçado com todas as forças que tem para conseguir dar algum rumo ao setor do turismo.

Não sabem também o que é que nós temos para vender.

Nós temos para vender uma Região segura. Uma Região que, em termos sanitários, dá confiança aos que cá vêm. Uma Região que não é massificada. E aí também, o que nós conhecemos do Governo é um silêncio absoluto.

Mas se nós associarmos isso ao caos que está a ser a visão do Governo em termos de política de transportes, verificamos que todos os fatores se conjugam para nós virmos a ter um grande problema no futuro.

Do ponto de vista dos concursos e das relações com o Governo da República pouco se sabe.

Pouco se sabe se a aposta é em 5 *gateways*, ou em 3 *gateways*; se vamos ter obrigações de serviço público notificadas; se vamos sequer manter o mesmo tipo de obrigações de serviço público; ou se, no futuro, as companhias *low cost* vão continuar a voar para a ilha Terceira, por exemplo.

Isso está garantido Sr. Secretário?

Há diligências feitas pela parte do seu Governo neste âmbito?

Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*):

Isso é um assunto bom!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Então porque não fez a pergunta antes?

O Orador: Poucas coisas se sabem em relação às novas obrigações de serviço público inter-ilhas.

Os senhores anunciam uma tarifa que com certeza estudaram; que tem regras para residentes, mas que ainda ninguém conhece regras para os não residentes.

Quanto é que os turistas vão pagar inter-ilhas?

Como irão funcionar os encaminhamentos?

Quais serão as regras concretas das tarifas a 60 euros para os residentes?

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Muito bem!

O Orador: Sr. Secretário, falta menos de 1 mês!

Os agentes do setor não estão habituados nem se preparam em cerca de 15 dias, para poder vender tarifas para daqui a 1, 2 ou 3 meses!

As regras são feitas – e quem está no setor sabe muito bem! – e preparadas com a devida antecedência, para que se possa promover junto dos mercados e junto dos açorianos os pacotes turísticos, sabendo e pesando o custo da tarifa aérea.

Aquilo que nós sabemos em relação à política de turismo e de transportes nos Açores é que... pouco sabemos sobre o que é que o Governo quer!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Muito bem!

O Orador: Aliás, aquilo que nós sabemos sobre o que o Secretário quer dizer a esta Câmara e aos açorianos, é que o senhor está pouco disponível para prestar esclarecimentos!

Deputados Tiago Lopes e João Vasco Costa (PS): Muito bem! Muito bem!

O Orador: Já não basta recusar-se a ir à Comissão, como quando aqui está, não quer responder **ou pior**, não consegue responder às perguntas que nós lhe fazemos, que mais não são do que as perguntas que os responsáveis pelos setores, os trabalhadores do setor, os turistas que querem cá vir, e todos aqueles que estão envolvidos no setor turístico, querem fazer!

Presidente: Sr. Deputado agradeço que termine.

O Orador: Sr. Secretário, dê respostas à Região, porque nós precisamos disto como *de pão pra boca!*

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a agora a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros do PSD.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A declaração política do Bloco de Esquerda tem fundamentalmente duas componentes: a do turismo, quer na parte urbanística – aquilo que são os novos hotéis e novas construções – quer no plano de ordenamento turístico; e tem a componente dos transportes.

Relativamente à primeira parte, é importante que se diga que todos os Grupos e Representações Parlamentares e o Governo reconhecem a necessidade de planeamento, do ponto de vista das construções futuras em termos de turismo. Mas todos nós reconhecemos também que, perante os investidores, tem que haver estabilidade nas políticas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E relativamente às iniciativas que foram recentemente aprovadas, todos nós sabemos que são processos, da parte de quem promove esses investimentos, dilatados no tempo e que não podem contar com determinadas prerrogativas e determinados normativos que depois, em cima da hora, são alterados.

Portanto, estamos todos de acordo de que é preciso necessariamente planeamento e ordenamento do território. Aliás, para a própria sustentabilidade do que é oferta turística dos Açores, mas é preciso estabilidade.

Aquilo que esperamos – o Governo já o afirmou – é que até ao final do ano, o plano estará revisto e será presente ao Parlamento. E cada um, e a maioria, tomará as posições consentâneas com a sua ideologia e os objetivos em termos de governação, reconhecendo naturalmente que o turismo será no futuro, infelizmente por ventura, a única forma de crescimento económico sustentado da Região, porque apesar de todas as iniciativas, o crescimento económico vai passar muito pelo turismo e todos nós sabemos isso.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Quanto à questão dos transportes, também penso que o Sr. Secretário explicou o essencial.

As obrigações de serviço público inter-ilhas estão em desenvolvimento e as obrigações de serviço público com as ligações ao continente estão também em alteração e em negociação com o Governo da República. De resto, isso já tinha sido afirmado aqui no plenário anterior.

Relativamente aos encaminhamentos, é bom que se diga, Sr. Deputado António Lima, que o que constava do caderno de encargos do anterior concurso público, é que havia cerca de 110 mil viagens que estavam incluídas naquilo que era a compensação de serviço público.

Portanto, não se pode falar em encaminhamentos gratuitos, porque o operador – neste caso, a SATA – que ganhou o concurso, era devidamente compensado nos termos do caderno de encargos.

Sobre a outra questão de que fala, e com a qual concordamos, é essencial que a SATA, nas novas obrigações de serviço público e, sobretudo na implementação da tarifa Açores, e com o expectável aumento da procura por residentes, possa

aumentar a sua capacidade, no sentido de dar resposta quer aos residentes quer a quem nos procura, não comprometendo a oferta turística das ilhas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: A questão essencial aqui também é reconhecer. E aí o Sr. Deputado Francisco César não tem qualquer legitimidade, porque parte das preocupações do Sr. Deputado António Lima baseiam-se exatamente no falhanço do passado relativamente a essas questões.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS/PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Baseiam-se no que foram os anos de 2017, 2018 e 2019, em que, por várias vezes em debates de urgência neste Parlamento, o Governo foi chamado à atenção para a incapacidade de marcação de viagens inter-ilhas, nos períodos mais importantes, comprometendo investimentos de muitos privados, sobretudo em ilhas mais pequenas, que tinham anulações de marcações de alojamento consecutivamente, por incapacidade da SATA.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS/PP, PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Berto Messias (PS): Os Açores bateram todos os records!

Deputado José Contente (PS): Três milhões de turistas!

O Orador: Aliás, eu recordo nessa matéria, uma proposta do Grupo Parlamentar do PSD, no sentido da SATA fretar mais 1 avião no período da época alta, a qual o Partido Socialista chumbou aliás, fez chacota dessa proposta, quando estava no próprio caderno de encargos em vigor. Ou seja, no

seu contrato de obrigações de serviço público, havendo esgotamento da sua oferta num período superior a 60 dias, a SATA tinha obrigação de contratação de aeronaves adicionais, sendo esse custo pago extra contrato. E isso não foi feito, prejudicando os operadores.

Portanto, o que o Sr. Deputado Francisco César diz ainda é mais grave, porque o atual contrato das obrigações de serviço público terminou em 2020.

Deputado Berto Messias (PS): Foi prorrogado! O senhor sabe!

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses):

Calma! Que desassossego!

O Orador: Portanto, quem tinha a obrigação de alterar as obrigações de serviço público era o anterior Governo. E não o atual Governo.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, CDS/PP, PPM e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Aquilo que seria a boa governação, era que o concurso fosse lançado ainda 4 ou 5 antes de setembro, apesar das incertezas que existiam, haveria sempre condições para isso.

Deputado Berto Messias (PS): Foi prorrogado! O senhor sabe!

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses):

Calma! Que desassossego!

O Orador: E em relação às obrigações de serviço público com o continente, nas ilhas que não têm o mercado liberalizado, o Governo também podia ter alterado essa questão. Mas este Governo já afirmou que está a trabalhar nessa matéria. O que temos que fazer é esperar que esses processos sejam concluídos o mais rapidamente possível e que haja estabilidade.

Presidente: Sr. Deputado, agradeço que termine.

O Orador: Já termino, Sr. Presidente.

Em matéria de promoção de turismo, O Sr. Deputado Francisco César, mais uma vez, fez demagogia!

Falou na estratégia do país para o turismo.

Bom, o país tem a facilidade – e bem! – de que a Espanha continua fechada e alguns países do sul da Europa também, relativamente ao mercado inglês e vai aproveitar essa oportunidade. Tal como os Açores vão aproveitar também.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS/PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Isso é transversal.

Em matéria de promoção, só quero recordar que o que foi transmitido pelo Sr. Secretário na aprovação do Orçamento, é que o contrato programa com a ATA – é um instrumento fundamental de promoção de turismo da Região – tem um valor que é superior ao dos últimos anos.

Por isso, eu não vejo onde é que está aqui a ausência de política e de interesse do Governo nessa matéria.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Pelo PPM tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, porque também vou fazer uma declaração política a seguir, apenas para dizer ao Sr. Deputado António Lima que incertezas existem em todo o mundo em relação ao turismo porque, como é evidente, a retoma deste setor depende muito do êxito que se tiver no combate à pandemia. Portanto, estas incertezas são próprias do tempo que estamos a enfrentar.

Depois, dizer também o seguinte, mais especificamente até ao Sr. Deputado Francisco César que disse que tinha muitas perguntas para fazer.

O que eu lhe pergunto, Sr. Deputado, é porque é que não fez as perguntas antes do Sr. Secretário falar, sabendo que ele não poderá usar da palavra depois de si?

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: E isso eu sei de cor, tal como V. Exa. que conhece bem o Regimento.

Mas gostaria ainda de dizer-lhe o seguinte: se tem tantas questões para colocar, porque é que o senhor não fez uma interpelação parlamentar ou um debate de urgência?!

Se são tantas as questões que tem para colocar, o senhor e o seu Grupo Parlamentar têm a capacidade de provocar interpelações parlamentares e debates de urgência.

E sobre as perguntas nada!

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): Não consegue.

É só blá, blá, bla, blá!

O Orador: Portanto, ao contrário do que diz V. Exa., o que não existe são as perguntas!

O problema não está nas respostas, mas sim nas perguntas que V. Exas. não fazem e têm oportunidade regimental de fazer!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS/PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Depois também há aqui outra questão muito importante: “promoção”! – diz V. Exa.

Quem é que abandonou a ATA?!

Não foram os Governos do Partido Socialista e o vosso partido que abandonaram a ATA?!

Não foram V. Exas. que o fizeram?!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Não senhor!

O contrato programa com a ATA mantém-se!

O Orador: Promoção?!

Quem é que tem a responsabilidade primeira nesta matéria?!

Quem é que desertou?!

Foram V. Exas! Não fomos nós!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS/PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Podem V. Exas. ter a certeza que o que **não vamos fazer** é arruinar a SATA, como V. Exas. arruinaram em nome dum projeto turístico que não resultou!!

O que ficámos foi sem turismo e com a SATA à beira da ruína!!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS/PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: E, finalmente, “certezas”, temos uma certeza: temos a certeza de que vamos ter uma tarifa de 60 euros, algo que V. Exas. não tiveram capacidade de fazer e que será um êxito (tenho a certeza!) tremendo a todos níveis, nomeadamente naquilo que significará a mobilidade de todos os açorianos. Isso os senhores não fizeram e nós estamos a fazer!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS/PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

O Sr. Deputado Francisco César pede a palavra para?

(* **Deputado Francisco César (PS):** Interpelação.

Presidente: Faça favor Sr. Deputado.

(* **Deputado Francisco César (PS):** Sr. Presidente, eu gostaria de lhe solicitar que fizesse distribuir a esta Câmara a minha intervenção no âmbito da discussão do Plano e Orçamento, onde foram colocadas mais de 35 perguntas ao Sr. Secretário e sobre as quais nós não tivemos uma única resposta.

Deputada Sandra Faria (PS): Muito bem!

Deputado João Vasco Costa (PS): Tal e qual!

Deputado Carlos Silva (PS): Verdade!

O Orador: Talvez por isto se perceba que eu não tenha feito apenas uma vez e que sejam reiteradas as perguntas que coloco ao Sr. Secretário!

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Está registada a sua interpelação.

Tem agora a palavra para participar no debate a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras pelo CDS/PP.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

No seguimento da interpelação do Sr. Deputado Francisco César, dizer que estamos aqui no âmbito duma declaração política e se existiam perguntas a colocar deveria ter-se inscrito antes do Sr. Secretário responder.

No que concerne ao Plano e Orçamento e às perguntas que o senhor diz que ficaram por responder, o que não é verdade...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Francisco César (PS): Porque é que o Governo não se inscreveu depois?

A Oradora: ... a verdade é que existem várias ferramentas regimentais que permitem pedir esclarecimentos ao Governo. E, como tal, isso não é argumento.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: É, é!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Berto Messias (PS): Oh, Sra. Deputada Catarina, esperamos isso do Sr. Deputado Paulo Estêvão, não de si!

A Oradora: E no âmbito da declaração política do Bloco de Esquerda, em que mencionou o oportunismo político dos partidos que agora estão noutra posição, queria dizer que continuamos a defender aquilo que sempre defendemos.

Deputado Francisco César (PS): O Sr. Secretário nem sequer foi à Comissão!

A Oradora: Que efetivamente é preciso ter um olhar atento ao setor do turismo que está a atravessar uma grande incerteza devido às contingências que estamos a viver.

Que continuamos a defender políticas que devem permitir o desenvolvimento de todas as ilhas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Que continuamos a defender que é preciso um olhar atento à ATA, para que esta permita a captação de fluxos turísticos que visem desenvolver todo o arquipélago.

Continuamos a defender que esta tarifa Açores deve promover o turismo interno, algo que o CDS sempre defendeu na nossa Região, tendo ficado provado na anterior Legislatura a importância que este (turismo interno) tem para o desenvolvimento dos Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Berto Messias (PS): Por isso mesmo batemos todos os recordes nos últimos quatro anos!

Deputado Francisco César (PS): Batemos todos os recordes nessa área nos últimos 4 anos!

A Oradora: Continuamos a defender que é preciso acautelar a disponibilidade de lugares, para que não vivamos situações calamitosas que vivíamos no passado, quando os açorianos queriam deslocar-se e não era possível, ou quando queriam visitar as nossas ilhas e tal não era possível.

É isso que continuamos a defender.

Deputado Francisco César (PS): Sabe que o turismo foi um sucesso?!

A Oradora: Como tal, a nossa posição mantém-se independentemente do lugar que possamos ocupar nesta Casa.

É isto que nós defendemos. É este o nosso propósito. É isso que vamos continuar a defender.

O Governo está a definir a estratégia para estes setores. E, como tal, aquilo que defendíamos no passado, é aquilo que continuamos a defender.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, CDS/PP, PPM e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Não havendo, dou a palavra ao Sr. Deputado António Lima para encerrar esta declaração política.

(* **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Começo naturalmente por agradecer todas as intervenções que se seguiram à declaração política do Bloco de Esquerda.

Começando pelo princípio e pela primeira parte, bem como pelas respostas que obtivemos no que diz respeito ao desenvolvimento, principalmente às questões urbanísticas ligadas ao turismo, eu julgo que não é preciso ser economista, falando apenas nas questões meramente de mercado, para perceber que quando se tem oferta que não tem procura, a solução não é aumentar a oferta, mas sim aumentar a procura.

O que o Governo está a fazer, do ponto de vista estritamente económico, é permitir que se aumente a oferta, quando não há procura. Bem, eu não preciso explicar qual é a consequência dessa receita: é um desastre.

Mas os Srs. Membros do Governo terão certamente os economistas que os estão a aconselhar. Só que não é preciso ser economista para perceber que essa receita já está falhada à partida.

Do ponto de vista urbanístico e da gestão do território, Sr. Secretário, o Bloco de Esquerda discorda de muitas das políticas que estão em vigor, nomeadamente da forma como foi construído o plano estratégico de marketing e de turismo que é mais um conjunto de boas intenções. A questão é mesmo essa, ou seja, na suspensão do POTRAA atual, está essa referência ao plano estratégico de marketing e de turismo e às orientações para a gestão do território numa resolução do Conselho do Governo.

Eu aconselho a ler esses documentos. É que esses projetos que o Governo está a aprovar, em nada se enquadram nestes documentos. Não têm nada a ver.

O problema é que o papel aceita tudo, Sr. Secretário, e como tal, os senhores colocam na resolução do Conselho do Governo que estão de acordo com esses documentos orientadores.

Sr. Secretário, deixe-me que lhe diga que não estão de acordo!

Um hotel na antiga fábrica da espadana, junto à Reserva Natural da Lagoa do Fogo, não está conforme com nenhum plano do ordenamento do território que esteja em vigor em nenhuma parte do mundo, Sr. Secretário, muito menos nos Açores!

É um desastre! É um disparate! E é um crime ambiental, o que os senhores estão a permitir que se faça na ilha de S. Miguel!

Isto tem que ser dito com todas as palavras, pois o que querem fazer é transformar os Açores numa espécie de *Benidorm ilhéu*. E isso para nós é inaceitável!

Relativamente aos transportes, eu fiquei na mesma sem perceber o que vai acontecer às obrigações do serviço público da Região para o continente. As rotas para o Faial, Pico e St^a. Maria, o que vai suceder a isso?

É que foi o Sr. Secretário que disse que em abril já haveria uma resposta. E hoje coloquei novamente esta questão, haveria uma resposta do Governo da República e o processo deveria estar fechado e... afinal não está.

O que vai acontecer é que ficamos novamente, e ficam as populações destas 3 ilhas, sem saber qual será o seu futuro no que diz respeito às ligações com o exterior.

Sobre a tarifa Açores temos o mesmo problema. A única coisa que sabemos é que vai entrar em vigor a 1 de junho. E sabemos também que nada tem a ver com obrigações de serviço público, o que é estranho, quando elas têm exatamente a ver com a deslocação dos açorianos nas suas ilhas. Uma tarifa que tem o objetivo de baixar os preços aos residentes, como é que não tem a ver com obrigações de serviço público?

Esta é uma interrogação que deixo, porque ainda não percebi e gostaria que me explicassem como é que isso vai ser implementado. Talvez o Governo ainda não tenha percebido e esse seja efetivamente o problema.

Uma última palavra sobre os encaminhamentos que têm naturalmente aspetos positivos, mas tiveram aspetos muito complicados e muito difíceis para muita gente que não conseguia viajar, para além de ter tido consequências negativas para a SATA.

É fundamental que eles não sirvam para ser mais uma espécie de subsídio encapotado à Ryanair e a outros que queiram operar nos Açores. Porque a SATA não serve para transportar clientes doutras companhias aéreas a custo zero. A SATA existe para servir os Açores. E espero eu, vamos ver o que vai suceder, que este Governo não faça exatamente o que era feito até aqui, arranjar

formas encapotadas de subsidiar a empresa Ryanair que, como sabemos, está a tentar...

Deputado Francisco César (PS): Essa parte é que está a estragar a intervenção. Isso não é verdade!

O Orador: ... que as empresas públicas de aviação, nomeadamente na Europa e em Portugal – a TAP e a SATA – vão à falência e desapareçam. É esse o objetivo.

Presidente: Sr. Deputado agradeço que termine.

O Orador: E um governo que se preze e queira defender os Açores não pode pactuar com situações dessas!

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

O Bloco de Esquerda esgotou o seu tempo para este período.

Vamos avançar para a próxima declaração política.

Tem a palavra para o efeito o Sr. Deputado Paulo Estêvão do PPM.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Srs. Membros do Governo:

Esta declaração política tem um título: preservar a unidade dos Açores. Tem um propósito: dar um contributo no âmbito da causa maior que é a preservação da unidade dos Açores, que o mesmo é dizer da nossa Autonomia.

Ao longo da nossa História, os Açores foram, quase sempre, uma designação geográfica e muito poucas vezes uma unidade política. Antes da unidade conseguida com a Autonomia, que data de 1976, o único precedente, que unificou a jurisdição administrativa, judicial e militar de todas as ilhas do arquipélago, foi a Capitania-Geral dos Açores, criada em 1766, com sede em Angra, que vigorou formalmente até 1832.

A Primeira Autonomia, a de 1895, que era apenas administrativa, não incluiu todas as ilhas dos Açores. O Pico, o Faial, as Flores e o Corvo não a integraram.

A nossa atual Autonomia, que é a primeira que é política e que contempla amplas margens de autogoverno, com jurisdição em todas as ilhas, é muito recente e precisa de tempo para se afirmar. Não pode ser traída. Temos de a defender todos os dias. Pelo que ela representa em termos de progresso, justiça e prosperidade para as populações das nossas ilhas. De todas as nossas ilhas.

Pelo que ela representa em termos de genuíno sentir coletivo. Da perceção que a maioria dos Açorianos, de todas as ilhas, partilham em relação ao facto de constituírem um único Povo, unido pela História e por fortes laços de solidariedade.

E quem aqui defende estes princípios é alguém que nasceu no Alentejo. Uma terra maravilhosa que amo, como se ama uma mãe. Mas vivi nos Açores metade da minha vida. Também me considero açoriano e tento retribuir, em todos os momentos da minha vida, o muito que devo ao Povo Açoriano. Devo aos Açores a oportunidade de aqui desenvolver a minha carreira de professor e a enorme honra de integrar este Parlamento. Esta vida não chega para pagar a gratidão que sinto.

Sou alentejano, como fazem questão de frisar muitos dos meus críticos. Sou e tenho muito orgulho nisso. Muito orgulho. Sou também açoriano e não deixo que ninguém me tire essa honra. Sou português e europeu. Sou cidadão do mundo.

Um dos dramas deste mundo é que alguns tenham a perceção que existem identidades que excluem outras. Que um muçulmano não pode ser europeu. Que alguém com ascendência africana não é um português de origem, isto quando algumas dinastias africanas governaram o território que hoje é Portugal muito antes de ele ter existido. A maior parte das vezes o preconceito é filho da ignorância.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Podem e devem existir identidades sobrepostas. O que não pode existir, o que não pode triunfar é a tribo dos que passam a vida a excluir os outros só porque estes não nasceram no lugar certo, não professam o credo certo ou não têm a cor certa.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Esta é uma batalha que deve ser travada. Os Açores são um lugar livre. Os Açores são a casa da liberdade. Todos os que vierem por bem são bem-vindos. Vou lutar por isso. Contra o preconceito. Contra a exclusão.

Meus senhores!

Acentua-se, nos dias de hoje, o discurso bairrista nos Açores. Existe quem queira dividir os açorianos, fomentando a inveja e o preconceito. Fomentando a divisão. Existem raízes profundas para isso. Existe um método que triunfou ao longo de grande parte da nossa História, da História dos Açores: dividir para reinar. Para subjugar. Para manter as hegemonias de sempre e as desigualdades que perduram.

Durante os séculos em que estivemos divididos, prosperaram e eternizaram-se, no poder das diversas ilhas, os senhores locais e a força do que foi, muitas vezes, um colonialismo igual a todos os outros.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Muito bem!

O Orador: A Autonomia, a unidade dos Açores, é o único instrumento eficaz para combater a força do centralismo e a prevalência das forças sociais e económicas que querem restaurar alguns dos instrumentos de domínio, hegemonia e exploração das velhas capitánias.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Estes velhos poderes, estas forças centrífugas, florescem sempre nas crises económicas e sociais, que se transformam depois em crises políticas. Este é o tempo de resistir a este tipo de discurso. Ao discurso bairrista. Contrapor a generosidade aos que pregam o egoísmo. O amor aos que pregam o ódio.

É tempo, nunca o deixou de ser, de defender os Açores unidos. A Autonomia dos Açores.

Vamos para as nossas escolas ensinar o que significou a Autonomia em termos de liberdade e progresso. Temos de transmitir a importância da unidade dos Açores. Uma unidade que nos protege da força esmagadora do centralismo e do localismo exacerbado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: No discurso público é tempo dos autonomistas cerrarem fileiras na defesa da unidade dos Açores e da nossa Autonomia.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Não existe unidade dos Açores sem a Autonomia e não existe Autonomia sem a unidade dos Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: É este o apelo. Vamos defender a unidade dos Açores contra os que a querem destruir. Temos, todos, de dar um passo em frente.

Viva os Açores!

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Muito bem, Sr. Deputado!

(*Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo*)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro do Nascimento Cabral.

(*) **Deputado Pedro do Nascimento Cabral** (*PSD*): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A declaração política do PPM feita pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão, deve encher-nos de orgulho, porque vem de alguém que, não nascido na Região Autónoma dos Açores, assumiu hoje, como tem sido nos últimos tempos, a coragem de afirmar *contra ventos e marés* a determinação de assumir a sua condição de açoriano.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Muito bem!

O Orador: Porque não é só açoriano aquele que nasceu nas nossas ilhas.

Ser açoriano é também aquele que decidiu e optou por viver aqui e enfrenta as circunstâncias de vivermos isolados a meio do Atlântico Norte, com todas as dificuldades e vicissitudes das nossas 9 ilhas espalhadas. E, por isso, Sr. Deputado Paulo Estêvão, o Grupo Parlamentar do PSD enaltece, uma vez mais, a sua frontalidade no desejo de assumir perante o Povo dos Açores uma unidade que tem que ser permanentemente recordada e imposta, para que haja efetivamente uma unidade do povo e do sentimento de ser e estar no meio do

Atlântico Norte, temperado por este mar salgado que banha as encostas das nossas ilhas.

Por isso, essencialmente por isso, o discurso de Autonomia tem que ser um discurso de permanente luta.

Ainda ontem fizemos neste plenário um exercício de autonomia, quando reconfirmámos um diploma perante o Representante da República.

Não hesitámos - os legítimos representantes do Povo dos Açores - em reconfirmar aquilo que foi o resultado duma votação unânime neste Parlamento.

Por isso, dando corpo e dando densidade ao sentir e à alma dos Açores, temos que enaltecer efetivamente esta declaração política do PPM e desejar que este seu desejo – Sr. Deputado Paulo Estêvão – se estenda, sem limites, a todos os cidadãos da nossa Região Autónoma.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado José Pacheco do CHEGA.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Muito obrigado Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:
Este nobre alentejano que termina uma intervenção dizendo “Viva os Açores”!
Isto sim é que é autonomia!

Alguém que vem viver para a nossa terra, que veste o *casaco* de ser açoriano, que sente o salgado deste mar e que não tem problemas em dizer “eu vim para cá trabalhar em prol desta autonomia. Eu vim para cá trabalhar para ser açoriano”.

Porque ser açoriano não é apenas nascer cá. É também viver as dificuldades que temos nestes 9 pedaços de terra. Uns maiores, outros mais pequenos.

Desde muito criança, pessoalmente, das coisas que mais me irritou ver nos Açores, até às vezes vemos com alguma graça, mas que em nada ajuda no nosso processo autonómico – e disse o Sr. Deputado Paulo Estêvão e muito bem! – é o bairrismo.

O bairrismo pode ser positivo, quando cada um de nós luta no seu espaço geográfico para que ele melhore.

O bairrismo nunca é bom para que o meu espaço melhore e o espaço do meu vizinho piore.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: A autonomia é a construção de todas as ilhas.

A autonomia é tratar igual o que é igual e desigual o que é igual.

É tratar com respeito todos.

Mas a autonomia é também ganhar o respeito dos centralistas que não hão de ser todos. Mas também afirmarmos que somos orgulhosamente portugueses.

Nós somos parte integrante de Portugal. E somos um espaço de construção da nossa nação e da nossa Pátria. Nunca tratar como um filho enjeitado ou como um enteado. Nós nunca seremos os enteados da nossa Pátria, da nossa Mãe Pátria que é Portugal.

É este sentido de autonomia que nós devemos ter.

Sim, respeito pela minha terra, respeito de quem está na nação. Jamais tratando desigual e menores uns.

Parabéns, Sr. Deputado, pelo exemplo que deu aqui.

Para ser açoriano não basta nascer nos Açores. É preciso viver, é preciso construir. E é para isto que eu desafio todos os açorianos. Na 2ª feira vamos comemorar o Dia dos (nossos) Açores. E carinhosamente até chamamos o *Dia*

da Pombinha, em honra do Divino Espírito Santo. Aquilo que une as nossas 9 ilhas.

Que assim seja! E que haja este respeito e este exemplo de que nós não nascemos apenas nos Açores, mas construímos os nossos Açores!

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Queria primeiramente felicitar o Deputado Paulo Estêvão por esta declaração política.

Sem dúvida que ser açoriano é viver os Açores. E o Deputado Paulo Estêvão é um alentejano/açoriano que muito tem defendido a nossa Região nas funções que desempenha neste Parlamento e, como tal, é preciso reconhecer todo este trabalho e o empenho naquilo que têm sido as suas causas, para melhorar a vida dos açorianos. E queria felicitá-lo também por isso.

Trouxe o Sr. Deputado aqui uma temática sempre muito importante e imprescindível nos dias de hoje que é realmente a união da nossa Região. E, sem dúvida, esta união é que irá permitir um desenvolvimento harmonioso dos nossos Açores; irá permitir que todos percebamos que, só juntos, é que podemos ir mais além. E, como tal, fomentar o bairrismo, nada nos trará nada de bom nem será benéfico em nada para o desenvolvimento dos Açores, para que todos tenhamos um sentimento de Açores e de Região que é preciso para levarmos adiante e defendermos os Açores. E para defender também a nossa

Região do centralismo que existe e que muitas vezes nos quer fazer esquecer da nossa autonomia e da sua importância. Esta unidade da nossa Região é fundamental nos dias de hoje.

Como tal, e termino, queria felicitar o Deputado Paulo Estêvão por trazer esta temática, porque todos temos um papel fundamental para colmatar o bairrismo que muitas vezes se sente...

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Muito bem!

A Oradora: ...que muitas vezes é transmitido através de declarações nas redes sociais e nos jornais.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): E não só!

A Oradora: A verdade é que temos sentido isso nos últimos tempos. E todos nós temos um papel fundamental para colmatar esse bairrismo, para manter e intensificar a unidade da nossa Região.

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

Tem a palavra o Vice-Presidente do Governo.

Deputado João Vasco Costa (PS): Vai ser com sotaque micaelense agora!

(*) Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Paulo Estêvão: Queria, em primeiro lugar, manifestar-lhe, em nome pessoal e do Governo, toda a solidariedade pelos ataques vis de que tem sido vítima e a sua família. E fica aqui esta solidariedade que tenho que lhe demonstrar, porque não é admissível numa sociedade democrática, coesa, homogénea, defensora da liberdade,

mesmo do direito de expressão e de opinião, nunca é admissível a ofensa pessoa e familiar.

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Muito bem!

O Orador: Nunca é admissível insultar a família de quem tem um cargo político.

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Muito bem!

O Orador: Eu já passei por isso, Sr. Deputado. Sei bem o que dói. E isto não é admissível. E qualquer um de nós aqui nesta Casa devia condenar isso sem hesitação!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: Qualquer pessoa de bem devia condenar isso sem hesitação!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Por isso, Sr. Deputado, a sua coragem de vir aqui *pôr o dedo na ferida* é de salientar num alentejano, grande autonomista, que faz inveja a muitos autonomistas que andam aí *de lapela*, mas que de autonomia não sabem nada!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e do CDS-PP: Muito bem!

O Orador: Não sabem nada da história dos Açores!

Não sabem nada do que é ser açoriano!

Ser açoriano não é viver numa ilha.

Ser açoriano é viver na Madeira.

É viver no continente.

É viver nos Estados Unidos e no Canadá.

É viver no mundo.

Ser açoriano é ser cidadão do mundo, mesmo sendo alentejano, Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Muito bem!

O Orador: E é isso que nós temos que enfatizar.

Mas pior do que isto tudo, e eu falo com muito à vontade porque enquanto deputado, fui sempre apelidado de *bairrista*, curiosamente nunca foi pelo povo, mas sim por uma determinada pseudoelite, essa sim, vivendo à custa do orçamento regional, que se entretinha e se entretém a insultar os titulares de cargos políticos e as suas famílias.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: E é salutar, e acho até vivo, porque nos traz uma autonomia viva, reivindicativa, que os Srs. Deputados lutem pelos interesses da sua ilha, pelos **legítimos** interesses da sua ilha – não se espera outra coisa dum deputado. Mas que consigam integrar esses legítimos interesses da sua ilha nos superiores interesses dos Açores.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: E não se peguem a pormenores de mesquinhez para se afirmarem.

É isso que sempre procurei fazer. Nunca, enquanto deputado – se me permitem – defendi uma coisa dizendo “tiro daqui para pôr ali”. Nunca fiz isso!

Mas quero também dizer que quem é autonomista, quem é contra o centralismo de Lisboa, também deve ser contra o centralismo interno nos Açores. A coerência assim o pede e assim o exige!

Devo dizer-lhe, Sr. Deputado Paulo Estêvão, e Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu continuo a não ter facebook. Tenho informações de facebook, mas não tenho facebook. Porque o que lá se passa é realmente degradante.

Já se atingiu um patamar que eu acho deve afligir a qualquer um das Sras. e Srs. Deputados.

Nós devemos estar seriamente preocupados com o que se está a passar nalguma sociedade açoriana.

Já não é o bairrismo. É a xenofobia!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: E a xenofobia não é própria desta autonomia nem é própria deste povo. E não devem os Srs. Deputados, e muito menos o povo, deixar-se instrumentalizar pela xenofobia que começa a grassar nalguma sociedade açoriana!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Isso nós temos que combater com todas as nossas forças!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Combater a xenofobia latente!

Há outros movimentos que começaram assim! E todos nós sabemos como é que eles começaram.

A xenofobia não é aceitável na nossa sociedade!

Presidente: Sr. Vice-Presidente agradeço que termine.

O Orador: Vou terminar Sr. Presidente.

E é isso que se está a querer fazer.

E, portanto, Sr. Deputado Paulo Estêvão...

Deputado Berto Messias (PS): Isso é um recado para o Chega?

Deputado João Vasco Costa (PS): É um ato de contrição!

O Orador: Ó Sr. Deputado Berto Messias, eu peço desculpa de dizer o que vou dizer, mas isto não é um recado para ninguém!

Deputado António Lima (BE): É para quem?!

O Orador: Esta é a minha opinião.

Eu não estou a mandar recados para ninguém.

Eu estou a falar dum assunto muito sério.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Estou a falar da xenofobia que me aflige enquanto cidadão, enquanto democrata cristão, vinda de quem venha!

Deputado José Pacheco (CH): Partilhamos dessa opinião!

O Orador: Portanto, a xenofobia...é a minha opinião e a opinião deste Governo que não compactua com a xenofobia!

(Risos do Deputado António Lima).

Ó Sr. Deputado António Lima, o seu riso...

Deputado António Lima (BE): Oh pelo amor de Deus!

O Orador: Vou lhe repetir para o senhor perceber bem: este Governo não compactua com a xenofobia!

Deputado António Lima (BE): Eu estou-me a rir pelos apartes.

O Orador: Ah com os apartes pode-se rir.

Mas eu vou repetir:

Este Governo não compactua com a xenofobia!

E espero que também o Bloco de Esquerda não compactue.

Deputado António Lima (BE): Nunca, de nenhum tipo!

Presidente: Sr. Vice-Presidente agradeço que termine.

Deputada Alexandra Manes (BE): O senhor fez um acordo de incidência parlamentar com um partido que defende exatamente a xenofobia!

Vocês assinaram um acordo de incidência parlamentar com um partido que incendiou a xenofobia em Portugal!

Deputado José Pacheco (CH): Está a chamar xenófobo ao Chega?!

Deputada Alexandra Manes (BE): O senhor por acaso já leu os estatutos do seu partido?

Sr. Presidente, vamos ser insultados nesta Casa!

Deputado José Pacheco (CH): Já!

Presidente: Sra. Deputada Alexandra Manes, os apartes são regimentais, mas não podem interferir com a intervenção do orador.

Sr. Vice-Presidente, faça favor de concluir.

O Orador: Muito obrigado Sr. Presidente.

Eu queria concluir ...

(Protestos imperceptíveis trocados entre alguns deputados de diversas bancadas)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Sra. Deputada Alexandra Manes, peço-lhe encarecidamente que mantenha a calma e que permita que o Sr. Vice-Presidente acabe a sua intervenção. Senão serei obrigado a interromper os trabalhos! E não queria fazer isso.

Faça o favor Sr. Vice-Presidente.

O Orador: A tolerância também é um direito, Sra. Deputada Alexandra Manes. A tolerância é deixar o outro falar.

Portanto, terminando, Sr. Presidente, a xenofobia é reprovável e reafirmo que este Governo é absolutamente contra a xenofobia!

E, Sr. Deputado Paulo Estêvão, para terminar, a anã mesquinhez com que o atacaram é mesmo muito anã, perante a grandeza da autonomia do povo açoriano e da sua coragem!

É bom ser alentejano!

É bom ser açoriano!

É bom ser português!

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados das bancadas da Coligação: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Berto Messias (PS): O Sr. Vice-Presidente já leu os Estatutos do Chega?

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Não sou do Chega!

Deputado Berto Messias (PS): Quando tiver oportunidade leia os estatutos do Chega!

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Eu agradeço que quando tiver alguma coisa para dizer, faça uma intervenção contra o Chega!

Tenha coragem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão para encerrar esta declaração política.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Quero agradecer as intervenções aqui proferidas a propósito deste tema que eu considero da maior importância.

Quero agradecer as palavras que o Sr. Deputado José Pacheco me dirigiu. E também as palavras que a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras me dirigiu. E agradecer as palavras que o Sr. Deputado Pedro Nascimento Cabral me dirigiu.

E quero agradecer as palavras que o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional me dirigiu, bem como a solidariedade prestada.

Há silêncios que ficam. E há silêncios que fazem muito barulho.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Mas eu quero terminar esta minha intervenção dizendo que o meu propósito é defender a unidade dos Açores. E a unidade dos Açores faz-se com empenho na defesa da autonomia que é fundamental, para que a unidade dos Açores se faça, mas que seja do ponto de vista concreto. Dando a todos os açorianos, onde quer que eles vivam, as mesmas condições, os mesmos direitos. Preocupando-nos com todos os açorianos. Com a independência do seu poder económico. Com a independência do local onde nasceram. Preocupando-nos com todos os açorianos. E, claro, preocupando-nos com a identidade cultural de cada ilha. Preocupando-nos, claro, com a situação económica e com desigualdades económicas tremendas que temos. Porque, por exemplo, S. Miguel é uma ilha com desigualdades tremendas, em que é preciso um investimento tremendo por parte do Governo Regional. É preciso uma atenção especial. Não é uma ilha privilegiada.

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): Muito bem!

O Orador: Largos setores da população de S. Miguel passam por dificuldades tremendas. E, portanto, não se pode aqui dizer que há ilhas que são privilegiadas em detrimento de outras, porque pura e simplesmente isso não é verdade!

Quando se enfrenta situações de grande desigualdade social e de pobreza extrema em muitos locais dos Açores, nomeadamente em S. Miguel, nunca se pode falar em privilégios para quem vive naquela situação.

É necessário aumentar o investimento público e resolver aquele problema. E não se pode falar em ilhas privilegiadas.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Sr. Deputado, agradeço que termine.

O Orador: Termino já Sr. Presidente.

Mas eu falo também com a convicção e o conhecimento do que é viver numa pequena ilha periférica.

Se há missão fundamental que a autonomia dos Açores tem, que é combater a periferia em relação ao território continental, nós também temos desafios na nossa Região, tais como combater as periferias que temos cá dentro nas pequenas ilhas em que não temos as mesmas condições. E é preciso também fazer este investimento e ganhar a batalha demográfica.

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): Muito bem!

O Orador: Impedir o despovoamento das nossas ilhas, porque os Açores só podem ser maiores, só podem ser prósperos, se impedirmos o despovoamento das ilhas de menor dimensão.

Essa é uma batalha que também temos que ganhar.

Por isso é que eu – e termino Sr. Presidente – estou empenhado em propor e colaborar no desenvolvimento dos Açores; em propor os projetos necessários para reconhecer a identidade cultural, para promover o progresso económico de todas as nossas ilhas em todos os locais.

A batalha dá-se em todas as nossas freguesias.

A batalha dá-se no âmbito de todas as famílias dos Açores, onde quer que elas estejam.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Encerramos, assim, esta declaração política e também o período de tratamento de assuntos políticos.

Após o intervalo, prosseguiremos os nossos trabalhos com o ponto 7 da nossa agenda, conforme foi deliberado ontem na Conferência de Líderes.

Vamos fazer um intervalo.

Regressamos ao meio-dia e 10 minutos.

Eram 11 horas e 50 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que retomem os vossos lugares para darmos continuidade aos nossos trabalhos.

Eram 12 horas e 14 minutos.

Vamos então reiniciar os nossos trabalhos com o ponto 7 da nossa agenda – **Projeto de Decreto Legislativo Regional nº 13/XII** “Criação da figura do Provedor Regional do Animal” – apresentado pela Representação Parlamentar do PAN.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves para a sua apresentação.

Deputado Pedro Neves (PAN): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O presente diploma que cria a figura do Provedor Regional do Animal, aparece neste Plenário não de forma inédita, pois a temática já foi anteriormente abordada pela primeira vez em 2019, pelo Partido Popular Monárquico, quando apresentou um Projeto de Decreto Legislativo Regional com o mesmo fim.

Na altura foi rejeitado pela Presidência da Assembleia Regional por, alegadamente, violar artigos da Constituição da República Portuguesa. E, curiosamente, ao nível do impacto da mesma nos órgãos de comunicação social, apontou-se a suposta responsabilidade pelas novas preocupações animalistas ao PAN, algo que nos faz sentir um caloroso orgulho. Mas não sendo a iniciativa original, não significa, contudo, que não preconize uma realização que nos parece absolutamente pertinente.

Já em 2012, 2016 e 2020, no âmbito da campanha eleitoral para eleições legislativas regionais, o PAN/Açores colocou esta medida no seu Programa e debateu-se por ela.

Hoje o tema entra na ordem do dia nesta Assembleia, assim como, na Região Autónoma da Madeira, sendo que é já uma figura existente em municípios como Almada, Tavira e Lisboa, entre outros. O que significa que, se aprovado, poderão os Açores entrar pela porta grande da história no que diz respeito à criação de uma figura que obedece às mais elevadas premissas do cumprimento do bem-estar animal.

Mais ainda. Quando é contemplado no nosso diploma que a sua designação ficará a cargo da Assembleia Legislativa da nossa Região Autónoma, através do voto de dois terços desta Câmara, ao contrário do que sucede na Madeira e na República, cujo poder decisório cabe aos respetivos governos. Este facto enaltece, mais ainda, a responsabilidade de todos os decisores políticos e faz jus ao primado da transparência.

Este diploma foi avaliado em Comissão da especialidade, para o qual foram requeridos os devidos pareceres a diversas associações de bem-estar e resgate animal, assim como ao Conselho Regional da Ordem dos Médicos Veterinários, na sua unanimidade favoráveis.

A abrangência do diploma do PAN/Açores não se esgota, contudo, nos animais domésticos, mas tem a pretensão de abranger todos as espécies e seus habitats, incluindo espécies marinhas e aéreas protegidas, inclusivamente os animais de pecuária que vivem em regimes exploratórios e, muitos deles, sujeitos a transporte por terra e mar em que nem sempre se assiste ao cumprimento dos dispostos que estabelecem as regras de execução, na ordem jurídica nacional e de regulamentos internacionais.

Não podemos deixar cair no esquecimento os animais de grande porte usados ao longo da sua vida como força de trabalho que, depois de esgotada, são tantas vezes descartados, como os equídeos e bovinos e para os quais não existe legislação protecionista.

Entrou hoje, coincidentemente, em Diário da República o Decreto Legislativo Regional N°12/2021 da Assembleia Legislativa da Madeira, que cria a figura do Provedor do Animal na Região.

A extensão de funções e competências passa pelos animais exóticos, de pecuária, silvestres e selvagens; a todas as instalações destinadas a abate e/ou processamento e armazenamento de produtos de origem animal; a todo e qualquer tipo de instalações onde estejam detidos, seja a que título for, animais exóticos, silvestres ou selvagens.

Passou, sem celeuma, sem dores, sem vetos do Representante da República e sem desvirtuação da função do que é pretendido por uma figura como um provedor do animal: a defesa de todos os animais.

Como tal, a criação desta figura corresponde à criação de uma entidade singular, de índole facilitadora, que estabeleça a interligação necessária entre o

poder regional, municipal, entidades oficiais fiscalizadoras e associações de proteção e bem-estar animal, no escrupuloso cumprimento da legislação em vigor.

Muito obrigado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Está apresentada a iniciativa e estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Srs. Membros do Governo:

O PPM retirou a sua proposta, na medida em que considerei que a proposta apresentada pela Representação Parlamentar do PAN estava mais bem elaborada do que a minha.

Devo dizer que tive oportunidade de apresentar um conjunto de alterações, juntamente com o CDS/PP e o PSD, para um corpo que estava mais bem organizado. Ou seja, trata-se de um conjunto de alterações que – penso – são um contributo importante para a proposta do PAN.

A verdade é que há aqui uma convergência de várias forças políticas que podem enriquecer o documento e permitir aos Açores, também nesta matéria, ter um papel importante e inovador.

Quero só fazer aqui uma ressalva. Isto já podia ter sido aprovado anteriormente, isto é, na anterior Legislatura.

Esta é uma das questões em que eu tinha razão. E tenho aqui na minha mão o Decreto Legislativo Regional que foi publicado hoje no Diário da República, que cria o “Provedor do Animal na Região Autónoma da Madeira”.

Foi um diploma deste tipo que apresentei e cuja entrada foi recusada na Assembleia Legislativa da RAA, porque foi considerado inconstitucional. Ora, não permitiu que o debate democrático tivesse sido realizado naquele tempo e

naquele período. Foi recusado, pronto. E não existiu sequer a oportunidade de discutir o documento. Ora, os factos estão a provar, não só a nível da Região Autónoma da Madeira, mas também aquilo que está a acontecer a nível do próprio país, onde está quase a sair uma figura idêntica – o provedor do animal. E é isto que eu acho que nós também temos que melhorar no âmbito da nossa Autonomia. Não é sermos *mais papistas que o Papa* nem é nós próprios, Região Autónoma e Parlamento dos Açores, castrarmos a nossa Autonomia e não permitir que se utilizem um conjunto de instrumentos que estão ao nosso dispor, porque temos uma visão que, como se está a ver, nem sequer corresponde à visão de outras instituições tradicionalmente conhecidas ou catalogadas como instituições centralistas.

É por isso que nesta matéria, nós não somos os primeiros e vamos aprovar a nossa legislação depois da mesma já estar publicada e ter sido aprovada pela Região Autónoma da Madeira. É só por isso.

Mas penso que – não tenho nenhuma dúvida! – foi um erro. Um erro que importa agora não ser cometido.

O Sr. Presidente da Assembleia teve uma postura diferente. E essa postura foi a de permitir o debate democrático para que as diversas entidades se pudessem pronunciar; que os diversos grupos parlamentares pudessem debater democraticamente esta proposta.

Eu quero enaltecer o Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da RAA, por ter permitido este debate democrático que há uns meses não foi possível.

Também dizer que este debate só está a ser possível, e que só é possível, porque há uma nova realidade política. Uma realidade política mais plural...

Deputada Andreia Costa (PS): É mais uma questão técnica!

O Orador: ...que envolve mais partidos políticos, que envolve diferentes perspetivas e em que, à partida, a votação não está definida por uma maioria absoluta.

Deputado Carlos Silva (PS): O senhor sabe que isso não é verdade!

O Orador: ...em que é preciso encontrar equilíbrios entre as diversas forças políticas. E isso é enriquecedor para a democracia.

É por isso que nós estamos a avançar em campos como o do bem-estar animal em que, há uns anos, há uns meses, nos estava vedada essa possibilidade.

É por isso que o debate democrático é enriquecedor. E esta situação política também é enriquecedora da própria autonomia, porque permite um debate mais abrangente, um debate de ideias e de projetos que permite à Região avançar em locais e em áreas que antes estavam proibidas.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, CDS/PP, PPM e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes do Bloco de Esquerda.

(*) **Deputada Alexandra Manes (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Projeto de Decreto Legislativo Regional que o PAN nos traz, visa a criação da figura do Provedor Regional do Animal.

Tal como disse em março, repito, todas as propostas que venham em prol do bem-estar animal são, para o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, importantes.

Esta proposta caracteriza-se essencialmente pela sua abrangência a todos os animais, não se esgotando nos animais de companhia, o que é de enaltecer.

No entanto, não podemos deixar de referir que pensávamos que o PPM tinha retirado a sua proposta de criação do Provedor do Animal, porque reconhecia que a do PAN era mais abrangente e defendia melhor o direito de todos os animais.

Mas com a alteração que os partidos da Coligação vão introduzir no ponto 4 do Artigo 2º, o que vai impedir o Provedor do Animal zelar pelo respeito dos direitos dos animais de produção, ficamos a saber que afinal o Sr. Deputado Paulo Estêvão já contagiou os seus parceiros no gosto pelos clássicos da literatura e, por isso, decidiram em conjunto aplicar ao Provedor do Animal a máxima cunhada por George Orwell do Triunfo dos Porcos: “todos os animais são iguais, mas alguns animais são mais iguais que outros”.

No entanto, não posso deixar de referir que na nossa perspetiva, e não subestimando a presente proposta, a sua maior valia é a visibilidade que esta figura poderá trazer à causa da defesa animal. Isto, porque o Provedor do Animal terá, na prática, essencialmente, uma função de sensibilização e um papel de facilitador, no sentido de assegurar o encaminhamento de processos desencadeados por queixas de cidadãos...

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Na Coreia do Norte era melhor!

A Oradora: ...o que já devia ser integralmente assegurado pelas entidades públicas responsáveis por esta área, sem a necessidade de se introduzir uma nova figura.

Por outro lado, queremos deixar aqui bem claro que a criação do Provedor Regional do Animal não pode ser utilizada no futuro como pretexto para desvalorizar as associações que, com o esforço pessoal de inúmeros voluntários, se dedicam ao resgate e ao provimento de cuidados veterinários e afetivos de animais e de companhia abandonados.

Todos e todas nós sabemos das dificuldades financeiras por que passam as associações de defesa dos animais e os sacrifícios pessoais de muitos dos seus voluntários.

O trabalho destas associações não será substituído pela criação do Provedor do Animal.

Por isso, o Bloco de Esquerda considera que é fundamental melhorar os apoios públicos às associações de proteção animal.

Salientamos, por fim, que é fundamental que este Provedor tenha uma ligação estreita com estas associações.

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda votará favoravelmente esta proposta.

(Aplausos do Deputado Pedro Neves)

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

Tem agora a palavra pelo Partido Socialista o Sr. Deputado José Contente.

(*) **Deputado José Contente (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista vai aprovar este diploma e anuncia já que também vai aprovar as propostas de alteração que foram feitas por três partidos.

Desde o início, tivemos uma postura coerente, aliás como os outros partidos, independentemente do mérito desta proposta - é justo dizê-lo - que na anterior Legislatura a não admissibilidade do Projeto do PPM levada a cabo pela então Sra. Presidente e agora Deputada Ana Luis, aconteceu num cenário dum parecer jurídico, então duma pessoa que agora também tem funções institucionais o que não releva para o caso...

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Releva, releva!

O Orador: ...e que condicionava essa admissibilidade a duas situações muito claras: em 1º lugar, a violação – de acordo com esse parecer técnico – dos artigos da Constituição que reservavam esta competência ao Sr. Provedor de Justiça; e, em 2º lugar, pelo facto do Tribunal Constitucional, no Acórdão 403/2009, de 16 de setembro, ter considerado inconstitucional, aliás basta consultar o nosso Estatuto, onde consta uma remissão na alínea dos “provedores sectoriais”.

O facto é que todos os partidos no cenário parlamentar de então, exceto o PPM – obviamente - votaram pela não admissibilidade deste diploma para a sua discussão.

Isto só para repormos um pouco da história e da verdade deste processo.

Deputada Ana Luís (PS): Agora não se diz nada!

O Orador: Mas isso não inviabiliza, antes pelo contrário, o mérito desta marcha da autonomia que - todos sabemos - todos os dias se conquista, às vezes forçando estas normas que são consideradas inconstitucionais. É verdade.

Tem sido assim nas sucessivas revisões do Estatuto e vai continuar a acontecer. E espero que volte a sê-lo, agora também nesta nova Comissão de Revisão da Autonomia. E nós sabemos que vão surgir avanços e situações que se vão manter perfeitamente iguais ou idênticas. Mas é assim que tem acontecido desde 1976. E aqui está um diploma que, com seriedade, o Partido Socialista considera que é importante, não só por causa da questão da Convenção Europeia dos Direitos dos Animais, como também devido a leis que, neste momento, já existem na República e são fundamentais na proteção dos animais. Assim sendo, o Partido Socialista associa-se e dará a sua votação favorável a este diploma do PAN, porque efetivamente este é um ganho civilizacional em termos de modernidade. E porque também achamos que existem novas condições que, na nossa leitura, são fundamentais para essa aprovação.

Anunciamos também que a aprovação das propostas de alteração introduzidas pelos partidos da Coligação, têm algumas situações para as quais é preciso de algum modo chamar a atenção.

Nós temos uma situação específica nos Açores, sob o ponto de vista da economia regional – a criação do gado bovino – o que significou a atenção dessa proposta de alteração.

Trata-se dum assunto discutível porque se, por um lado, o diploma da Madeira e o que está na Convenção Europeia dos Direitos dos Animais e congrega todas as competências e atribuições só numa figura, aqui, nós vamos ter alguma exceção, por via da situação da criação do gado bovino. E se isso pode significar uma maior atenção específica a este setor, não deixa de ser – e é preciso que isto fique registado – um aumento de competências, atribuições e responsabilidades ao órgão e à tutela do Governo que de algum modo ficará com as mesmas.

Por isso, essa proposta tem que ser entendida e vista na perspetiva de que se o Provedor deixa de ter essas competências e atribuições, elas terão que ser assumidas, com os seus direitos e deveres, pela tutela do membro do governo que de algum modo tem essas competências a partir de agora.

Posto isto, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista quer realçar, neste momento, que este diploma, bem como a proposta de alteração, é condizente com a nossa economia e até com a nossa sensibilidade para essas áreas sectoriais, mas que isso não dispensa a nossa atenção a estes aspetos, como também pensamos que, no caso da Madeira, não foi invocado nenhum preceito constitucional para a criação desse provedor. Esperamos, agora, que o Sr. Representante da República também não o faça (o veto), pois como já percebemos, ele já fez isso recentemente com coisas muito menores e muito menos justificáveis, tal como aconteceu ainda esta semana na reconfirmação do

diploma relacionado com uma situação gerada pelo veto político que aqui foi feito.

Vamos aguardar serenamente, mas o nosso contributo para que o diploma tenha força aí está.

É um contributo de aprovação destas duas situações que nos parecem condizentes com a nossa realidade e com o avanço fundamental que queremos fazer sempre, em termos de autonomia regional.

Vozes dos Deputados das bancadas do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves do PAN.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente (bem-vindo!), Sras. e Srs. Membros do Governo:

Saúdo todos os partidos que já falaram sobre esta iniciativa e também os que não falaram, mas tendo uma proposta de alteração, pelo menos na generalidade, à partida, poderemos estar um pouco mais triunfantes, exatamente como George Orwell.

Conseguimos ver que os Açores vão estar na mesma estrada que a Madeira e o próprio continente – a República – onde deve estar mesmo a *cair*, porque já está feito, bastando apresentar no Conselho de Ministros. Mas continuamos aquém, continuamos *poucozinho*. Exatamente como aconteceu com o diploma do PPM em 2019, nós próprios fazemos uma limitação à nossa Região Autónoma e à nossa Autonomia. Fizemo-lo numa forma que era inconstitucional.

A Madeira mostrou hoje que não há inconstitucionalidade nenhuma. Então, o Sr. Representante da República irá ter obviamente isso em consideração, pois não vai querer limitar uma Região comparativamente com outra, quando

sabemos, à partida, da singularidade relativamente à nossa Autonomia político-administrativa.

Depois temos os Governos do arco da governação que fazem a sua própria limitação, porque sem dúvida que é muito bom termos a criação da figura do provedor regional, mas tal como disse a Deputada do Bloco de Esquerda – e até retirou-me alguns argumentos, mas não faz mal, eu vou acompanhar na mesma – segundo o nº 4 do Artigo 2º, temos animais de *primeira* e animais de *segunda*. Há o provedor do animal, mas da pecuária não.

A iniciativa da Madeira vai mais longe, isto é, no que diz respeito à pecuária, é dentro das infraestruturas no que concerne a parte do corte e da desmancha e tudo tem a ver com o animal, seja ele silvestre, doméstico, de produção ou selvagem. E aqui é que está a diferença.

Um provedor sectorial quando defende algo dentro da sua própria provedoria, é um todo, não vai fazer uma exceção. Essa exceção é um lobby que está a ser feito. Então, vamos ter a criação da figura do Provedor Regional do Animal nos Açores, **mas sem ser da pecuária**. Isto é extremamente grave, ou seja, a proposta de alteração apresentada pela Coligação.

Eu pensava que nós conseguíamos ir mais longe, fazendo vingar a ideia de que o Provedor seria para todos os animais, incluindo os animais de produção, numa forma pedagógica e para que se dê às pessoas alguma informação sobre algumas denúncias do foro mais sensível e emocional, do que do foro jurídico e que por um lado, nós conseguiríamos acompanhar e estar lado a lado com os nossos produtores de animais, conseguindo que a figura “Provedor do Animal” fiscalizasse, por um lado e, por outro, desse pedagogia tanto, a montante, por parte da produção como a jusante, da parte de qualquer pessoa que queira proteger os animais com as denúncias. É que as denúncias são boas, mesmo quando em termos do foro jurídico não sejam das melhores, mas servem para que nós consigamos melhorar.

Com esta alteração ao nº 4 do Artigo 2º, nós vamos ficar novamente para trás, em comparação com a Região Autónoma da Madeira e com o continente que albergam todos os animais, sejam eles de pecuária, aquáticos ou sejam aves. E aqui fazemos toda a diferença. E eu não consigo compreender como é que nós vamos fazer isto, *poucochinho*. Mas com uma exceção que vai fazer toda a diferença relativamente ao trabalho de atuação desta figura que agora se pretende criar.

Para responder à Sra. Deputada Alexandra Manes, devo dizer que o provedor não vai servir para esvaziar as associações, pelo contrário. Essa figura será uma ponte para robustecer o trabalho das associações que é tão meritório e do qual precisamos tanto. Aliás, vai até fazer a ponte entre as associações, os municípios e o próprio Governo Regional. E aqui, sem dúvida, não se trata de algo negativo, bem pelo contrário, vai dar um ponto de destaque às associações e à ajuda que o provedor poderá dar a todos os nossos voluntários dentro dos Açores, em várias ilhas, que tanto precisamos.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Rui Martins do CDS/PP.

(*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente e demais Membros do Governo:

Do ponto de vista da existência do Provedor do Animal e à luz da Constituição, há quem diga que esta figura apenas se aplica à existência de um provedor – o tal Provedor de Justiça – e não há provedores setoriais.

Há quem diga, também, que há um provedor que é responsável por todas as áreas do Direito, não podendo ser imposta esta separação ou redefinição de áreas de competência. Mas não é exatamente esse o ponto de vista que estamos aqui a discutir ou que, em nome do CDS, eu venha aqui a defender. Apesar de considerar que, à semelhança do que aconteceu exatamente no início deste

período legislativo de maio, em que discutimos aqui a reconfirmação de uma decisão que foi vetada pelo Representante da República, porque nós não gostámos da mensagem que ele enviou, a realidade é que também não devemos matar o mensageiro que fez a aplicação da lei. Não criou a lei. Poderia ter remetido para fiscalização sucessiva no Tribunal Constitucional, em vez de ter feito o veto político. Mas, de qualquer das formas, é para isso que existe o Representante da República e, se ele não existisse, essa competência deveria regressar à origem – à Presidência da República – e certamente teríamos tido apreciação semelhante. Por isso, o CDS considera que não se deve estar aqui única e simplesmente a matar o mensageiro, quando não gostamos da mensagem.

Por outro lado, esperamos que também do ponto de vista jurídico-constitucional, não estejamos a criar um problema com a figura do provedor. E assim sendo, e feito este parêntesis, e segundo a proposta do PAN que defende um provedor para todos os animais – de companhia e de produção, silvestres e selvagens...

Deputado Pedro Neves (PAN): Todos!

O Orador: ...que do ponto de vista animal, pode fazer todo o sentido. Mas também consideramos que são realidades e contextos de coabitação diferentes; eles não deixam de ser animais, logo deveriam ter o mesmo direito à provedoria; mas também é sabido que, dada a finalidade dos animais de produção, é talvez mais avisado que nesta primeira abordagem se pense apenas nos animais de companhia, salvaguardando sempre aquilo que é o bem-estar animal. E quaisquer maus-tratos são inadmissíveis, tanto nos animais de produção como nos animais de companhia ou outros. Também não podemos esquecer que os animais de produção não estão desprovidos de proteção, uma vez que eles já estão abrangidos pelas regras do bem-estar animal.

De resto, a Secretaria Regional da Agricultura já anunciou há pouquíssimo tempo que tem auditores prontos para avaliar as explorações agrícolas, por forma a poderem ser certificadas com o selo do bem-estar animal. E isto tudo acontecerá a muito breve trecho, porque é para estar implementado de forma generalizada até 2022.

Aqui, também gostaria de me socorrer do relatório da Comissão, e apesar de não ter estado em todas as audições, verifiquei que o Deputado Pedro Neves, no seu direito à réplica ao Sr. Secretário Regional da Agricultura, disse “entender que o provedor poderá ser uma figura pedagógica, no sentido de ajudar a sociedade a perceber as diferenças de tratamento entre aquilo que são os animais de produção e os animais de companhia”. Afirmou, portanto, que há animais que são *mais iguais* que outros. E não fui que o disse, foi o Sr. Deputado Pedro Neves.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): E outros deputados também!

O Orador: Por isso, e por forma a também poder contribuir para o enriquecimento da proposta apresentada, o CDS juntamente com o PSD e com o PPM, apresentou uma proposta de alteração que considera terá a melhor apreciação tanto do proponente do diploma, como dos restantes Srs. Deputados. Consideramos que estas propostas salvaguardam a interação, a parceria e a criação de sinergias com as associações de defesa e bem-estar animal e vêm dar um sinal de que os Açores efetivamente, enquanto sociedade, valorizam o bem-estar animal.

Termino, por isso, dizendo que o CDS vai viabilizar a criação deste provedor, mas consideramos que será mais avisado dar passos pequenos, mas firmes, decidindo agora pela provedoria dos animais, excluindo os animais de produção.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Muito bem!

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra pelo PSD o Sr. Deputado Carlos Ferreira.

(*) **Deputado Carlos Ferreira (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Gostaria, em primeiro lugar, de saudar o PAN pela apresentação da iniciativa e, em nome do Grupo Parlamentar do PSD transmitir uma mensagem de enorme apreço a todas as associações do setor do bem-estar animal e a todos os seus colaboradores, a esmagadora maioria dos quais voluntários que ao longo de muitos anos desempenharam, e continuam a desempenhar, um papel fundamental nesta área, quer na criação de condições materiais para o tratamento mais digno dos animais, nomeadamente os animais de companhia, quer na consciencialização da nossa sociedade para a importância do bem-estar animal e para o tratamento devido que todos devemos dar aos nossos animais.

Este papel das associações foi exercido ao longo de anos em que as entidades públicas ainda não estavam preparadas, ou até não estavam sensibilizadas para estas matérias e, portanto, num contexto muito mais difícil do que aquele que hoje temos, em que as autoridades públicas estão efetivamente a assumir um papel crescente, complementando e apoiando, na devida medida, o trabalho das associações e dos seus voluntários.

Este trabalho das associações foi também fundamental na sensibilização dos decisores políticos para a concretização, no ordenamento jurídico, de medidas fundamentais na área do bem-estar animal; e podemos destacar aqui a

criminalização dos maus tratos e abandono de animais de companhia e domésticos; o estabelecimento do estatuto jurídico dos animais e reconhecimento a estes da natureza de seres vivos dotados de sensibilidade e, aqui na Região também já nesta Legislatura, a antecipação da moratória relativa à proibição do abate dos animais de companhia, como método de controlo da população.

Gostaria, ainda, de referir relativamente à proposta que hoje temos aqui em discussão, que os 3 partidos que suportam a Coligação apresentam propostas de alteração que consideramos são importantes e que ajudam a melhorar o diploma, a mais significativa das quais já foi aqui referida pelo Sr. Deputado Pedro Neves, respeitante aos animais de produção. E também foi aqui referido pelo Deputado Rui Martins a diferente sensibilidade existente na nossa sociedade em relação aos animais de produção e o processo de certificação que o Governo desencadeou para as explorações, no que concerne o selo do bem-estar animal.

Entendemos que os animais de produção têm efetivamente características próprias, que são diferentes da sensibilidade geral da nossa sociedade em relação aos animais de companhia. E, portanto, nesta primeira fase, pareceu-nos mais avisado que apresentássemos esta proposta de alteração que não retira o mérito à iniciativa, bem pelo contrário, é um complemento que pretende melhorar a iniciativa apresentada e pretende também ajudar a construir o maior consenso parlamentar nesta matéria.

Por último, concluo dizendo que em nome do Grupo Parlamentar do PSD, saudamos a iniciativa e o proponente, votaremos favoravelmente e, no nosso entendimento, é mais um passo que damos na nossa Região relativamente à concretização do bem-estar animal, seguindo também os passos que foram dados quer na previsão feita na Lei do Orçamento de Estado em relação ao

Provedor do Animal, quer à iniciativa que foi aqui referida e publicada agora, resultante da Região Autónoma da Madeira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra pelo PPM o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sra. Deputada Alexandra Manes:

O Triunfo dos Porcos é um livro fabuloso, não é?

Já tive oportunidade de o usar na anterior Legislatura, com bons resultados. E quero dizer-lhe, Sra. Deputada, que não vou perder muito tempo com querelas antigas. A mim o que interessa é o futuro e avançar. Mas sempre lhe poderia dizer que há 2 anos, em 2019, o Bloco de Esquerda nem sequer considerava que este diploma pudesse avançar.

Deputado António Lima (BE): Nem o PSD!

Deputada Ana Luís (PS): Nem o CDS!

O Orador: Eu fiz um recurso à não admissão do diploma e o Bloco de Esquerda, na altura, como é que votou? Não, não e não.

Deputado António Lima (BE): Tal como o PSD!

Deputada Ana Luís (PS): O Sr. Deputado Paulo Estêvão é muito *seletivo!*

O Orador: A Sra. Presidente disse na altura: “o diploma é inconstitucional e não se pode avançar nesta área”.

“Esta é uma área em que a Autonomia dos Açores não pode avançar”.

“Esta é uma área que está vedada ao Parlamento dos Açores”.

Essa era a opinião do Bloco de Esquerda há 2 anos. Essa era a vossa opinião.

Eu teria muito mais a dizer, mas não vou aprofundar sabem porquê? E sabe porquê, Sr. Deputado António Lima?

Porque a mim o que interessa é valorizar a posição de V. Exa, neste momento e neste debate.

Eu valorizo muito a posição do Bloco de Esquerda neste debate. O BE ao apoiar esta iniciativa do PAN, e também o Partido Socialista, está a fortalecer este diploma do ponto de vista político porque, sendo verdade que na Região Autónoma dos Açores o Representante da República não se opôs, a verdade é que nós sabemos o que é que ele vai fazer nos Açores.

Por isso, a posição de apoio do Bloco de Esquerda é muito importante. E também é muito importante o apoio do Partido Socialista. E eu valorizo esse apoio.

Já vos disse que não guardo rancores em relação ao passado. Até poderia agora estar aqui a *lançar os foguetes* e a dizer que tinha razão em 2019. E a prova disso está aqui, publicado hoje mesmo, e não foi de propósito. Eu não tenho essa influência. O Sr. Deputado Berto Messias já deve estar a pensar que isto tem também a *mão* do Paulo Estêvão. Mas não. Não chego tão longe. Não atravesso o oceano.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): O senhor?!

O senhor está metido nisso até ao pescoço!

O Orador: E não tenho nada a ver, Sr. Deputado Berto Messias. Aqui não está a minha mão. Eu aqui não mexi. Eu aqui não tive influência. Isto é mesmo uma casualidade. Ou seja, no dia em que estamos a discutir este diploma, foi aprovado na Madeira...

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Publicado!

O Orador: ... foi **publicado**, peço desculpa – já tinha sido aprovado.

Portanto, Sr. Deputado Berto Messias, eu não tenho nada a ver com esta coincidência. E não sou porta-voz de coisa nenhuma. O que aconteceu foi que tivemos esta feliz coincidência hoje.

O que é importante valorizar, por isso, é a questão de que esta atitude do Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores de permitir a discussão e a entrada do diploma é muito importante para a Autonomia dos Açores porque, muitas vezes, a pior censura é aquela que nos colocamos a nós próprios, a autocensura.

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem!

O Orador: A Autonomia não pode avançar por esse campo. Porquê? Porque os centralistas pensam desta maneira.

Temos que arriscar. Temos que avançar. E o que o Parlamento dos Açores e os órgãos autonómicos fazem é isto.

Imagine-se que o Representante da República tinha uma posição diferente da Madeira em relação a esta matéria.

O Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, ainda por cima com um precedente com apenas 2 anos, seria confrontado politicamente com esta situação e obviamente existiria uma tentativa de fragilização.

Ele arriscou, e arriscou muito, e – Sr. Presidente – eu quero dar-lhe os parabéns pelo facto de permitir que se explore todo o campo de atuação que a Autonomia dos Açores e o Parlamento têm ao serviço dos Açores.

Quero terminar também felicitando a posição do Bloco de Esquerda, a do Partido Socialista e dos restantes partidos que já tiveram oportunidade de apresentar aqui a sua posição, bem como felicitar a iniciativa do PAN em relação a esta matéria. Este é um mecanismo extraordinário. E temos que ter a

consciência da importância e das faculdades que, a partir de agora, temos nesta matéria.

Pode-se fazer tanto, pode-se produzir tanto documento. Pode-se dar respostas a tantas, tantas situações. E pode-se melhorar tanto. Isto é um instrumento fabuloso! E V. Exa tem responsabilidades nesta matéria, assim como todos os deputados que votarão aqui a favor deste diploma. É um avanço muito significativo. Nada será como antes.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e do Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado José Pacheco do CHEGA.

(*) **Deputado José Pacheco** (*CH*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Ao que parece, há uma série de pessoas interessadas em ler os *pergaminhos* do CHEGA.

Eu recomendaria que fossem lá ler o que nós defendemos e que será atualizado na próxima semana em Convenção, porque nós não somos um partido... digamos, *bolorento*.

Nós evoluímos, nós adaptamo-nos e melhoramos. É assim que nós somos. E está lá a questão do bem-estar animal.

Quando se fala nisso, temos que perceber que há animais de companhia, animais de trabalho – que são cada vez menos – há animais que são usados na tradição e há animais para comer. Ora bem, não retirando o mérito à proposta do PAN – e temos tido boas conversas sobre isso – há que defender realmente os nossos animais; pois eu quero defender o meu cão *Pituco* da melhor maneira e as galinhas da minha sogra eu quero... comê-las!

(Risos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Eu não tenho outra forma de dizer isto!

Cada coisa no seu lugar e no seu canto.

Cada coisa com a cor que tem.

Cada coisa para o que serve.

Nós temos que defender os animais – agora mais a sério, Sr. Deputado Pedro Neves, ou seja, há que defender o bem-estar animal e essa tem sido uma das metas do CHEGA: defender os nossos melhores amigos, os nossos cães e gatos. Eu tenho cães, pássaros, peixes, não tenho é gatos. Mas há quem tenha gatos. E há até quem tenha reptéis etc. – isso vai no gosto de cada um. Mas é inconcebível que um cachorrinho, seja bonito ou mimado, até venha para o sofá ou para a cama...

Deputado António Lima (BE): E pode ser feio!

O Orador: Pode ser feio, Sr. Deputado. Há tanta coisa feia! E temos que nos amañhar com elas.

Deputada Alexandra Manes (BE): É verdade!

O Orador: E eu cada vez me amañho mais com coisas feias!

Deputada Sandra Faria (PS): Ora aí está!

(Risos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Mas a verdade é que é uma preocupação que temos que ter, enquanto responsáveis políticos, com o facto de que muitos animais são abandonados. Que muitos deles, quando crescem são amarrados no fundo do quintal (quando são pequenos, todos são muito bonitinhos!) e que passem fome.

Nós não podemos admitir isto!

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): Muito bem!

O Orador: Aqueles que são para a nossa produção, para a nossa economia, sejam as vacas, as galinhas ou o que for, esses nós temos que encarar de outra forma, mas sem nunca descuidar o bem-estar. Sempre tendo em conta que o animal, tenha ele o fim que tiver e o período de vida que tiver, deve ser tratado duma forma digna. Eu não vou dizer “dignidade humana”, porque não quero comparar um animal com uma pessoa. Mas digo que dignidade, qualquer animal merece.

Os animais acompanham-nos na nossa história, nas nossas tradições, na nossa fé etc.

Vamos ter isso em conta, Sr. Deputado do PAN. E, por muito o que haja que nos possa dividir, há muitas outras coisas que nos unem. E a dignidade humana, tenha o fim que tiver, é sempre importante. Mas se vai durar mais ou menos, pois eu não faço ideia quanto tempo leva para se comer a galinha.

Gostaria só de finalizar dizendo que eu venho, da parte do meu pai, duma família da Ribeira Grande, onde havia cavalos, porcos, galinhas e uma série de animais, uns para trabalhar e outros para comer. E eu nunca vi um animal ser maltratado. O animal que trabalhava era mais um elemento da família, porque era alguém que ajudava a trazer a comida para a mesa, fosse o cavalo, o boi etc.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): Muito bem!

O Orador: Hoje, com todas as *modernidades* que às vezes ouço por aí, esqueceram-se de ter o carinho que qualquer um destes animais merece!

Eles não são peças decorativas. Muitos dos açorianos, - até talvez alguns dos que aqui estão sejam esse caso - pagaram os estudos dos filhos para eles poderem estar onde estão e onde estiverem.

Por isso, é preciso ter a dignidade e o respeito por aqueles que foram os nossos parceiros no trabalho.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Atingimos a nossa hora regimental. Vamos interromper os nossos trabalhos para o almoço. Regressamos às 15 horas.

Eram 13 horas e 03 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais, vamos reiniciar os nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 06 minutos.

No debate em que estávamos antes da hora de almoço estava inscrito o Sr. Deputado Pedro Neves do PAN, a quem dou a palavra.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostaria apenas de responder ao Sr. Deputado Rui Martins sobre aquilo que eu proferi, em sede de Comissão, ao Sr. Secretário Regional.

Naturalmente eu sou um persuasor. E era previsível, tendo em conta todo o historial do Sr. Secretário (já o conheço desde a Assembleia da República), que houvesse uma entrada neste artigo. E sabendo isso, obviamente eu tinha que dar argumentos, o que não quer dizer que os defenda, pelo contrário, toda a gente aquilo que eu defendo, política e pessoalmente, mas eram argumentos válidos. Neste caso, foi uma persuasão válida baseada num argumento válido

relativamente ao que a sociedade poderá ver em cada espécie de animal. Isto porque há animais para vários fins e essa é a diferença da sociedade.

O que eu estava a dizer, é que poderia haver uma maior sensibilidade do provedor que, tendo capacidade para todos os animais de consumo, conseguiria sensibilizar a sociedade e ao mesmo tempo dar pedagogia jurídica, sobre o que são denúncias reais e jurídicas e o que são situações que poderão acontecer com os animais de consumo e que até não são denúncias válidas.

Por isso, é que eu apresentei esse argumento, o que não significa forçosamente que estivesse a validar a separação entre os animais – e respondo também ao Sr. Deputado Carlos Ferreira. É que eu não vejo qualquer diferença entre os animais. Para mim, os animais são todos sencientes. Aliás, assim dita a lei que os animais são sencientes. E, como tal, o argumento do Sr. Deputado Carlos Ferreira é que a sociedade tem uma sensibilidade diferente, dependendo da espécie animal. Sim, mas a sensibilidade dos animais, independentemente da espécie, continua a ser exatamente a mesma em termos de sofrimento animal. Daí não estarmos à espera duma cessão da sociedade relativamente a esta sensibilidade, porque os animais vão sofrer, seja uma vaca seja um cão.

Respondendo agora ao Sr. Deputado José Pacheco do CHEGA, sobre a galinha...

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): As galinhas!

O Orador: A galinha da vizinha...

Deputado José Pacheco (CH): Da sogra!

O Orador: ...aquilo que nós podemos dizer é que dentro da sociedade açoriana, há animais para vários fins. Não estamos a dizer o contrário. Contudo, a lei diz que qualquer animal, sejam animais de consumo, de carga, de estimação ou ainda animais para fins lúdicos, têm direito à sua proteção e bem-estar animal. E nenhum animal pode ser gozado ou sofrido enquanto o seu fim não acontecer, ou seja, a proteção tem que ser feita. Isto é o que dita a lei.

Independentemente de que animal for e do tipo de animal que coma o Sr. Deputado Pacheco.

Por exemplo, aqui você não come cães, mas se fosse à China estaria a comê-los e não teria qualquer problema com isso. Já se fosse muçulmano, não comeria um porco. Ou se fosse de certas castas da Índia, não comeria vaca. Tudo isso tem a ver com parte cultural de cada um. E só demonstrando que entre as várias culturas, os animais devem ser todos iguais. A nossa cultura é que dita qual é o animal que podemos comer ou não.

Por isso, o provedor não iria limitar absolutamente nada. Iria simplesmente usar a lei vigente que nós temos quer na República, quer nos Açores e na União Europeia, fazendo cumprir não de uma forma vinculativa, mas apenas através de um parecer, de forma educativa e para dar uma maior sensibilidade à sociedade açoriana.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Srs. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural.

(* **Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural** (*António Ventura*): Muito obrigado.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É uma realidade e uma evidência, nos dias de hoje, que o bem-estar animal está a ganhar uma preocupação nas sociedades atuais. Uma preocupação de forma ética e até moral. Isto é uma verdade atual, mas também é uma vantagem, porque este facto é um espelho dos valores da humanidade. E, portanto, nós todos nos devemos orgulhar desses avanços que são feitos, em termos de respeito e relacionamento com o tratamento dos animais na sua utilização, quer

sejam animais de companhia quer sejam de produção. Este é um facto e ainda bem que assim o é.

Todavia, é preciso afirmar que nos Açores estamos na vanguarda do bem-estar animal. Estamos à frente.

O bem-estar animal é, nos Açores, um bem-estar de ponta. E quero com isto dizer que há várias circunstâncias e várias evidências que atestam isto que estou a dizer. Desde logo, temos um departamento no Governo Regional que, no meu entender, é o departamento mais competente, específico e conhecedor da realidade do bem-estar animal de todo o País. E porquê?

Porque nós temos uma dimensão da pecuária que permite que se desenvolva e especialize este mesmo departamento nas questões do bem-estar animal.

Portanto, em relação a esta matéria, o Governo Regional, está desenvolvido e conhece o dossier. E, para mim, é o melhor departamento de todo o País.

Depois, o bem-estar animal nos Açores é, por exemplo, uma premissa para o acesso aos fundos comunitários. Não há acesso a esses fundos, não há apoio à perca de rendimento, sem que se cumpra as normas, as regras e os standards do bem-estar animal, em termos da legislação regional, nacional e comunitária.

Por exemplo, nós cumprimos o Plano de Proteção Animal.

Outro caso tem a ver com as explorações pecuárias que são controladas a 3 níveis: um controlo oficial, uma supervisão dos controlos e uma auditoria dos planos.

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Muito bem!

O Orador: Também estamos a iniciar um caminho da credibilidade e da confiança no bem-estar animal.

Tal como já foi noticiado e foi dito nesta Casa, o Governo Regional iniciou um processo de atribuir às explorações pecuárias dos Açores um selo internacional relativo ao bem-estar animal.

É preciso dizer que este selo internacional é um reconhecimento, acima de tudo, da sociedade civil para com as práticas e os processos produtivos dos animais. Não é algo técnico. É algo que tem a ver com o reconhecimento da sociedade civil e que envolve, desde logo, as associações e universidades.

Neste âmbito, já formámos 19 auditores em termos da bovinicultura de leite e de carne, os quais irão agora formar as equipas, em todas as ilhas, para visitar as explorações pecuárias e verificação destes padrões, para saber se os mesmos estão de acordo com as normas internacionais, daquilo que é exigido pela sociedade civil.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Está a destruir a proposta!

O Orador: Portanto, está é uma decisão e um avanço de ponta, em termos de bem-estar animal.

Também existe nos Açores uma plataforma de recolha de queixas – a SOS Animal – de acesso livre, de depósito de queixas sobre bem-estar animal e de qualquer espécie.

Queria dizer-vos, neste sentido, aquilo que tem sido o número de queixas ao longo dos mais recentes anos.

Em 2017, a Administração Regional recebeu 7 queixas no âmbito do bem-estar animal. Em 2018 recebeu 26 queixas. Em 2019 recebeu 28 queixas. Em 2020 registaram-se 15 queixas. E em 2021, até agora, houve 7 queixas.

Queixas, essas, que são recebidas, analisadas, tratadas e encaminhadas para a PSP, ou GNR ou até para as Câmaras Municipais. Portanto, o trabalho está a ser feito, no âmbito das queixas no bem-estar animal.

É nosso entendimento que, neste momento, a dimensão e a natureza específica da pecuária nos açores, impede que as sensibilidades da sociedade sejam incluídas no mesmo denominador comum ou na mesma bitola que os animais de companhia, exóticos, silvestres ou selvagens.

O cuidado e a atenção que estão a ter ao nível da governação dos Açores, parece conveniente e ajustado, sobre os animais de produção.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nos Açores o bem-estar animal sempre assumiu uma identidade muito própria, onde existe uma especial convivência e respeito entre o homem e o animal.

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Muito bem!

O Orador: Aliás, a história do arquipélago está repleta de acontecimentos desse respeito e dessa convivência entre o homem e o animal. Atrevo-me até a dizer que, nos Açores, o Provedor do Animal é o próprio agricultor.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Muito bem!

O Orador: Qualquer agricultor sabe que um animal doente não produz. Que um animal que é maltratado não produz. Um animal que não é bem alimentado não produz.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Muito bem!

O Orador: E, portanto, o primeiro amigo do animal é efetivamente o agricultor.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Srs. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado do CHEGA.

(*) **Deputado Carlos Furtado (CH):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Antes de mais, queria felicitar o Sr. Deputado Pedro Neves pela iniciativa que, ao que parece, será mesmo aprovada nesta Casa. Felicita-lo também por aquilo que esta iniciativa representa para o bem-estar animal e fazer aqui uma *mea-culpa*.

Uma vez vi um documentário cujo título era “Eu espião em português me confesso” que o mesmo é dizer “eu insensível açoriano me confesso”. Para dizer que o Sr. Deputado tem razão neste Projeto de Decreto Legislativo Regional que apresentou porque efetivamente não devem existir animais de primeira e de segunda. Não devem existir animais de companhia e animais de produção, porque isso é desagradável, no meu ponto de vista, além de insensível. A verdade é uma só: um animal é efetivamente um animal e devem ser tratados todos por igual. A nossa sociedade ainda discrimina e vai fazê-lo ainda durante muito tempo. Se calhar o Sr. Deputado, do ponto de vista civilizacional, está mais evoluído do que eu, porque já não come carne e eu ainda como. A nossa sociedade provavelmente tenderá a evoluir para o seu padrão de vida. Mas até lá... olhe vamos gerindo isto da forma que é possível, porque faz parte da minha dieta alimentar e de tanta gente o consumo de carne. Faz parte também da nossa economia, a indústria da produção animal e, como tal, vejo-me obrigado a concordar com a sua proposta, bem como com as alterações propostas pelo PSD, CDS e PPM porque, fazendo parte da nossa dieta alimentar e da nossa economia, e tal como disse o Sr. Deputado do CDS, teremos que dar passos pequenos e seguros, provavelmente no sentido de um dia chegarmos à linha de raciocínio do Sr. Deputado do PAN. Até lá, peço desculpa por não ser mais agradável para si e para todos os animais porque, como eu disse antes, os animais não devem ser usados, nem são para companhia; quem tem um animal de companhia, deve perceber que criá-lo é uma responsabilidade e não um prazer; criar um animal de produção não

deveria ser diferente disso. Mas até lá, teremos que viver com a realidade que temos, esperando que a nossa sociedade evolua neste sentido.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Srs. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes do Bloco de Esquerda.

(*) **Deputada Alexandra Manes (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quero começar por me dirigir ao Sr. Deputado Paulo Estêvão para lhe dizer que até compreendi a sua tentativa de desviar a atenção daquele que é o cerne da questão, quando fugiu para aquela que tinha sido a sua proposta em 2019, tendo contado todo o historial.

Aquilo que a gente estava aqui a falar era exatamente sobre a retirada da sua proposta, para que pudesse entrar uma proposta da Coligação que fizesse uma alteração ao artigo de que a gente estava aqui a falar. Mas eu compreendo, porque realmente é difícil conciliar estas coisas.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): A Coligação faz o que quer e não o que a senhora quer!

A Oradora: Relativamente ao restante, e tendo em conta todos os argumentos que foram aqui utilizados e considerando também a intervenção do Sr. Secretário, eu tenho uma dúvida. Ou seja, tendo em conta que a missão e contexto do Provedor do Animal é a defesa e promoção do bem-estar animal e que esta figura não terá poder decisório ou capacidade sancionatória...

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Nunca tem!

A Oradora: ...qual é a necessidade de retirar a missão de zelar pelos animais de produção?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Eficiência!

A Oradora: É que isto é que não se entende.

Porque é que existe essa necessidade de se retirar?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Eficiência!

A Oradora: Se ele não tem um poder decisório ou uma capacidade sancionatória, dá a sensação de que estão com receio de alguma coisa!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Eficiência!

A Oradora: E aí é que colocam os agricultores mal!

Aí é que deixam pensar e deixam antever que se passa alguma coisa!

Ao retirar isto, sabendo quais são as funções e competências dum provedor, dá a ideia de que sabem mais alguma coisa sobre o que se passa na pecuária. E isto levanta uma grande dúvida a esta bancada, bem como perante as pessoas que nos estão a ouvir!

Neste momento, quem está a arranjar um problema e desconfianças para a pecuária, é esta proposta de alteração da Coligação que entrou, porque o poder do Provedor não tem nada a ver! Não lhe vai causar estorvo nenhum! É só para zelar pelo bem-estar!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E eficiência!

A Oradora: Não, não é eficiência. É só para zelar pelo bem-estar animal.

A proposta do PAN não retira qualquer poder ao departamento competente do Governo Regional, em matéria de fiscalização referente aos animais de produção. Então expliquem-me se fazem o favor, porque é que existiu esta necessidade de alterar o artigo, e não vale a pena fazerem essa cara...

(Risos de alguns Deputados da bancada do PS)

...porque são os senhores que colocam em causa todos os agricultores, com a apresentação desta proposta!

Sr. Secretário, agora falo diretamente para si, embora saiba que está no cargo há relativamente pouco tempo.

Deputado João Vasco Costa (PS): Veja lá a cara que faz!

A Oradora: A questão é só uma: é que nem tudo corre tão bem como aquilo que julga. E se calhar devia inteirar-se mais, porque basta sobrevoar de avião certas e determinadas ilhas, para percebermos como é que está o estado de algumas lavouras que apresentam condições precárias. Também há abandono de animais de produção. Ou seja, realmente o agricultor é o maior interessado no bem-estar do animal de produção, para que ele produza; mas quando ele não produz o suficiente, esse animal aparece descartado ou em ribeiras, ou abandonados em terras e as próprias lavouras, muitas delas, têm problemas, Sr. Secretário. E esses problemas têm que ser resolvidos! E, infelizmente, durante muito tempo as queixas ou as denúncias ficaram paradas em Secretarias.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Isso é para ali!

A Oradora: e se calhar muitas das coisas não se resolveram até agora, também por causa disso!

Disse.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): O bem-estar dos Deputados também começa a ser fundamental aqui!

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

Tem agora a palavra a Sr. Deputado Nuno Barata da Iniciativa Liberal.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Neste debate sobre a iniciativa do PAN há dois níveis de discussão; um que é a discussão da questão legal e constitucional e há a questão do salto civilizacional, penso que foi o Sr. Deputado José Contento o primeiro a utilizar esta terminologia – “pulo civilizacional”.

Ora, se do lado da Constituição, cumpre também à Autonomia fazer desafios à dita, esta é uma oportunidade que temos.

(Aparte inaudível do Deputado António Lima)

O Orador: Não é cometer ilegalidades. É desafiar a Constituição, o que é bem diferente!

Deputado Berto Messias (PS): Eu não disse nada!

O Orador: Eu ouvi daqui de trás. Deve ter sido o Sr. Deputado Carlos Silva.

Deputado António Lima (BE): Fui eu!

O Orador: Ah foi o Sr. Deputado, mas pode registar!

Uma coisa é violar a Constituição. Outra coisa é legislar desafiando a Constituição. São coisas bem diferentes, Sr. Deputado.

Já quanto ao “pulo civilizacional”, eu devo dizer, como defensor dos mesmos princípios que defende o Sr. Deputado Pedro Neves, - até porque a IL acompanhou na República o voto do Provedor do Animal, logo na Região vai acompanhar também - eu obviamente preferia que não estivéssemos aqui a discutir isso. Este é que era o verdadeiro **pulo civilizacional**. Não estarmos a discutir a necessidade de termos o Provedor do Animal.

Se fosse verdade, totalmente verdade aquilo que diz o Sr. Secretário Regional, nós não precisávamos estar aqui a fazer isto.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Os animais de produção não precisam!

O Orador: Nem para os animais de produção, nem para os animais de companhia, nem para as aves exóticas, nem para coisíssima nenhuma!

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Para os animais de produção não era preciso!

O Orador: esse é que era o verdadeiro salto civilizacional!

E mais verdadeiro seria o salto civilizacional, se não tivéssemos, entre os homens, problemas quase idênticos ao que temos com os animais. Este é que é o grande problema que nós temos!

Nós não podemos dar esse pulo civilizacional, esquecendo o que temos atrás de nós. Todos os dias notícias com crianças!

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Escravatura!

O Orador: Com idosos, todos os dias notícias, de abandono e com escravatura. Com migrantes a serem recolhidos, sem vida já, no Mediterrâneo! Crianças, mulheres! Jovens à procura de soluções para as suas vidas!

Este é que seria o verdadeiro salto civilizacional!

Mas, por exemplo, sobre a criação do sub-provedor das crianças na República, PSD e CDS votaram contra! Bloco de Esquerda, PAN e PSD abstiveram-se – alguns dos deputados.

Sobre o verdadeiro salto civilizacional que é proteger, primeiro, os Homens, apesar de não vivemos numa sociedade antropocêntrica, depois vem o resto. E este é que seria o verdadeiro salto civilizacional!

Mas ainda vou mais longe: se os animais são todos iguais, os porcos dormem todos no chão nos primeiros 3 meses, exceto aqueles que dormem em tarimbas; 6 meses depois, os porcos dormem todos no chão exceto aqueles em tarimbas e aqueles que dormem em colchões, então aqui perdoem-se os Srs. Deputados do PSD, do CDS e do PPM. Não pode haver porcos que dormem nas tarimbas, porcos que dormem nos colchões e porcos que dormem no chão! Têm que dormir todos nas mesmas condições.

E se é verdade – e aí deve ter sido um elogio ao Governo de Vasco Cordeiro – que a Região está de facto na liderança do bem-estar animal, então para quê o PSD, o CDS e o PPM fazerem uma proposta de alteração que retira os animais de produção da proposta do PAN?!

Isto é que não faz sentido. E aqui estou com a Sra. Deputada Alexandra Manes.

Deputado Carlos Silva (PS): O Sr. Secretário não sabia!

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): É a duplicação!

O Orador: E, portanto, eu preferia que aprovássemos isso, apesar de não concordar com algumas das premissas que aqui estão, nomeadamente que o provedor seja equiparado a diretor regional, mas isso é uma questão entre o PAN e seja quem for, pois isso trará algumas responsabilidades à Região.

Eu preferi que os animais de produção não estivessem aqui excecionados, porque isso cheira-me a lobby. Cheira-me a pressões da Federação Agrícola dos Açores. E cheira-me a que o Governo Regional dos Açores, mais uma vez, em vez de estar a contribuir para o tal salto civilizacional, está subjugado à posição da Federação Agrícola dos Açores!

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Ventura, responde lá a isso!

O Orador: E mais uma vez, a Região não dá o salto civilizacional, porque de Santana – não a Sant’Ana do Palácio - do *palácio da vaca frísia* vem uma informação de que “aqui d’el rei”, o boi não pode ficar neste diploma!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Nem a vaca!

O Orador: E, portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Srs. Membros do Governo, eu ficaria muito mais satisfeito se a Coligação retirasse da sua proposta esta situação e nós pudéssemos dar aqui, hoje, nesta Casa, o verdadeiro salto civilizacional!

(Aplausos do Deputado Pedro Neves e da Deputada Alexandra Manes)

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): O senhor sabe muito!

Deputado Nuno Barata (IL): Sei só um bocadinho!

Aprendi muito consigo!

Foram 20 anos lá fora.

Estive 20 anos, à sua culpa, por isso agora correu-lhe mal!

Presidente: Muito obrigado.

Tem agora a palavra a Sr. Deputado Pedro Neves do PAN.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Começo pelo Sr. Deputado Nuno Barata, para lhe dar os parabéns pela parte final da sua intervenção. Obviamente tem toda a razão. É disso que estamos a falar desde o início e também o Bloco de Esquerda. E vou falar rapidamente sobre o Provedor da Criança.

Isto tem a ver com o exposto em si. Não tem a ver com a ideia e com a defesa da criança em si. O problema foi a redação.

Tal como o Sr. Deputado Nuno Barata se absteve (ontem) não por algo que defende, mas sim por causa da redação, foi exatamente por isso que o PAN se absteve na Assembleia da República e não porque não defende a criação. E também sabemos que o Sr. Deputado do IL na Assembleia da República fez essa iniciativa apenas para esbarrar com o Provedor do Animal. Foi só por causa disso. Mas defendemos à mesma.

Se o Sr. Deputado Nuno Barata fizer uma iniciativa sobre isso o PAN irá apoiar, desde que a redação seja concordante com o que pensamos; mas se não o fizer, podemos entrar na corrida e o PAN ainda pode fazer.

Sr. Deputado Carlos Furtado, eu só queria desmistificar que isto não tem a ver com os animais que estão excetuados na proposta de alteração dos partidos que formam a Coligação. E não tem a ver com o facto se são animais que vão para o nosso prato ou não. Tem mesmo a ver com o zelar pela proteção. E mesmo que isso aconteça, não temos que excepcionar se é a vaca ou se é a galinha do Sr. Deputado Pacheco, se são os porcos do Sr. Deputado Nuno Barata, não interessa.

O que interessa é que temos que zelar pelo bem-estar; enquanto não houver o abate do animal, ele tem o direito ao seu bem-estar e à sua proteção. É isso que

está na lei. E é por isso que, como seres humanos, devemos zelar por esse bem-estar.

Sr. Secretário, V. Exa.... até parece que é do PAN, porque ajudou-me!

Tudo o que o senhor disse, está a querer significar “Sr. Deputado Pedro Neves, eu vou já retirar essa alteração do artigo”. Porque -segundo afirma - tem a melhor equipa, não tem qualquer medo sobre o bem-estar animal. Diz que já recebe denúncias, que vai ter o selo internacional... então não há que ter receio de uma figura que não vai ter vínculo nenhum sobre fiscalização.

Deputado Bruno Belo (PSD): O bem-estar animal não começa hoje!

O Orador: É uma figura só de pareceres. Só de pedagogia e sensibilização.

Não há que ter medo. Aliás, trata-se mesmo duma sinergia que nós podemos fazer e não uma transmutação de responsabilidade.

Ainda estamos a tempo, porque ainda estamos no debate, dá tempo para os partidos da Coligação retirarem esta proposta. Ao contrário do que V. Exa. disse, sobre estarmos na vanguarda do bem-estar animal, eu não concordo nada com isso. Nós vemos a Madeira a dar um pulo enorme, o continente também e os Açores vão ficar para trás novamente. Exatamente como no abate dos animais ficou.

Esta é a diferença, isto é, nós continuamos a andar para trás relativamente a este assunto. E, sem dúvida que tendo em conta que é uma figura sem vínculo nenhum, não vejo qual é o problema!

Sr. Secretário Regional - eu sei que está a dar atenção ao Sr. Vice-Presidente - relativamente à plataforma, disse que recebe 30 queixas por ano, logo está-se a demonstrar que a sociedade açoriana não confia no Governo!

Porque o PAN recebe, em 15 dias, 45 denúncias!

É, por isso, que o Sr. Secretário também diz que todo o agricultor que se preze, quer zelar pelo bem-estar do seu animal.

Não é verdade!

Eu conheço agricultores que são muito bons a zelar pelo bem-estar das suas vacas e dos seus porcos, sim é verdade, conheço-os muito bem. Mas também conheço agricultores que fazem exatamente o oposto. E eu recebo denúncias com vídeos e fotografias que demonstram e dão razão ao que eu estou a dizer!

Se calhar o problema é mesmo esse. Se calhar não há confiança, tanto no governo anterior como no de agora – a plataforma foi feita anteriormente – e as pessoas preferem denunciar ao PAN, porque sabem que não vai cair em saco roto.

Eu posso facultar ao Sr. Secretário várias denúncias, às quais obviamente retirarei o nome das pessoas, para que tome conhecimento da realidade açoriana que não é tão cor-de-rosa como o senhor acha.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Já não é cor-de-rosa!

O Orador: Por isso, e como disse o Sr. Deputado Nuno Barata, se calhar ainda não demos ainda aquele passo civilizacional que precisamos. Por isso, faz todo o sentido nós retirarmos este artigo, Sr. Secretário e até v. Exa. já deu esses argumentos.

Antes que digam que o PAN está a tentar fazer passar aqui uma ideia não só para a criação do provedor e que há aqui uma agenda escondida, eu digo já que isso é totalmente falso. O que nós precisamos e pretendemos é exatamente a mesma coisa que o Sr. Deputado Paulo Estêvão também quis, só que retirou a mesma iniciativa que nós tínhamos. Isto não tem a ver com nenhuma agenda escondida. Isto tem a ver com o zelar pelo bem-estar animal na Região Autónoma dos Açores. Como eu também não acredito – segundo o Sr. Deputado Carlos Furtado – que eu estou mais evoluído nesta questão. É apenas uma opção individual minha. Como também não acredito que todos os madeirenses que não vão ter essa exceção, sejam todos vegetarianos. Não é por aí. Não aqui nada escondido. É tão só zelar pelo bem-estar animal por uma figura que não tem poder de fiscalização nem vínculo nenhum sobre alguma

decisão e sobre todas as entidades da Secretaria da Agricultura que já tem essa missão, que tem essa tutela e essa obrigação.

Esta apenas uma forma de fazer sinergia com uma figura que, Sr. Deputado Nuno Barata, eu quis simplesmente equiparar com aquilo que já temos aqui na Região. Equiparar em termos remuneratórios se não seria injusto para duas pessoas com a mesma figura, apesar do objeto ser diferente, mas que tivessem ordenados totalmente diferentes.

Portanto, se for aprovada nesta Câmara, como tudo indica, essa pessoa até vai preferir ter o ordenado que continuava a ter, porque recebe ainda mais do que aquilo que supostamente nós conseguiremos dar aqui na Região.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado.

Tem agora a palavra a Sr. Deputado José Contente do Partido Socialista.

(*) **Deputado José Contente (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Eu pedi a palavra para uma 2ª intervenção, porque me parece ser útil e desejável clarificar duas situações.

Primeiro, eu não tenho nada a ver, antes pelo contrário, que o Sr. Deputado Paulo Estêvão elogie o seu Presidente da Assembleia.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Olha! Estou aqui quieto e calado!

O Orador: Mas já tenho um pequeno reparo a fazer, quando isso serve para dizer que se sentiu lesado na última Legislatura, por via de alguma decisão da anterior Presidente. E isso não é verdade.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Eu não disse isso!

O Orador: E mais: como sabe, fazia parte da Mesa da Assembleia, como Vice-Presidente, o atual Presidente da Assembleia.

Portanto, não me parece que, para elogiar o Sr. Presidente da Assembleia, seja preciso falar na anterior decisão. Até porque, Sr. Deputado Paulo Estêvão, se o

senhor estivesse nas funções da Sra. Deputada Ana Luis, e recebesse um parecer do atual Chefe de Gabinete do Sr. Presidente da Assembleia que, na altura, fez um parecer jurídico fundamentado...

(Aparte inaudível do Vice-Presidente do Governo Regional)

O Orador: Ó Sr. Vice-Presidente isto é a verdade. E é a verdade que está em causa neste debate e que escusava ter sido trazida aqui.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): É a verdade!

O Orador: Mas foi antes, não é agora.

E eu “não atiro pedras e escondo a mão”, como já escreveu o Sr. Deputado Paulo Estêvão. A mim, quando veem atirar uma pedra, veem a minha mão.

Por isso, queria dizer que não é neste momento, na minha opinião, correto...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É uma verdadeira piçada!

O Orador: ...invocar o comportamento da anterior Presidente da Assembleia, porque ela fê-lo no seu juízo e na sua boa-fé, perante um parecer jurídico que foi emitido. E pô-lo à votação. E todos os partidos, com exceção do Sr. Deputado Paulo Estêvão, rejeitaram a admissão do seu Projeto.

Deputado Miguel Costa (PS): Muito bem!

Deputado João Vasco Costa (PS): É verdade!

O Orador: É preciso que isso fique claro!

Mas isso não belisca, quanto ao Partido Socialista, a grande utilidade e o grande avanço que está sendo feito nesta Casa, por via do diploma apresentado pelo PAN.

É por isso que nos associámos, com gosto a esta questão, mesmo sabendo que podemos correr o risco de o atual Representante da República voltar a ter os entendimentos restritivos que entender. Cá estaremos para ver. Se não acontecer, é porque houve também da parte dele alguma evolução, de quem há

pouco tempo fez, sem nenhuma razão como se viu aqui, um veto político sobre uma matéria talvez com muito menos significado do que esta.

Por outro lado, queria dizer que fiquei satisfeito de ver a seriedade e a correção que já tinha manifestado na Comissão Parlamentar, do Sr. Secretário ao dizer que os serviços de acompanhamento desta situação são competentes e eficazes. E que nós estamos avançados. Não sei se somos ou não os melhores, porque esta coisa do *melhor ou pior* é sempre difícil de classificar. Mas, de facto, o Sr. Secretário simplesmente invocou os factos, desde outubro do ano passado por via da plataforma on line SOS Animal que, ao que parece, alguns cidadãos terão menos acesso, mas isso não desmerece nada essa plataforma e esse recurso que os cidadãos têm. Por outro lado, ainda, é verdade também que na última Legislatura houve um grande aumento nas desparasitações dos animais – 46%; houve também um aumento de 39% nas esterilizações; uma diminuição dos abandonos dos animais e das eutanásias na ordem dos 80%. E isso significa o tal pulo ou degrau – chamem-lhe o que quiserem – em termos de evolução civilizacional.

Isto é um elogio não ao Governo Regional, mas sim aos cidadãos que, de algum modo, se integram. E sabemos que os açorianos têm essa capacidade desde nascença. É isso que acontece na nossa Região, de St^a. Maria ao Corvo.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Muito bem! É verdade!

O Orador: É por isso que eu acho, também, que nós temos um determinado espírito de saber estar e saber conviver com a natureza e naturalmente com os seres vivos existentes nos Açores, quer sejam plantas quer sejam animais, que demonstra alguma sensibilidade para esta situação.

De resto, queria dizer que, para o Partido Socialista, o que hoje está aqui em cima da mesa é realmente um avanço – chamem-lhe salto civilizacional ou não – das mentalidades nestas questões que já existem em todo o mundo. Não nos choca que haja aqui, neste momento, que haja aqui duas perspetivas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Quem diria!

O Orador: Ainda que seja também verdade – é preciso dizê-lo! – que desde o primeiro diploma do PPM, passando pelo segundo, até agora à terceira alteração, o provedor já foi diretor de serviços, depois passou para chefe de divisão e agora vai ser equiparado a diretor regional. Foi isso que se passou num espaço de 1 ou 2 dias, com propostas de alteração.

Esta é a verdade. E estes são os factos, independentemente da nossa posição sobre eles.

Por isso, o Partido Socialista, nesta fase, queria realçar que este consenso existe, de facto, porque perante a intersubjetividade dos nossos discursos, há realmente uma meta e um objetivo: que o bem-estar animal seja uma realidade cada vez mais sustentada, consolidada e consciente para a Região também se distinguir nesta matéria.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados das bancadas do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sr. Deputado Rui Martins do CDS/PP.

(*) **Deputado Rui Martins (CDS/PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Srs. Membros do Governo:

Há pouco na minha intervenção inicial, salientei uma afirmação do Deputado Pedro Neves na Comissão e ele agora clarificou essa afirmação. Ou seja, é a diferença que existe entre animais de companhia, de produção, silvestres ou selvagens. Eu fiz essa referência, no fundo, para fazer a defesa – que agora reitero – desta separação que deve existir na jurisdição que o Provedor terá.

A única razão pela qual fazemos esta defesa, Sra. Deputada Alexandra Manes, é para não se assoberbar o Provedor com queixas que nada têm que ver com o mau trato animal, apenas tem que ver com características próprias da criação de animais. E é exatamente o mesmo argumento que utilizo para o Deputado Nuno Barata.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): É mesmo isso!

O Orador: Não há aqui qualquer lobby. A questão é que não se deve assoberbar com queixas o provedor. É que a perceção que as pessoas têm sobre os maus-tratos dos diferentes tipos de animais – porque há diferenças, caso sejam selvagens ou de companhia – pode ser diferente. Daí, podemos estar aqui a assoberbar uma figura, numa primeira fase, com questões que nada têm que ver com maus-tratos.

Por outro lado, também pelo facto de que, no que toca à agropecuária e aos animais de produção, se estar a criar o tal selo internacional do bem-estar para as explorações agrícolas. E isso também é um passo significativo que os serviços deram e já têm um vasto trabalho feito, sendo que agora vão implementar.

Há auditores para fazer auditorias às explorações agrícolas, o que fará também a diferença no âmbito dos animais de produção e dos seus direitos no que concerne o bem-estar e os maus-tratos.

Por isso, havendo estas duas condições, consideramos que poderá significar – quem sabe! – ainda nesta Legislatura, que possamos revogar aqui uma proposta de alteração que (nós propusemos) a ser aprovada, retirará essa jurisdição ao Provedor do Animal relativamente aos animais de produção. Mas, até ao final desta Legislatura que, esperamos, decorra com normalidade, e atendendo a que em 2022 contamos ter todas as explorações agrícolas com o selo internacional

do bem-estar animal, poderemos muito bem-estar aqui a revogar esta proposta que agora apresentamos.

Queria também clarificar à Sra. Deputada Alexandra Manes que se esta proposta do Provedor do Animal apresentada pelo PPM e que, entretanto, foi retirada, ainda estivesse em discussão, garanto-lhe que o CDS iria na mesma apresentar uma proposta de alteração para retirar a jurisdição dos animais de produção.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Muito bem!

O Orador: Não há aqui misturas. Aquilo que são os nossos princípios e os nossos valores mantêm-se, independentemente do que sejam as nossas concordâncias que são muitas, por isso é que estamos em coligação e temos um Governo. É só!

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Muito bem!

O Orador: Termina dizendo que as propostas que nós integrámos têm como finalidade e principal função, clarificar e robustecer a proposta do Provedor do Animal e dar passos firmes – podem ser pequenos – no sentido de, a breve trecho, podermos estar efetivamente a falar de todos os animais como iguais. Sabemos que, neste momento, poderemos eventualmente não dar esse passo, porque estaremos a assoberbar uma figura recém-criada que irá fomentar essas sinergias, irá criar novas ligações e métodos de trabalho com todos os parceiros, sejam associações de defesa animal, sejam órgãos institucionais do Governo Regional e das autarquias. Daí ser importante a criação do Provedor do Animal seja realmente um sucesso e que não seja algo que vai mancar, porque depois não terá verdadeiramente uma representatividade e uma função que trabalhe e concorra para efetiva promoção do bem-estar animal na Região Autónoma dos Açores.

Muito obrigado.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra pelo PPM o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, até porque não estava para participar mais no debate, mas fui aqui duas vezes interpelado pelo Sr. Deputado José Contente e também pela Sra. Deputada Alexandra Manes.

Eu até pensei que a Sra. Deputada viesse aqui dizer: “bom, peço desculpa, em 2029 devia ter criado as condições para que este diploma fosse pelo menos aqui discutido”. Foi o que o vosso partido não permitiu votando negativamente em relação ao recurso – primeiro ponto.

Deputada Ana Luís (PS): E os outros todos Sr. Deputado!

O Orador: Estamos conversados!

Segundo ponto – sobre o discurso do Sr. Deputado José Contente, gostaria de dizer-lhe que, na altura, através dum recurso apresentei os argumentos.

Desde logo, pergunto como é que era inconstitucional se estava no programa do Governo do Partido Socialista?!

Depois, o processo da Madeira estava em curso.

Deputada Ana Luís (PS): Na Madeira é uma resolução! O senhor sabe o que é isso!

Na altura era uma resolução e o senhor sabe disso! Não era um decreto legislativo regional!

O Orador: E o que é que aconteceu agora? A única coisa que aconteceu foi a publicação! Essa é que é a novidade. Tudo o resto é muito antigo!

Estava no programa do Governo da República!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra pelo PPM o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural** (*António Ventura*): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Srs. Membros do Governo:

Alguns esclarecimentos e alguns contributos relativamente a esta questão e às dúvidas levantadas pelos Srs. Deputados.

Em primeiro lugar, dizer-vos que considero que o provedor efetivamente é uma duplicação.

O perigo da existência desta figura para os animais de produção, é trazer para a esfera da sensibilidade queixas que a mesma (sensibilidade) não está ajustada ao que é um animal de produção.

Reparem: já em Comissão dei um exemplo que vou voltar a repetir.

Nos Açores, temos cerca de 245 mil bovinos, dos quais 60 mil são bovinos com aptidão leiteira.

As queixas mais recentes que nós temos, são sobre o facto de um bovino de aptidão leiteira ser magro. Ora, se um bovino com essas características não for magro, não está a canalizar energias para a produção de leite, mas sim para a produção de carne. Logo, tem que ser magro. Mas a sociedade, muito afastada da produção primária, por vezes, não compreende isto. E, portanto, o sistema ficará entupido com novas sensibilidades que não estão ajustadas àquilo que é a verdadeira realidade de um animal produtivo.

Portanto, trata-se de eficiência, de realidade e clareza sobre este assunto.

É muito simples!

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(*Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e dos Membros do Governo*)

O Orador: Nós não estamos a esconder nada. Há efetivamente muita transparência. E, Sra. Deputada Alexandra Manes, se sabe de alguma ilegalidade relate às autoridades rapidamente!

É sua obrigação enquanto Deputada dar o exemplo!

Se sabe de alguma ilegalidade, dirija-se à Direção Regional de Agricultura, à PSP e à GNR e diga qual é! Relate!

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, CDS/PP e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e dos Membros do Governo)

O Orador: O relatar aqui nesta Assembleia, é muito pouco para si! E não é exemplar! Faça-o por escrito!

O dizer não se coaduna com o fazer. E, portanto, tem que o fazer obrigatoriamente, a partir do momento em que o diz! Não pode esconder ou omitir como Deputada!

Sr. Deputado Nuno Barata, é a segunda vez que ofende a instituição Federação Agrícola dos Açores.

Eu já fui Presidente da Federação Agrícola dos Açores e devo dizer-lhe que esta instituição é isenta, é colaborante e tem pensamento próprio. É eleita democraticamente e as suas decisões internas também são democráticas.

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Muito bem!

O Orador: E. Sr. Deputado, estar agora contra a Federação Agrícola dos Açores é estar contra os agricultores.

Tenho dito.

Voices dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Tem agora a palavra pelo PSD o Sr. Deputado Carlos Ferreira.

(O Deputado Carlos Ferreira dá a indicação de que prescinde da palavra)

Presidente: Tem então a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata da Iniciativa Liberal.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Eu vou precisamente começar pelo fim.

Sr. Secretário, eu não ofendi a Federação Agrícola dos Açores, nem agora nem da outra vez em que a ela fiz um reparo.

A Federação Agrícola dos Açores tem tanta responsabilidade, como tem o senhor e os secretários regionais que o antecederam, em relação aos principais problemas que a agricultura dos Açores enfrenta!

Eu não ofendo os agricultores e sabe porquê?!

Porque eu sou agricultor, horticultor. E sou filho e neto de agricultores. E quase todos nesta Casa - não deve haver uma pessoa nos Açores que não tenha - têm na sua ascendência um agricultor.

Todos fomos, algum dia, agricultores nesta terra onde não houve mais nada senão a terra para nos dar de comer. E ainda hoje é assim! E isso é que me

preocupa. É que ainda hoje é da terra que nós tiramos a maior parte do nosso produto interno bruto. É da terra que nós vivemos!

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): Tem toda a razão!

O Orador: E por isso é que me preocupam algumas posições da Federação Agrícola dos Açores que não têm a ver com a totalidade dos açorianos.

E vou lhe dizer mais uma coisa: invocar a democraticidade dessas instituições tem muito que se lhe diga, Sr. Secretário!

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): Isso é grave!

O Orador: Tem muito que se lhe diga!

Porque essas instituições começam a eleger os seus dirigentes em pequenas cooperativas, perenes de caciquismo! E depois vêm por aí fora e... chegam ao caciquismo final!

Portanto, o senhor não me venha ensinar como é que essas coisas se fazem, porque eu já tive em associações agrícolas, em associações de armadores, em associações de bandas de música, em *poderios* de coisas dessas!

Também já passei por partidos políticos – já estive em três, veja o senhor!

Veja lá o que é que eu já padeci! Na JSD. No CDS. Agora na Iniciativa Liberal. Por isso, eu sei muito bem como é que essas coisas funcionam. E quanto mais pequeno o universo dos eleitores, mais fácil é existirem coisas dessas.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): O senhor é mais um democrata!

O Orador: Quando a maior parte dos eleitores são os pais dos trabalhadores dessas associações então é uma desgraça!!

Mas eu nem sequer vou entrar por aí! Fica para outras *núpcias*!

Quem vem dar razão aos meus argumentos é o Sr. Deputado Rui Martins, quando vem esclarecer. O Sr. Deputado faz uma coisa fantástica que o Sr. Secretário também reiterou.

Vamos tirar daqui os animais de produção, porque senão, vamos entupir o sistema.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): Não é isso! Diga tudo! “Trazer novas sensibilidades!”

O Orador: É fantástico!!

O Sr. Secretário disse e o Sr. Deputado Rui Martins também disse: “Vamos retirar deste diploma os animais de produção, porque senão vamos entupir o sistema”.

Isso é mais uma razão para eles estarem aqui! Isso preocupa-me!

O Sr. Secretário ainda usa um outro argumento mais fantástico que é a ignorância dos queixosos.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): Desconhecimento!

O Orador: A ignorância dos queixosos vai entupir o sistema!

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): E outras coisas mais!

O Orador: Veja-se só a necessidade que nós temos de ter isto aqui escrito!

Ó senhor, eu sei isso tudo!

Sei do cão que está amarrado na máquina de ordenha. Do cão que está na caixa da carrinha, não é Sr. Deputado Pedro Neves?

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): Isso é de companhia!

O Orador: Que também são das tais incongruências que quem legisla – e eu não gosto de criticar o legislador, porque a gente nos partidos pequenos temos que legislar e deliberar sobre coisas que não dominamos – tem que saber.

Quando o legislador escreve umas coisas e, de repente, estão 20 cães à solta na caixa dum carrinha fechados numa rede, podem estar. Mas se eu tiver um amarrado com uma corrente pela coleira já não pode! Eu percebo. Mas deixei os meus amarrados na caixa da parrinha, paciência! Ainda estão lá as *correntinhas*. Quem pára o carro na Assembleia (delegação) ainda as deve ver lá. Eu já não uso.

Mas, Sr. Secretário, alegar a ignorância dos cidadãos...

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): Desconhecimento!

O Orador: ...o desconhecimento, que seja, é mais ou menos a mesma coisa. Eu gosto de usar palavras mais fortes. E o senhor gosta de usar umas coisinhas mais fofinhas. É uma maneira diferente de ver os assuntos. Mas o que o senhor disse foi que a ignorância do queixoso entope o sistema. E o que o Sr. Deputado Rui Martins disse foi que o número de queixas entope o sistema.

Isto para mim, é razão mais do que suficiente para manter a proposta do PAN e não aceitar a proposta que a Coligação fez.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. A Iniciativa Liberal esgotou o seu tempo para este diploma.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado José Contente.

(*) **Deputado José Contente** (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Também dum maneira muito rápida e tranquila, gostaria de dizer ao Sr. Deputado Paulo Estêvão que, de facto, o Partido Socialista teve no seu programa de Governo a criação da figura do Provedor. Aliás, devo dizer que o primeiro provedor sectorial nos Açores, foi o Provedor do Utente, criado por Resolução de 2010.

Portanto, nós temos essa boa história na nossa praxis política e na matriz do nosso partido. E, como dizia Galileu, “a Terra move-se”.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes.

(*) **Deputada Alexandra Manes (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário:

Eu vou lhe dizer duas ou três coisas numa forma muito rápida e com todo o respeito que eu tenho por si, esperando que o senhor tenha sucesso nas suas funções.

Depois de ter tentado passar um atestado de *iliteracia bovina*, a mim, às pessoas que nos acompanham e aos que fazem denúncias, quero-lhe dizer que chegou com 30 anos de atraso em relação a mim, à defesa do bem-estar animal. É muito tempo!

Nos últimos anos eu fiz, faço e continuarei a fazer sempre denúncias. E não me pode acusar nem o senhor nem ninguém de não as fazer!

Agora, falo com as pessoas que andam há anos a fazer denúncias e que muito recentemente as fizeram e que se calhar ficaram... entupidas, se calhar o sistema entupiu e as denúncias não saíram da secretária!

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Faça-as chegar!

A Oradora: Tal como o Sr. Deputado Pedro Neves do PAN disse, também o Bloco recebe denúncias. E também faz, encaminha e tenta fazer com que as pessoas mantenham aquele dever cívico que têm de fazer denúncias.

Eu continuo a dizer, Sr. Secretário: tirar os animais de produção daqui, só faz com que se levantem algumas dúvidas em relação a esses animais. E isso fica aqui por culpa desta alteração que foi feita por proposta da Coligação.

Quem deixa ficar mal os agricultores não somos nós que estamos aqui a defender que os animais de produção devam continuar. É exatamente a retirada deles daqui é que levanta suspeitas.

Mais uma coisa, Sr. Secretário: quando quiser ir comigo de manhã ver o transporte terrestre de bovinos que é feito naqueles atrelados, a gente pode contar 7 e 8 bovinos onde só cabem 4.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): Depende do tamanho e do peso!

Deputada Alexandra Manes (*BE*): O senhor não me vai continuar a chamar de tola!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Rui Martins do CDS/PP.

(*) **Deputado Rui Martins** (*CDS-PP*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário, Srs. Membros do Governo:

Apesar do Deputado Nuno Barata já não ter tempo gostaria de tecer algumas considerações à sua intervenção, nomeadamente quando vem falar dos cães de fila atrelados na caixa duma carrinha e eu pergunto-lhe: mas os cães de fila na caixa duma carrinha são animais de produção? Não são!

Deputado Nuno Barata (*IL*): Não, não, Sr. Deputado, isso já está esclarecido!

O Orador: O Provedor poderá e deverá atuar nesses casos, sem dúvida alguma. A questão não é essa.

A questão de assoberbar o Provedor com queixas, não quer dizer que haja maus-tratos de animais. Aliás, eu fiz logo questão de referir isso na minha intervenção inicial.

Não estamos aqui a pôr em causa os maus-tratos a animais. Isso é obviamente reprovável e nós não queremos na Região.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): E é crime!

O Orador: E é por isso também que se vai criar o selo das explorações agrícolas.

É por isso que os serviços têm feito acompanhamento de explorações agrícolas e quando as coisas não estão bem, há repercussões.

Ao falar-se de assoberbar o Provedor, é exatamente por causa de queixas que nada têm que ver com maus-tratos a animais. Tem, sim, a ver com as características próprias da criação de animais.

Como disse e bem o Sr. Secretário, é uma questão de sensibilidade. É mesmo isso. E dou o exemplo do IRA – não sei se conhecem – que é a Associação Intervenção e Resgate Animal.

Eu tenho a certeza de que as pessoas do IRA gostam de animais, não tenho qualquer tipo de dúvida. Mas gostaria de saber se os Srs. Deputados concordam com as práticas que são conhecidas e levadas a cabo pelo IRA?

São práticas que, muitas vezes, configuram aquilo a que se pode chamar de **terrorismo**, ações terroristas de resgate animal, que é o que fazem essas associações.

E isso tem a ver com quê? Com a sensibilidade que essas pessoas têm. Eles têm uma perceção diferente sobre o que é mau-trato animal.

Nós aqui, a única coisa que não queremos que aconteça, é que seja transposta para a figura do Provedor e que ele perca a agilidade e a ação que deve ter, por causa de diferenças de sensibilidade entre as pessoas, porque quem observa poderá ter uma sensibilidade diferente daquilo que é a realidade dos factos. É única e exclusivamente por isso.

Não há qualquer incongruência. Não há aqui qualquer tentativa de ocultar o que quer que seja. Há efetivamente uma tentativa de que as coisas funcionem bem. E como disse antes, o CDS estará disponível, a breve trecho, assim que houver condições e que nós consideremos que elas existem, para revogar

eventualmente esta proposta de alteração que fizemos, se ela for aprovada obviamente.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural** (*António Ventura*): Obrigado, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Efetivamente tenho que reconhecer que em todas as profissões há bons e maus. Mas isso existe em todo o lado.

O facto de não existir o Provedor não quer dizer que não vamos continuar a dar provimento e a tratar o assunto do bem-estar animal. Aliás, nós queremos elevar este assunto em termos de prioridade, porque sabemos que isso transmite confiança e credibilidade aos consumidores.

É uma nova sensibilidade que considero ser, de facto, um avanço da humanidade em termos de valor e de relacionamento e respeito para com os animais, sejam eles de que tipo for, de produção, selvagens, para fins lúdicos etc.

Porém, é normal e natural que exista algum desconhecimento sobre a forma e o processo de produzir em pecuária, porque isto tem uma especificidade muito própria.

Vou-vos dar um exemplo desse desconhecimento:

há 3 anos atrás foi feito um inquérito em quase todas as escolas da União Europeia sobre o leite. E grande parte dos alunos disse que o leite vinha das prateleiras dos supermercados. Isto porque há, de facto, um afastamento da produção primária, as pessoas estão mais afastadas. Mas isso é normal. Isto não é acusar ninguém.

O que nós estamos a fazer é ajustar a verdadeira realidade, em termos de produção, àquilo que devem ser as verdadeiras queixas.

O Provedor vai trazer para a esfera das queixas, novas sensibilidades que não estão ajustadas aos animais de produção. Este é o perigo. E, Srs. Deputados, outro dia numa reunião com uma associação agrícola (ilha de St^a. Maria) estava lá um quadro exposto que, para mim, é a melhor definição de bem-estar animal e que foi feito por um açoriano.

(Aparte inaudível de um deputado da bancada do PSD)

O Orador: Por acaso também já disse isso. Mas foi enquanto Deputado da República. E foi numa cimeira sobre a PAC em Bucareste. Tem toda a razão. Mas voltando atrás, dizia lá nesse quadro: “Não é o animal que é sacrificado. É o amor com que o criaste”.

Isto para mim, e para todos nós, deve demonstrar o verdadeiro relacionamento entre um açoriano e o seu animal de produção e o seu animal de companhia. No caso em apreço, do seu animal de produção.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Tem a palavra, pelo PSD, o Sr. Deputado Carlos Ferreira.

(*) **Deputado Carlos Ferreira (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não pretendo também alongar-me muito nesta discussão. No entanto, há aqui dois ou três pontos que me parecem importantes para clarificar uma vez mais aquela que é a nossa posição.

Vou começar pela Sra. Deputada Alexandra Manes que diz que está há 30 anos na área do bem-estar animal e, como nós somos amigos de infância, vou-lhe dizer que não sabia que já tinha 30 anos, Sra. Deputada, portanto fico muito surpreendido com essa sua confissão aqui no plenário.

(Risos de alguns Deputados das diversas bancadas)

Mas aproveito para lhe dar os parabéns pelo trabalho feito, estendendo-se a todos os voluntários das associações, como referimos ao longo desta manhã porque, de facto, nós hoje estamos muito mais avançados do que há umas décadas atrás. E, sobretudo nos tempos iniciais das associações de proteção do animal, havia até um grande preconceito em relação às mesmas e aos seus voluntários que, felizmente, foi ultrapassada ao longo dos anos e temos dado passos muito importantes nestes últimos anos, ao nível da Região e também a nível nacional e internacional.

Relativamente à iniciativa aqui em debate, penso que já todos percebemos também quais são as posições dos diversos grupos e representações parlamentares, nomeadamente em relação à nossa perspetiva de não envolver nas atribuições do Provedor do Animal os animais de produção, pela diferente natureza, sensibilidade e até por uma questão de eficiência, com o compromisso já aqui assumido de, no caso de percebermos ao longo desta Legislatura que deve haver uma prorrogação dessas mesmas atribuições, deve haver um envolvimento e uma maior abrangência e nos comprometermos a debater novamente essa situação. Mas, neste momento, não nos parece o mais adequado.

Parece-nos que, com o leque de atribuições previstas para o Provedor Regional do Animal, o seu direcionamento, sobretudo para o bem-estar e a defesa dos animais de companhia, será já um salto qualitativo muito importante nesta matéria.

Eu gostaria também de dizer que não circunscrevemos as nossas propostas de alteração à questão dos animais de produção, muito pelo contrário; há mais de uma dezena de propostas que apresentamos, que não desmerecem a iniciativa apresentada pelo PAN, bem pelo contrário, e têm por objetivo complementar e aperfeiçoar o diploma aqui em discussão.

Gostaria, ainda, de referir que, na nossa perspetiva, não se justifica - neste momento - a alteração proposta pelo PAN de, em vez de equiparar - para afeitos remuneratórios - o Provedor Regional do Animal a cargo de direção intermédia de 2º grau, equipará-lo a cargo de direção superior de 1º grau.

Portanto, na nossa perspetiva isso não é o mais adequado nesta altura e não acolheremos, por conseguinte, essa proposta que, no entanto, e como referi há pouco, não retira o mérito da iniciativa, nem retira o mérito de trazer a debate neste Parlamento o bem-estar animal novamente. E certamente em breve voltaremos a discutir o tema. Pensamos que o debate (construtivo) que aqui temos construído, como disse o Sr. Deputado José Contente, contribuiu para dar mais um *pulo* nesta matéria da defesa dos animais e a dar também mais um pulo civilizacional na nossa Região.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra, pelo Partido Socialista, o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Agora?! Onde tem estado o líder?

(*) **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

É verdade Sr. Deputado Estêvão, “antes tarde do que nunca”!

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Eu peço para intervir, porque também gostaria de perceber melhor algumas das questões que têm sido colocadas neste debate e nesta discussão, a propósito deste diploma.

As razões dos partidos que apresentaram propostas de alteração, no sentido de excluir os animais de produção – chamemos-lhes assim – do âmbito deste diploma são, fundamentalmente, duas. Por um lado, o facto de manter os animais de produção levaria a um alargamento do âmbito do diploma, a um *entupir* da atividade do Provedor. Em segundo lugar, temos o facto de trazer para o domínio das sensibilidades aquilo que é, nas palavras do Sr. Secretário – não concordo, mas isso já nos levaria para outra discussão – as especificidades do modo de produção.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Mas há mais!

O Orador: Ora bem, lendo o diploma que temos em apreciação eu não percebo esses argumentos, porque o facto é que a atividade do Provedor não se define por relação a uma tipologia de animais, mas define-se por relação à atuação dos serviços integrados dos órgãos municipais e órgãos regionais.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Quer mais uma duplicação?!

O Orador: Aliás, o nº2 do Artigo 2º é claro quando diz: “o Provedor exerce a sua atividade em relação à atuação dos serviços integrados dos órgãos municipais e órgãos regionais, no exercício de competências em matéria de bem-estar animal”.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): Mas as câmaras municipais não têm nada a ver com as vacas de leite!

O Orador: Bom, é este número que enforma a atuação do Provedor. É isso que eu gostaria também de perceber, isto é, se face a um quadro legal que existe, o que nos leva ao nº1 do Artigo 2º que diz:

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): O diploma não é nosso, só o melhorámos! Passa por aí!

O Orador: ... “o Provedor Regional do Animal tem como missão a defesa e promoção do bem-estar animal, nomeadamente através do acompanhamento da atuação dos poderes públicos, no cumprimento da legislação regional aplicável, sem poder decisório ou capacidade sancionatória”. E o que eu gostava de perceber é, com esta missão, como é que ter mais ou menos animais, interfere com a função do Provedor? Esta é uma questão.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): Interfere, sim senhor!

O Orador: A segunda questão tem a ver com o domínio das sensibilidades. O Provedor, pelo menos na forma como está redigida a proposta, não é eleito por esta Assembleia para dizer aquilo que ele acha que deve ser. Ele é eleito por esta Assembleia para, face a um quadro legal que existe...

Deputada Andreia Costa (PS): Claro!

O Orador: ... determinar se as autoridades regionais e municipais necessitam de aperfeiçoar a sua atividade, face a esse quadro legal. E, portanto, o domínio das sensibilidades também não entra aí.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): Entra sim senhor!

O Orador: Eu não estou a aperceber por que razão é que estes dois argumentos são apresentados. E gostava de perceber!

Esta é uma questão que deixo, quer aos partidos que subscrevem a proposta, quer ao Sr. Secretário Regional.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes do Bloco de Esquerda.

(*) **Deputada Alexandra Manes (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Rui Martins:

Eu gostava que ficasse aqui registado que eu não me revejo em nada das ações do IRA ou da forma como elas são feitas. Mas também quero que fique registado aqui que o Sr. Deputado Rui Martins do CDS quis associar todas aquelas pessoas que têm alguma sensibilidade relativa aos animais de produção, às ações do IRA. E de uma forma subtil, tentou chamá-los de terroristas! E isso fica muito feio, quando se quer uma sociedade que participe no seu ato de cidadania!

Deputado José Pacheco (CH): Vindo de quem chama xenófobo a um partido, não esteve muito bem!

Deputada Alexandra Manes (BE): Fui provocada! Depois não digam que não reagi!

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Por quem Deus manda o recado!

Deputada Alexandra Manes (BE): Inscreva-se, se faz favor!

Deputada Ana Luís (PS): Muito bem!

Presidente: É assim mesmo Sra. Deputada. Não se reage.

(Risos da Câmara)

Presidente: E desta vez eu ouvi a provocação.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Martins.

(*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Srs. Membros do Governo, Sra. Deputada Alexandra Manes.

Eu ia pedir a palavra para uma interpelação, pedindo que fosse feita uma transcrição do Diário das Sessões, daquilo que foram as minhas afirmações sobre o IRA.

O que eu disse, e depois poderão confirmar no Diário das Sessões, é que não duvido que as pessoas que fazem parte dessa associação gostem de animais. E tenho a certeza de que os Srs. Deputados não se reveem nas ações de “terrorismo animal” levadas a cabo por essa associação. Tão só e exclusivamente isto.

Portanto, não sei se terei que fazer uma interpelação ao Sr. Presidente, mas poderei pedir aos serviços que disponibilizem esse extrato da minha intervenção anterior em que eu falo do IRA.

Relativamente às questões colocadas pelo Deputado Vasco Cordeiro, não deixa de ser interessante que o Partido Socialista, tanto pela voz do Deputado José Contento, como pelo próprio Deputado Vasco Cordeiro, já tenha dito que iria aprovar ou acolher as propostas de alteração da Coligação. E pronto, estranho que levante essas questões só agora. Mas de qualquer das formas, a nossa posição continua a ser a mesma.

(Apartes inaudíveis trocados entre alguns Deputados das bancadas do PS e do PSD)

O Orador: Claro, mas a nossa posição continua a ser a mesma.

Consideramos que está esclarecido o domínio das sensibilidades, não obstante o enquadramento e a interligação com os serviços, pois o Provedor tem efetivamente essa missão de articular a sua ação com os serviços já existentes,

sejam eles do Governo Regional, das autarquias locais ou das associações de defesa animal. Mas esta figura máxima pública na defesa do bem-estar animal, enquanto agente e ator, não deixaria de ser uma figura a quem facilmente se iria recorrer, com situações que muito provavelmente poderiam não configurar uma situação de maus-tratos. É única e exclusivamente disso que se trata. E reitero que nada invalida que, a breve trecho, possamos estar aqui a ter uma discussão e uma alteração a este diploma, se for verificado que efetivamente podemos falar, de forma abrangente e ampla, sobre bem-estar animal. Ou seja, há aqui realmente especificidades. E o Sr. Deputado (Vasco Cordeiro) conhece muito bem as especificidades dos métodos de produção e que não põem em causa o bem-estar animal nem configuram maus-tratos animais. E o exemplo que eu dei do IRA, nomeadamente da intervenção e resgate animal, é precisamente isso. É uma questão de sensibilidade em que, para aquelas pessoas justificam os meios; para a maioria das pessoas – e eu frisei que nenhum deputado nesta Casa se reverá naquelas ações terroristas – não deixa de ser uma sensibilidade e uma apreciação que aquelas pessoas fazem do que são maus-tratos e de como é que devem agir. Apesar de eu achar, e reitero, não tendo muito conhecimento profundo e pessoal para dizer em que é que os Srs. Deputados se reveem ou não em matéria de bem-estar animal - e considerando que as intervenções que me precederam demonstram isso - sei que estamos todos prontos para dar um salto civilizacional, como disse o Sr. Deputado José Contente.

Por isso é que eu considero que a maioria ou a totalidade de nós não se reverá nessas atitudes. E é por isso, também, para terminar, que as nossas propostas vão única e exclusivamente no sentido de valorizar a figura do Provedor do Animal e não esvaziá-la ou, pelo menos, torná-la em algo que não acrescenta nada na pedagogia e no bem-estar animal nos Açores.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

O CDS esgotou o seu tempo para este diploma.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Carlos Ferreira.

(*) **Deputado Carlos Ferreira (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sra. Deputada Alexandra Manes:

Vou novamente brincar, para lhe dizer que depois do elogio que lhe dei há pouco, a senhora está muito mais capaz de aceitar as provocações que lhe fazem aí da bancada do Partido Socialista.

Deputada Ana Luís (PS): Não foi do Partido Socialista!

Deputada Sandra Faria (PS): Foi do Chega!

O Orador: E agora gostaria de me dirigir ao Sr. Deputado Vasco Cordeiro que colocou questões a esta bancada duma forma que me pareceu algo simplista.

O Sr. Deputado abordou a missão e contexto previstos para o Provedor, nomeadamente no Artigo 2º, nº1, duma forma excessivamente simplista, esquecendo-se de abordar as competências alargadas que constam do Artigo 3º do diploma, nomeadamente das propostas de alteração que nós apresentámos.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Oh, Sr. Deputado!

O Orador: E, portanto, Sr. Deputado, com toda a consideração que tenho por si e que é muita, parece-me que percebendo que o Sr. Deputado Nuno Barata iria votar contra esta proposta de alteração, tentou retirar dividendos políticos da situação que tem estado aqui em debate.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Exatamente!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: E é legítimo, politicamente, que o faça – Sr. Deputado – mas não nos parece adequado que o faça com tão grande simplicidade, esquecendo todos

os argumentos que já foram apresentados ao longo do debate, quer pelas bancadas do PSD, CDS e PPM, quer pelo Governo Regional que também participou de forma muito construtiva nesta apreciação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Miguel Costa (PS): Humildade democrática e transparência!

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, prescindo.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

(*) **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Carlos Ferreira:

Há uma parte da sua intervenção sobre a qual eu gostava de dizer o seguinte: no articulado do diploma e na própria forma como é configurada a função desta entidade, isto não está *tudo ao molhe e fé em Deus*. E acho eu que as coisas devem ser interpretadas de forma a terem uma determinada coerência.

O Artigo 2º, diz qual é a missão desta entidade. Não soma com as competências. Essas, são a forma como aquela missão é exercida. E, portanto, o argumento que o senhor apresentou, segundo o qual, eu li o Artigo 2º, mas esqueci-me de ler o Artigo 3º ou 4º, não faz qualquer sentido.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Faz completamente. Faz todo o sentido!

O Orador: A questão que eu coloquei é, se esta entidade agora em discussão na Assembleia, tem como missão e como referencial da sua atuação fiscalizadora – se lhe quisermos chamar assim – aquele que é o trabalho das entidades públicas regionais e municipais (é só!), **no cumprimento da legislação aplicada**, eu não percebo os dois argumentos que foram apresentados aqui.

Não percebo como é que se pode dizer “bom, mas se nós tirarmos daqui uma determinada categoria de animais, estaremos a aliviar o trabalho”. Não é assim. Se o senhor dissesse “saem as entidades municipais” ...

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): Não só!

O Orador: ... aí eu percebia, embora discorde, mas é uma opção e eu perceberia.

Agora, diferenciar entre tipologias de animais, o Provedor do Animal, da forma como está, não tem a sua atuação dirigida aos animais propriamente ditos. Tem a sua atuação dirigida à forma como as entidades municipais e regionais cumprem a legislação, do ponto de vista do bem-estar animal.

É isso que diz o Artigo 2º. E os restantes artigos das competências têm de ser lidos em função da missão do Provedor, não soma nem acrescenta.

(risos do Deputado Paulo Estêvão)

Dá-lhe o riso, Sr. Deputado Paulo Estêvão?

O senhor está-se a lembrar duma coisa que viu lá fora, não é?

(Risos de alguns Deputados da bancada do PS e do Deputado Nuno Barata)

E, portanto, desse ponto de vista, eu não percebo, mesmo na componente de trazer a sensibilidade; não, não traz a sensibilidade. E até pode acontecer que o Provedor diga o seguinte:

“Eu entendo, porque tenho essa competência, que deveria haver legislação neste ou naquele sentido”. Muito bem. Estamos aqui. E há de ser este Parlamento que há de dizer “o senhor tem razão” ou, então, “o senhor não tem razão”. Porque nós não nos demitimos dessa tarefa, porque quem continua a aprovar legislação é este Parlamento.

Relativamente à questão dos dividendos políticos, Sr. Deputado Carlos Ferreira, depois da apresentação da vossa proposta de alteração, o senhor quer mesmo entrar nessa discussão?!

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Ferreira.

(*) **Deputado Carlos Ferreira (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Vasco Cordeiro:

Eu volto a dizer-lhe que o Provedor tem efetivamente a missão devidamente exposta no Artigo 2º do diploma, mas depois tem um leque de competências que os partidos da Coligação fizeram ainda questão de alargar. E não pretendendo elencá-las aqui todas, posso só mencionar algumas, tais como:

- Receber queixas e sugestões;
- Analisar as denúncias;
- Encaminhar para as entidades competentes;
- Propor as medidas necessárias à prevenção de riscos;

- Emitir, por iniciativa própria ou com base em solicitações, pareceres e recomendações;
- Contribuir para que a proteção e o bem-estar animal seja considerada na definição;
- Esclarecer todas as dúvidas.

Ou seja, há um leque de competências que, por si só, garante que o Provedor vai ser uma mais-valia nesta Região em matéria do bem-estar animal.

Portanto, penso que o Sr. Deputado limitou excessivamente as funções e a missão ao Artigo 2º e que é fundamental deixar aqui bem claro...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: ... que o leque de competências a assumir pelo Provedor, é muito mais alargado do que o referido aqui há pouco.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Outra questão. O Sr. Deputado José Contente disse na intervenção inicial, que o Partido Socialista iria votar favoravelmente todas as propostas de alteração apresentadas pela Coligação.

Eu pergunto-lhe: o Partido Socialista concorda ou não que os animais de produção estejam sob a vigência da atuação do Provedor Regional do Animal?

E se o Partido Socialista vai manter a posição aqui anunciada pelo Sr. Deputado José Contente ou se vai mudar de posição?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O Sr. Deputado José Contente não merece que lhe façam isso! Já é a segunda vez!

(Aparte inaudível do Deputado José Contente)

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão e Sr. Deputado José Contente, posso continuar?

Muito obrigado.

Vou dar a palavra ao Sr. Deputado Vasco Cordeiro e alerto que tem muito pouco tempo.

(*) Deputado Vasco Cordeiro (PS): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Deputado Carlos Ferreira:

Se o Provedor é uma mais-valia em termos de proteção animal, cada vez se percebe menos a racionalidade e a justificação para esta proposta que os senhores apresentaram.

A questão é esta: o senhor quer saber qual é a posição do Grupo Parlamentar do PS?

Vamos à votação que é aí que ela se manifesta.

Agora, o que se percebe da sua pergunta, é que os senhores queriam safar-se deste debate o mais rapidamente possível, porque o que ele está a demonstrar é que os senhores não podem estar *com Deus e com o diabo* ao mesmo tempo!

(Apartes inaudíveis de alguns Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Os senhores não têm justificação para esta proposta de alteração que apresentam. E eu gostava, neste debate, de perceber exatamente isso! Perceber as razões pelas quais esta proposta é apresentada.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): O senhor não tem estado no debate!

O Orador: E até este momento, os senhores não apresentaram argumentos! Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado.

O Partido Socialista esgotou o seu tempo para este debate.

A Mesa não tem mais inscrições.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural.

(*) Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Uma última intervenção para alertar-vos para a situação de que o que o Grupo Parlamentar do PS está a tentar fazer, é criar complexidade na Administração Regional.

Estando incluídos os animais de produção, e percebendo que o Provedor do Animal será um ativo público, com opinião pública, com participação em audições, com pronúncia própria, o que vai acontecer é que os técnicos vão ficar atulhados de burocracia e irá haver mais complexidade num sistema em que não é preciso. Pelo contrário, é preciso criar simplicidade. Ou seja, nós já estamos a fazer e a elevar em termos de bem-estar animal – e isto é algo que já

foi herdado – e estamos na vanguarda. E, portanto, o sistema não precisa de mais burocracia e complexidade. O sistema precisa de simplicidade.

Esta é uma situação que vai ocorrer se o Provedor do Animal for aprovado nesta Casa, para além das sensibilidades, o sistema vai ficar entupido por causa da burocracia. Nós vamos ter complexidade, em vez de termos simplicidade, no caso dos animais de produção.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão. Alerto-o de que tem muito pouco tempo.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Ainda tenho tempo, isto chama-se boa gestão.

Muito rapidamente, para prestar uma palavra de homenagem ao Sr. Deputado José Contente.

Pelo seu percurso político, o Sr. Deputado não merece aquilo que lhe foi feito pelo Sr. Deputado Vasco Cordeiro!

(Risos de alguns Deputados da bancada do PSD)

Não merece que perante as afirmações que fez e os compromissos que assumiu em nome da bancada do Partido Socialista, agora, o Sr. Deputado Vasco Cordeiro, porque quis aproveitar taticamente a evolução do debate querendo infligir uma derrota à Coligação, mude de opinião e coloque o Sr. Deputado em causa!

O senhor não merece isto que lhe foi feito!

Presidente: Sr. Deputado, agradeço que termine.

O Orador: O Sr. Deputado José Contente dizia há pouco “a Terra continua a girar”.

Pois, continuou a girar depois da sra. Deputada Ana Luis, então Presidente do Parlamento, não ter admitido o Projeto de Decreto Legislativo Regional que foi apresentado pelo PPM há 2 anos. E é por a “Terra continuar a girar” que agora vai ser aprovada uma Proposta sobre o Provedor do Animal que em 2019 eu propus, o PPM propôs, e que nem sequer foi admitida neste Parlamento.

“A Terra continua a girar”, hoje, amanhã e depois!

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

O PPM esgotou o seu tempo para este debate.

O Sr. Deputado José Contente pede a palavra para?

(* **Deputado José Contente (PS):** Para uma interpelação, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para uma interpelação.

(* **Deputado José Contente (PS):** Sr. Presidente, é só para lhe perguntar quando é que entraram as propostas de alteração da Coligação, e naturalmente também a nossa, que foi há pouco? E saber se no âmbito do estudo das propostas, os partidos podem concordar com elas, como é o caso do Partido Socialista, mas questionar algum ponto ou alguma alínea, no âmbito das propostas que entram?

Por isso, não respondendo ao Sr. Deputado Paulo Estêvão, porque não posso, não me sinto beliscado nem no trajeto, nem na honra e nessas coisas que às vezes se diz por aí.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Está registada a sua interpelação.

O que me compete dizer é que ainda estão a entrar propostas. Acabei de despachar uma proposta de alteração do PAN, para além de ter despachado há pouco as do Partido Socialista. E, portanto, é assim que flui o debate.

As propostas vão entrando até ao fim do debate na generalidade.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

Deputada Andreia Costa (PS): Muito bem, Sr. Presidente!

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Antes de iniciar esta minha intervenção final, porque devo ser dos poucos ou o único que ainda tem tempo, queria dizer que a alteração que fiz foi apenas de *manicure*, isto é, foi apenas a retirada duma palavra que fazia toda a diferença relativamente ao artigo. Mas depois os Srs. e as Sras. Deputadas hão de verificar.

Gostaria de dizer, ainda ao Sr. Secretário Regional sobre a complexidade em relação à não exceção da pecuária dentro da figura do Provedor do Animal, que eu sei que o próprio PAN dá complexidade a esta Assembleia. Mas como disse uma vez o Sr. Deputado Pedro do Nascimento Cabral, esse é um *copo* que o senhor vai ter que beber!

Ainda bem que nós temos esse tipo de complexidades, porque é aí que mostramos o nosso profissionalismo, quando existem alguns tipos de pensamento e atuações completamente diferentes, para nós desbravarmos o caminho com perante essas dificuldades, sejam elas boas ou menos boas.

Isto para dizer que parece que o PS vai votar contra o nº4 do Artigo 2º, pelo menos é o que aparenta. E, se assim for, o PAN sente-se bastante feliz, porque é

mais um partido que nós conseguimos meter na senda de que o Provedor do Animal é para todos os animais.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

O Sr. Deputado Vasco Cordeiro pede a palavra para?

(*) **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Para uma interpelação.

(*) **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

eu gostaria de solicitar que V. Exa., Sr. Presidente, pudesse providenciar a distribuição pelos Deputados desta Casa da *célebre* proposta a que o Sr. Deputado Paulo Estêvão tem feito bastas referências aqui.

A tal que apresentou na Legislatura passada e que não foi admitida, inclusive por decisão do plenário da Assembleia.

O fundamento para este pedido, prende-se com a circunstância de, por aí, se perceber que nessa proposta abrangiam-se **todos os animais**.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados das bancadas do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não sei como é que ainda usam essa coerência!

Deputada Ana Luís (PS): É a mesma que o senhor utilizou na votação do recurso do diploma do PPM!

Se vamos falar em coerências, nós também podemos!

Presidente: Está registada a sua interpelação, Sr. Deputado Vasco Cordeiro. Mas também permita-me que lhe diga, a si e à Câmara, que nós depois de

esgotado o tempo, não podemos utilizar persistentemente a figura da interpelação para continuar os debates.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Isto é feito repetidamente por todos, não é apenas pelo Partido Socialista.

Deputado Nuno Barata (IL): Todos não.

Presidente: Por quase todos.

Portanto, Sr. Deputado Paulo Estêvão, fazendo-lhe esse apelo, porque já percebi que pediu a palavra para uma interpelação, pois já não tem tempo, não vamos prolongar utilizando essa figura.

Tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Srs. Membros do Governo:

Sr. Presidente, uma vez que estamos no mesmo debate e que foram feitas duas interpelações que o não foram, em que o meu nome foi citado e foi única e exclusivamente utilizado pelos Srs. Deputados em questão, porque já não tinham tempo, peço-lhe que me dê a mesma latitude.

Assim sendo, peço a V. Exa que faça distribuir por todos os Srs. Deputados aquela que foi a primeira intervenção realizada pelo Sr. Deputado José Contentente...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Já foi pedida!

O Orador: ...em que ele manifestou o apoio às propostas apresentadas pela Coligação.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: E, em segundo lugar, que seja distribuído pela Câmara o recurso que, na altura, a Representação Parlamentar do PPM apresentou, para que fosse (só!) discutida, em democracia, a proposta da criação do Provedor do Animal e que o Partido Socialista, com a sua votação, impediu que sequer fosse discutida neste Parlamento e adotada em 2019!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Todos os partidos!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Todos os partidos!

Não foi apenas o Partido Socialista e está registada a tentativa, sem sucesso!

Presidente: Está registada a sua interpelação.

Pergunto se há mais inscrições para participar neste debate?

(Pausa)

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Ferreira.

(*) **Deputado Carlos Ferreira (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Peço a palavra para uma intervenção.

Espero que seja a última da minha parte neste debate, para responder ao Sr. Deputado Vasco Cordeiro, apesar de saber que não tem mais tempo. Mas o Sr. Deputado diz que nós queremos *estar com Deus e com o diabo*.

Sei que hoje não pode responder, mas quando tiver oportunidade, há de dizer-nos, para si, quem é que é Deus e quem é o diabo?!

Deputado Bruno Belo (PSD): Exatamente!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Para que não fique a ideia de que para si, o diabo são os produtores.

Portanto, quando tiver oportunidade, há de dar essa resposta a esta Câmara e nomeadamente aos produtores também.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Deputado, já andei muitos anos atrás de vacas para ter de responder a isso!

O Orador: E aproveito também para manifestar em nome do Grupo Parlamentar do PSD, a nossa solidariedade com a posição do Sr. Deputado José Contente que foi efetivamente muito mais construtivo e que certamente precisará deste nosso apoio também.

Relativamente às questões aqui em debate, e para concluir a nossa posição, nós queremos realmente que o Governo continue o trabalho que está a fazer sobre a certificação internacional com o selo do bem-estar animal das explorações dos Açores.

É um trabalho que está a ser conduzido e tem que ser concluído rapidamente, para darmos também um salto qualitativo, em matéria do bem-estar animal, neste caso, dos animais de produção.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E entendemos que o Provedor Regional do Animal, direcionado mais para os outros animais que não os animais de produção, será efetivamente uma mais-valia, com um leque enorme de competências que estão previstas na iniciativa inicial e nas propostas apresentadas pela Coligação. E, portanto, uma vez mais, afirmamos a nossa firme expectativa e convicção de que, com a criação desta figura, a Região dá mais um salto importante na área do bem-estar animal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Não havendo, e atendendo a que entraram propostas de alteração até há bem pouco tempo, para que preparemos a votação deste diploma, vamos fazer um intervalo.

Regressamos às 17h15.

Eram 16 horas 49 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 17 horas 25 minutos.

Tínhamos encerrado o debate na generalidade.

Pergunto se há intervenções para o debate na especialidade, para aqueles partidos que ainda têm tempo?

(Pausa)

Não havendo, vamos passar à votação na generalidade deste diploma.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Tem a palavra o Sr. Secretário para o anúncio da votação.

Secretário: O Projeto de Decreto Legislativo Regional nº 13/XII, iniciativa do PAN foi aprovado, na generalidade, por unanimidade.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM, CHEGA, PAN e dos Membros do Governo)

Presidente: Vamos passar à votação na especialidade, começando por votar o 1º artigo do diploma.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do PAN ao nº1 do Artigo 2º.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração apresentada pelo PSD, CDS/PP e PPM ao nº2 do Artigo 2º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação, foi aprovada por maioria com 21 votos a favor do PSD, 3 a favor do CDS/PP, 2 a favor do CHEGA, 2 a favor do BE, 2 a favor do PPM e 25 votos contra do PS, 1 contra da Iniciativa Liberal e 1 contra do PAN.

Presidente: Vamos agora votar a proposta de aditamento do nº4 do Artigo 2º, apresentada pelo PSD, CDS/PP e PPM.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento colocada à votação foi reprovada com 25 votos contra do PS, 2 contra do BE, 1 contra da Iniciativa Liberal, 1 contra do PAN e 21 votos a favor do PSD, 3 a favor do CDS/PP, 2 a favor do CHEGA, e 2 a favor do PPM.

Presidente: Vamos votar o Artigo 2º do diploma, com as alterações que acabámos de introduzir.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta colocada à votação foi aprovada por maioria com 25 votos a favor do PS, 2 a favor do BE, 1 a favor da Iniciativa Liberal, 1 a favor do PAN e 21 votos contra do PSD, 3 contra do CDS/PP, 2 contra do CHEGA e 2 contra do PPM.

Presidente: Vamos colocar à votação as propostas de alteração apresentadas pelo PSD, CDS/PP e PPM.

Entretanto, tem a palavra a Sra. Deputada Bárbara Chaves para uma interpelação.

(*) **Deputada Bárbara Chaves (PS):** Obrigada Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Ao analisar estas propostas de alteração apresentadas pela maioria e que vamos agora começar a votar, parece-me que existe um conjunto de propostas precisamente igual à proposta inicial, pelo que gostaria que alguém me esclarecesse em relação a isto.

Obrigada.

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

Informo que estamos a votar as propostas de alteração ao Artigo 3º, apresentadas pelo PSD, CDS/PP e PPM.

O Sr. Deputado Vasco Cordeiro pede a palavra para?

(*) **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, eu penso que é possível debater na especialidade as propostas.

Presidente: É possível se os partidos tiverem tempo.

É definido o tempo global e quem esgota o seu tempo no debate na generalidade não pode debater.

(*) **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Eu percebo.

Presidente: Eu percebo a sua dificuldade. Mas também tem que perceber a minha dificuldade.

(*) **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** É que há aqui questões que convinha esclarecer. Há alíneas que são iguais.

Será que há alguma coisa que nos esteja a escapar?

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Eu já não tenho tempo!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Ferreira.

(*) **Deputado Carlos Ferreira (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Peço a palavra para responder à questão colocada, e muito bem, pela Sra. Deputada Bárbara Chaves.

Gostaria de esclarecer que há efetivamente alíneas que são idênticas às que constavam da proposta inicial, porque fizemos uma renumeração das alíneas que compõem este Artigo 3º sobre as competências do Provedor.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Mas não é assim que se faz!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Estamos em condições de avançar para a votação?

O que, no fundo, os Grupos Parlamentares do PSD, CDS/PP e PPM fizeram para este Artigo^{3º} foi renumerá-lo absolutamente todo, incluindo as alíneas.

Já agora, aproveito para fazer esta referência às propostas de alteração, porque não é a única vez que isso acontece e depois vai dificultar-nos muito o trabalho para avaliarmos efetivamente o que é que estamos a alterar.

Isso exige dos serviços e do gabinete muito mais trabalho, porque não é identificado o que é que realmente se está a alterar.

Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

(*) **Deputado Vasco Cordeiro (PS)**: Sr. Presidente, se houver condições para tal, eu penso que o trabalho da Assembleia só tem a ganhar, e julgo que ninguém se oporá, a que neste Artigo onde existe um conjunto de alíneas, os proponentes identifiquem quais são as que são iguais. E penso que, salvo o devido respeito, não será necessário votar.

Centraríamos, sim, a nossa votação apenas naquelas alíneas que têm algo de diferente, sendo certo que depois era só uma questão de renumerar.

É uma sugestão que deixo ao plenário, porque parece-me que poderá ser útil.

Presidente: Sr. Deputado, eu tenho essa informação.

Existem alterações à alínea b), c), d), g), h) e depois há um conjunto de propostas de aditamento dum alínea k), l), m), n), o) e p). E há também uma proposta de aditamento dum n^o2. E creio que é só. E é isso que vou colocar à votação. Aquelas que são renumerações será objeto de redação final.

Estamos em condições de avançar?

(Pausa)

Então vamos votar a primeira proposta de alteração que é a alínea b) do n^o1 do Artigo 3^o, apresentada pelo PSD, CDS/PP e PPM.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta colocada à votação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo PSD, CDS/PP e PPM à alínea c) do nº1 do Artigo 3º.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta colocada à votação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Bárbara Chaves para uma interpelação.

(*) **Deputada Bárbara Chaves (PS):** Sr. Presidente, pelo Partido Socialista, peço a votação em separado das alíneas g), h) e j). Todas as outras podem ser votadas em conjunto.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): A alínea j) é da proposta inicial, não temos alteração para ela!

Presidente: Então vamos votar a proposta de alteração apresentada pelo PSD, CDS/PP e PPM à alínea d) do nº1 do Artigo 3º.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta colocada à votação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Então agora, e a pedido do Partido Socialista, vamos votar a proposta de alteração apresentada pelo PSD, CDS/PP e PPM à alínea g) do nº1 do Artigo 3º.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada por maioria com 21 votos a favor do PSD, 2 a favor do CDS/PP, 2 a favor do

CHEGA, 2 a favor do BE, 2 a favor do PPM, 1 a favor da Iniciativa Liberal, 1 a favor do PAN e 25 votos contra do PS.

Presidente: Está, assim, prejudicada a proposta de alteração apresentada pelo PS para a mesma alínea.

Está agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PSD, CDS/PP e PPM à alínea h) do nº1 do Artigo 3º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada por maioria com 21 votos a favor do PSD, 3 a favor do CDS/PP, 2 a favor do CHEGA, 2 a favor do BE, 2 a favor do PPM, 1 a favor da Iniciativa Liberal, 1 a favor do PAN e 25 votos contra do PS.

Presidente: As alíneas i) e j) são renumeradas. E, portanto, estão agora à votação as propostas de aditamento apresentadas pelo PSD, CDS/PP e PPM às alíneas k), l), m), n), o) e p).

Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro para uma interpelação.

(*) **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, nós já aprovámos a alínea i) que diz: “A aprovação dos atos legislativos deve ser precedida de audição do Provedor”. No entanto, a alínea o), julgo que terá ficado prejudicada, uma vez que é contraditória com aquilo que já foi aprovado, na medida em que estabelece que o parecer do Provedor é apenas “quando solicitado”. E, portanto, não é pode ser, simultaneamente, um dever *ser precedido e só quando solicitado*. Eu penso que, deste modo, a alínea o) fica prejudicada pela aprovação da alínea i).

Muito obrigado.

Presidente: Pergunto se é esse o entendimento da Câmara?

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Ferreira.

(*) **Deputado Carlos Ferreira (PSD):** Sr. Presidente, da parte do Grupo Parlamentar do PSD não há oposição. Podemos considerar que a alínea i) corresponde até de forma mais abrangente ao que consta da alínea o).

Presidente: Muito bem.

Está então prejudicada a proposta de aditamento de uma alínea o) apresentada pelo PSD, CDS/PP e PPM. Naturalmente isso depois será renumerado em redação final.

Portanto, estamos agora a votar as alíneas k), l), m), n) e p).

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: As alíneas colocadas à votação foram aprovadas por unanimidade.

Presidente: Está à votação a proposta de aditamento do nº2 do Artigo 3º, apresentada pelo PSD, CDS/PP e PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta de aditamento colocada à votação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está então prejudicada a proposta de aditamento do nº2 apresentada pelo Partido Socialista. Também fica prejudicada a proposta de aditamento apresentada pelo PS de um nº3.

Está agora à votação o Artigo 3º com as alterações que acabámos de introduzir.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Artigo colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo PSD, CDS/PP e PPM ao nº2 do Artigo 4º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está à votação o Artigo 4º com esta proposta de alteração que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Artigo colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo Partido Socialista ao nº1 do Artigo 5º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração do PSD, CDS/PP e PPM ao nº2 do Artigo 5º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada por maioria com 21 votos a favor do PSD, 3 a favor do CDS/PP, 2 a favor do CHEGA, 2 a favor do PPM, 1 a favor da Iniciativa Liberal, 1 a favor do PAN e 25 votos contra do PS e 2 contra do BE.

Presidente: Fica prejudicada a proposta do Partido Socialista para este nº2 do Artigo 5º.

(Apartes inaudíveis registados entre alguns Deputados das bancadas do PSD e PS)

Presidente: Srs. Deputados, estamos em votação.

Isto é tão difícil para mim como é para os senhores.

Portanto, agradeço o vosso silêncio, até porque impõe o nosso Regimento que assim seja.

Estava eu a dizer que fica assim prejudicada a proposta do Partido Socialista para este nº2 do Artigo 5º.

Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Luis para uma interpelação.

(*) **Deputada Ana Luís (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Salvo melhor opinião, o nº2 do Artigo 5º da proposta de alteração da Coligação refere que “o Provedor é designado”; e na proposta de alteração apresentada pelo Partido Socialista diz que “o Provedor é eleito”. Logo, a redação é diferente, por isso penso que a proposta não fica prejudicada, Sr. Presidente.

Presidente: É verdade que sim.

Eu então pediria para terem em atenção essa alteração na redação final.

Na verdade, não estou a conseguir encontrar a proposta do Partido Socialista.

(*) **Deputada Ana Luís (PS):** Eu posso lê-la, Sr. Presidente.

A proposta de alteração apresentada pelo Partido Socialista a este nº2 do Artigo 5º diz o seguinte:

“o Provedor é eleito de entre pessoas que ofereçam garantias de idoneidade”, ficando o resto exatamente igual.

No caso da proposta de alteração apresentada pela Coligação, é dito: “o Provedor é **designado**”. E aqui eu penso que não é uma questão de redação final, porque *designar* é uma coisa e *eleger* é outra.

Por isso, penso que a nossa proposta não fica prejudicada.

De resto, foi precisamente nesse sentido que votámos contra a proposta da Coligação.

Presidente: É verdade que votaram contra, mas ela foi aprovada.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Olha como eles estão!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Martins para uma interpelação.

(*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Obrigado Sr. Presidente.

Efetivamente o articulado é muito semelhante, mas não é de todo igual.

Chamo a atenção que nós aprovámos anteriormente a proposta do Partido Socialista, segundo a qual “o Provedor é eleito”. E daí, eu ter depreendido da interpretação do Sr. Presidente de que este articulado, como é diferente e foi aprovado será, em sede de redação final, conformado o *designado* com o *eleito* que já foi aprovado.

Deputada Ana Luís (PS): É diferente!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima também para uma interpelação.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, apenas para dar a minha opinião.

Eu julgo que tendo sido aprovada a proposta de alteração do Partido Socialista ao nº1 do Artigo 5º, segundo a qual “o Provedor é eleito”, a proposta que ficaria prejudicada seria a da Coligação ao nº2, que diz que é *designado*, porque uma pessoa não pode ser eleita e designada ao mesmo tempo.

Se já está decidido que já foi aprovado que a pessoa em questão é *eleita*, ora não pode o nº2 dizer que, afinal, já não é eleito, mas sim *designado*.

Penso que esta é uma alteração que, em sede de redação final, vai para além das competências da Comissão.

Presidente: Também para uma interpelação tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

(*) **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu acho que o Sr. Deputado Rui Martins até tem mais razão do que a que julga ter.

Passo a explicar: há efetivamente uma diferença entre a questão do *eleito* e do *designado*. Mas essa não é a diferença fundamental neste Artigo.

A grande diferença é que, anteriormente, na proposta inicial, havia uma abordagem à possibilidade de nomeação, designação e eleição que é, no fundo, dizer de que universo é que é eleito o Provedor. E a proposta de alteração apresentada pela Coligação é em sentido radicalmente diferente. Ou seja, fixa um regime de inelegibilidade em relação a este cargo, quando diz, se bem me recordo, “não poderão ser designados como Provedor, os dirigentes partidários, os membros de órgãos diretivos de associações de proteção animal, ou de empresas públicas”.

Portanto, o sentido de cada uma destas alterações é completamente diferente e não se resume de forma nenhuma àquilo que é apenas, numa proposta *a designação*, e noutra *eleição*.

Por isso, no meu entender, faz sentido até a existência das duas soluções em que, num caso, se diz qual é o universo e, noutro, se refere quais são as inelegibilidades para este cargo, independentemente do que cada um concorda ou não concorda. Não é isso que está em causa.

O que é que isto implica?

Que em termos de renumeração e redação final do diploma, se tenha em conta essas diferenças.

Mas, efetivamente, parece-me que, neste caso - há outros anteriores, em que nós votámos contra, mas o sentido era completamente diferente – se deva entender que o que releva não é tanto se o número de identificação é o mesmo, mas sim o sentido daquela que é a norma.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Martins também para uma interpelação.

(*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Obrigado, Sr. Presidente.

O nº3 é que depois limita as pessoas que poderão ser designadas para eleição nesta Assembleia.

A consideração que nós fazemos sobre o nº2 é que, para efeitos de redação final, poder-se-á alterar para “é eleito de entre as pessoas que ofereçam garantias”, ou seja, não haverá um problema. E concorre com a proposta de alteração do Partido Socialista, porque consideramos que a nossa é até um pouco mais abrangente, pois a do PS remete para “pessoas com atividade profissional ou académica na área do bem-estar animal”. E nós pensamos que seria mais limitativo ter pessoas que tivessem atividade académica nessa área.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Mas isso é a proposta inicial.

A única coisa que muda na proposta do PS é a eleição!

O Orador: Sim, mas a nossa proposta vem dar maior abrangência.

E concordamos com o Partido Socialista quando defende que, em vez de *designado*, deve ler-se *eleito*. Não obstante, não é isso que nos faria mudar de opinião, porque o resto dos atributos da pessoa que poderá ser designada como candidato, não é efetivamente a mesma coisa.

Muito obrigado.

Presidente: Bom, parece-me que a proposta está prejudicada e que se deve ter em atenção a alteração do termo na redação final.

É este o meu entendimento.

Vamos então avançar para a proposta de alteração apresentada pelo PSD, CDS/PP e PPM ao nº3 do Artigo 5º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada por maioria com 21 votos a favor do PSD, 3 a favor do CDS/PP, 2 a favor do

CHEGA, 2 a favor do BE, 2 a favor do PPM, 1 a favor da Iniciativa Liberal e 25 votos contra do PS e 1 contra do PAN.

Presidente: Pergunto à Câmara se posso colocar à votação as outras propostas de alteração ao Artigo 5º, apresentadas pela Coligação?

Não...?

O Sr. Deputado Vasco Cordeiro pede a palavra certamente para uma interpelação, faça o favor.

(* **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, solicitávamos apenas que os números 7 e 8 fossem votados em separado.

Presidente: Podem ser votados num bloco, é isso?

(* **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Podem ser votados separados das restantes alterações e podem ser votados em bloco.

Presidente: Então está à votação a proposta de alteração apresentada pelo PSD, CDS/PP e PPM ao nº4 e a proposta de aditamento de um nº6, apresentada também pela Coligação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: As propostas de alteração colocadas à votação foram aprovadas por unanimidade.

Presidente: Está agora à votação a proposta de aditamento dos nºs. 7 e 8 do Artigo 5º, apresentada pelo PSD, CDS/PP e PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento colocada à votação foi aprovada por maioria com 21 votos a favor do PSD, 3 a favor do CDS/PP, 2 a favor do

CHEGA, 2 a favor do PPM, 1 a favor da Iniciativa Liberal, 1 a favor do PAN, 2 votos contra do BE e 25 votos de abstenção do PS.

Presidente: Está, assim, prejudicada a proposta de alteração apresentada pelo PAN ao nº5 do Artigo 5º.

Face a isso, vamos votar o Artigo 5º da proposta, com as alterações que, entretanto, acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Pergunto à Câmara se posso colocar à votação em conjunto os Artigos 6º e 7º do diploma?

(Pausa)

Não havendo oposição, estão então à votação os Artigos 6º e 7º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: Os Artigos colocados à votação foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Está agora à votação uma proposta de aditamento dum a alínea d) ao nº1 do Artigo 8º apresentada pelo PSD, CDS/PP e PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta de aditamento colocada à votação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está agora à votação uma proposta de aditamento dum a alínea d) que, se for aprovada será naturalmente renumerada, ao nº1 do Artigo 8º, apresentada pelo Partido Socialista.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento colocada à votação foi aprovada por maioria com 25 votos a favor do PS, 2 a favor do BE, 1 a favor da Iniciativa Liberal, 1 a favor do PAN e registou 21 votos contra do PSD, 3 contra do CDS/PP, 2 contra do CHEGA e 2 contra do PPM.

Presidente: Vamos votar o Artigo 8º com as propostas de alteração que, entretanto, acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Artigo 8º com as propostas de alteração, colocado à votação, foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está à votação o Artigo 9º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Artigo colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo PAN ao Artigo 10º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: a proposta de alteração colocada à votação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos à votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Projeto de Decreto Legislativo Regional nº 13/XII iniciativa do PAN, foi aprovado por unanimidade em votação final global.

(Aplausos da câmara)

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes para uma declaração de voto.

(*) **Deputada Alexandra Manes (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A criação desta nova entidade vai zelar pelo bem-estar de todos os animais e não apenas dos animais de companhia, como queriam os partidos da Coligação. É um passo em frente na evolução civilizacional que a defesa dos animais representa.

A criação do Provedor do Animal não retira de forma nenhuma a importância das associações de defesa animal que devem continuar a ser acarinhadas, respeitadas e apoiadas.

É, antes de mais, uma ferramenta ao alcance de todos os cidadãos e cidadãs para proteger os animais.

Exige-se, agora, que o Provedor do Animal, que será **eleito** por este Parlamento, esteja à altura das suas responsabilidades.

Disse.

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Ferreira também para uma declaração de voto.

(*) **Deputado Carlos Ferreira (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD votou favoravelmente esta iniciativa, porque entendemos que é uma medida importante, para dar continuidade ao trabalho que tem sido realizado na Região nesta matéria.

Registamos, uma vez mais, que fomos sensíveis às preocupações dos produtores e apresentámos propostas para conformar o diploma com essa posição. Não foi esse o entendimento maioritário desta Assembleia, o que respeitamos naturalmente.

Estamos plenamente convictos de que o Governo Regional dos Açores, as associações do setor do bem-estar animal e todos os colaboradores e voluntários, bem como o Provedor Regional do Animal, vão agora desenvolver um trabalho profícuo, em termos conjugados, complementares e com um dinamismo acrescido, em prol do bem-estar e defesa dos animais na Região Autónoma dos Açores.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves para uma declaração de voto.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Aquilo que o PAN conseguiu com esta iniciativa, não é só uma grande vitória para si, mas é sim uma grande vitória para esta Câmara e para todos, mas mesmo todos, os animais. E tal como disse no discurso inicial, também conseguimos aqui nos Açores uma maior transparência do que na Região Autónoma da Madeira e até mesmo do que no continente. Porque o Provedor é eleito nesta Assembleia por dois terços dos deputados. E tal como disse a Sra. Deputada Alexandra Manes, espero que esteja a esse nível, porque precisamos tanto dessa transparência e dessa vontade, em prol da causa animal.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata para uma declaração de voto.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo (está de costas, paciência!):

A Iniciativa Liberal votou favoravelmente esta Proposta de Decreto Legislativo aqui apresentada pelo PAN, como não podia deixar de fazer. Fomos também solidários na República e aqui não poderíamos funcionar de outra forma. Mas o que mais ficou claro no debate desta tarde – que já começou de manhã e se prolongou até à tarde – apesar de nos passar a custar caro, em termos de tempo, a partir de agora e das iniciativas que possam ser prejudicadas no debate, foi que aqui funcionou a verdadeira democracia. Aqui, hoje, funcionou a tal centralidade do Parlamento que o Sr. Deputado Paulo Estêvão, e bem, tantas vezes enaltece. E foi do debate que se conseguiu melhorar a proposta e se conseguiu esclarecer algumas mentes que não estavam totalmente esclarecidas. E ainda bem que assim foi; nomeadamente, com a manutenção do nº4 do Artigo 2º proposto pelo PAN.

Se não o fizéssemos, estávamos a cometer um erro gravíssimo. Seria como dizer que o Provedor da Saúde não receberia queixas de algumas doenças. Precisamente a mesma coisa.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): Não é! E o senhor sabe que não é!

O Orador: E, portanto, ficou aqui bem claro que a democracia funcionou, e bem, no sítio onde tem que funcionar.

Espero que o Sr. Deputado Pedro Neves também tire daqui alguma ilação.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): E não só!

O Orador: É que não é só nas Comissões que se afinam os documentos!

Eles também se afinam aqui, nesta Casa, nem que seja à última da hora!

Deputado Vasco Cordeiro (*PS*): Tem razão!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Martins também para uma declaração de voto.

(*) **Deputado Rui Martins** (*CDS-PP*): Muito obrigado Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Srs. Membros do Governo:

O CDS congratula-se com a aprovação da figura do Provedor do Animal e, por isso, contribuiu também com propostas que visavam – em nosso entender – dar passos firmes e progressivos na garantia do bem-estar animal na Região Autónoma dos Açores.

Por outro lado, se considerávamos natural que o PAN, enquanto proponente do diploma, e o Bloco de Esquerda, fossem contrários à amplitude da jurisdição que a Coligação propôs, não consideramos tão natural a postura do Partido Socialista e do Sr. Deputado da Iniciativa Liberal que, assim, ficarão com o ónus de alguma má interpretação que possa existir na avaliação de práticas que são normais nas explorações de animais de produção e assumirão, por isso, as suas responsabilidades.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e do Vice-Presidente do Governo: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições para declaração de voto?

(Pausa)

Tem a palavra o Sr. Deputado José Contente.

(*) **Deputado José Contente (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista votou favoravelmente a criação do Provedor do Animal da RAA.

Com efeito, a partir deste momento, ficam melhor garantidas a defesa e a prossecução dos direitos dos animais nos Açores, com a existência dum Provedor que estará habilitado para receber queixas dos cidadãos por atos,

omissões, negligências ou qualquer outra situação que possa ser reportada aos poderes instituídos.

Deputada Andreia Costa (PS): Muito bem!

O Orador: O Provedor do Animal é também uma figura que, a partir de agora, fica com a possibilidade de dirigir recomendações às entidades competentes em razão da matéria, em termos preventivos, mas mesmo também para sanar injustiças, de modo a defender eficazmente o bem-estar animal.

Os Açores deram, neste sentido, mais um passo importante em termos da modernidade e de todos os valores que presidem ao século XXI.

Nós entendemos que demos contributos valiosos neste debate, como se viu, para o aprimoramento da solução que ficará plasmada no diploma final. Inclusive, vimos que, com a apresentação de várias propostas, conseguimos (juntamente com outros partidos), sanar algumas situações que eram claramente contraditórias, como por exemplo, a alínea i) do Artigo 3º que estava em contradição com a alínea o).

Por isso, nós quando mudámos fizemo-lo para melhor. E não fizemos uma mudança em relação à questão, dita, substantiva aqui, porque não tínhamos apresentado nenhum diploma há 1 ano atrás que versasse aquilo que, ao fim e ao cabo, gerou aqui alguma controvérsia.

A nossa mudança foi para melhorar o diploma e foi para que os Açores tivessem mais um aspeto positivo em termos regionais, mas também em termos nacionais.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra para uma declaração de voto o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Srs. Membros do Governo:

Se um dia tiverem que me perguntar, no final da minha carreira política que já leva alguns anos (mais de 2 décadas!), quais foram as três maiores vitórias políticas que obtive na minha carreira, eu diria que a criação do Provedor do Animal na RAA é uma delas. A partir de circunstâncias muito difíceis.

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Muito bem!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Mas a iniciativa é do PAN!

O Orador: Uns diziam que era inconstitucional e ilegal. E que não podia ser. Apenas há 2 anos.

Contribuí, e não quero em nada retirar o mérito do Deputado do PAN...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): O senhor era lá capaz disso!!

O Orador: ... apresentei também a minha própria proposta, mas abdiquei dela, no sentido de obter um bem maior. E conduzi este assunto para o êxito que acabámos de obter.

Foi preciso muita persistência, alguma estratégia...

Deputado José Contente (PS): E humildade...?

O Orador: ... e foi, sobretudo, preciso ter muita coerência.

Deputado Miguel Costa (PS): Alguma humildade não?

O Orador: Termino, Sr. Presidente, dizendo o seguinte, sabendo que não posso referenciar o nome dos partidos porque não podem responder, por isso não vou mencionar o nome do partido a quem me estou a dirigir, mas fundamentalmente, há aqui um partido que dizia o seguinte: “de acordo com a atual Constituição” – isto no dia 10 de setembro de 2019 – “e de acordo com a jurisprudência do Tribunal Constitucional, a existência de provedores sectoriais através de decreto legislativo regional aprovado nesta Assembleia, não é possível”.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Existiam outros!

Nós todos o demonstrámos!

O Orador: Mas existia outro – e estou autorizado a citar – ex-deputado, que era o Sr. Deputado Artur Lima, que dizia o seguinte: “Sr. Presidente, Sr. Deputado Paulo Estêvão, ninguém nega o seu combate e a sua combatividade nas causas autonómicas, a entrega que dedica às causas que defende. E apreciamos variadíssimas vezes alguns contributos que tem dado e algumas lutas que tem travado. Nem sempre” – dizia V. Exa. – com sucesso”. Mas entrega-se sempre com espírito de sacrifício e de missão”.

Sabe o que é eu lhe respondi?

“- Acabo sempre por ganhar!”.

Foi isso que aconteceu aqui no desenlace.

Deputada Ana Luís (PS): Leia o resto, Sr. Deputado!

O Orador: Temos ou não temos um Provedor do Animal dos Açores? Temos!!

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Quem é que ganhou?

O Povo dos Açores e a Autonomia dos Açores!

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Parecendo não haver mais inscrições para declarações de voto, vamos prosseguir os nossos trabalhos.

(Neste momento o Deputado Tiago Branco foi substituído na Mesa pelo Deputado José Gabriel Eduardo)

O ponto nº 8 da nossa agenda foi retirado pelo proponente. Avançamos, por isso, para o ponto nº9 – **“Projeto de Resolução nº8/XII “recomenda ao Governo Regional a implementação de medidas de apoio às famílias”**.

Esta é uma iniciativa apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista. Para a sua apresentação tem a palavra a Sra. Deputada Maria Isabel Teixeira.

(*) Deputada Maria Isabel Teixeira (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A proposta de projeto de resolução – Medidas de Apoio às Famílias, do Partido Socialista dos Açores, presente à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a 13 de janeiro, tem como preocupação assegurar respostas às necessidades mais urgentes e imediatas das famílias açorianas, no âmbito de minimizar as graves consequências sociais e económicas causadas pela pandemia de COVID-19, que atinge não só os Açores, mas sim o Mundo na sua globalidade.

A 14 de janeiro, o GRA na sua resolução nº. 5/2021 do Conselho do Governo, integra as medidas do projeto de resolução apresentado. Hoje, 20 de maio, as recomendações efetuadas no nosso projeto de resolução mantêm-se, para muitos açorianos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Tal como já foi transmitido por nós na Comissão de Assuntos Sociais, as famílias açorianas, especialmente as mais vulneráveis e de menos recursos

económicos e financeiros, são as mais atingidas por este flagelo económico e social.

Este flagelo manifestou-se de uma forma avassaladora no rendimento das famílias, cujos efeitos são ainda mais dramáticos numa economia de pequena escala como é o caso dos Açores.

A manutenção do rendimento ao pai/mãe ou ao encarregado de educação, durante o período em que as escolas ou outros equipamentos sociais estiverem encerrados por determinação da Autoridade Regional de Saúde Regional, não podem ficar reféns da medida ser ou não comparticipada pelo Governo da República.

A verdade é que este apoio não tem sido implementado, ou quando é implementado é-o de forma atabalhoada, sem a necessária informação sobre os procedimentos a adotar. Esta situação tem gerado muitas dificuldades às famílias, com destaque na ilha de S. Miguel.

Por outro lado, a imprevisibilidade da medida de encerramento das escolas, o que é compreensível face à evolução, também ela imprevisível, da doença de COVID-19, e a falta de apoio às famílias acarreta, em si, uma enorme instabilidade para estas.

Continua a ser necessário, a compensação às instituições pelas mensalidades perdidas, devido aos seus encerramentos, sempre que a Autoridade Regional de Saúde o determina, porque esta compensação é fundamental para a estabilidade financeira das mesmas.

O encerramento das escolas constitui uma dupla agravante, a falta de meios e acompanhamento no estudo em casa e a ausência das refeições escolares.

Assegurar as refeições escolares gratuitas é fundamental, visto estas constituírem ainda, em muitos casos, a refeição principal de muitas crianças e jovens. O Partido Socialista propõe na 3ª. Medida “Prolongar o programa de atribuição de refeições escolares em período de férias e interrupções letivas até

que seja retomado o regular funcionamento das escolas, tal como aconteceu na primeira fase da pandemia”. Além das interrupções letivas, deve se manter os pedidos e os alertas das linhas de primeira instância como os das comissões de proteção de crianças e jovens e garantir as refeições nos momentos de maior fragilidade das famílias e em outros casos, quando assinalados e necessários. Em muitas ilhas o sistema de distribuição terá de se manter através das escolas e não através das autarquias, tendo em conta que muitas autarquias não possuem ainda gabinete de ação social e as escolas já terem este circuito estabelecido e definido.

Por conseguinte faz todo o sentido, infelizmente, hoje ainda estarmos a discutir este projeto de resolução, passados quatro meses, desde a sua entrada.

A responsabilidade de fazer mais e melhor pelas famílias açorianas é de todos nós.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

Está apresentada a iniciativa.

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Deputada Isabel Teixeira: Lamento profundamente que se tenha prestado ao papel que aqui veio fazer e aos adjetivos que veio usar, porque me vai permitir naturalmente responder-lhe de uma maneira que não contava.

“Atabalhoada”, Sra. Deputada, é a sua intervenção!

“Atabalhoada” é a sua argumentação!

Já para não falar de “atabalhoada”, a sua falta de informação e de conhecimento. Porque isso revela que, como Deputada, a senhora não sabe o que está aqui a fazer!

Não estuda as resoluções que foram publicadas nem o que está lá dito!

Deputado Francisco César (PS): Credo!

O Orador: Porque se soubesse o que está lá dito, a Sra. Deputada não tinha se prestado ao papel que se prestou aqui na tribuna.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Credo!

O Orador: Porque nada depende do que a senhora disse!

Mas vamos ponto por ponto, Sra. Deputada.

Eu lamento ter que lhe dizer desta forma direta, frontal e não como a senhora veio ali, com a sua voz meiga, mas agressiva.

Deputada Andreia Costa (PS): Não, nada agressiva!

O Orador: E, portanto, Sra. Deputada, vamos ao debate.

Olhe, o ponto 1 – o apoio excecional às famílias – foi estabelecido com efeitos ao início do ano letivo de 2020/2021.

Os senhores deixaram de pagar!

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Na Resolução nº5/2021, de 14 de janeiro diz: “...a fim de compensar a totalidade do rendimento perdido” - que os senhores nunca compensaram!

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Também é verdade!

O Orador: Era sempre 66%, Sra. Deputada.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Os senhores, o seu Governo, nunca compensou os 100% do rendimento perdido!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Não é verdade!

O Orador: “Por parte do agregado familiar que tenha ficado em casa a prestar auxílio aos seus filhos, cuja retribuição mensal não excedesse 3,5 retribuições mínimas garantidas na Região”.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Não senhor!

Não é verdade!

O Orador: Diga lá quais foram as famílias que o seu Governo apoiou?! E até quanto?!

Apoiou só mesmo aqueles que estavam no limiar da pobreza!

Estes agora foram apoiados até 3,5 remunerações, Sra. Deputada. Uma grande diferença relativamente ao *seu socialismo*, Sra. Deputada Isabel!

No entanto, o que a senhora vem aqui fazer é avalizar a medida do Governo da República de só pagar 66%. Mesmo assim, só quando as escolas do continente estão fechadas. Porque quando as escolas dos Açores estão fechadas pela Autoridade de Saúde Regional, o Governo da República não paga e a senhora apoia!

Isso é que é lamentável e não podemos aceitar!

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: E a senhora aceita!

E o seu partido aceita!

E isso é que é ser autonomista e amigo das famílias açorianas?!

Portanto, quanto ao primeiro ponto está resolvidíssimo e bem resolvido.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E com apoios até 3,5 salários, pagando a totalidade do rendimento, coisa que o seu Governo nunca fez!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Mais Sr. Deputada, para lhe explicar e ficar tudo direitinho.

Seja qual for a circunstância - para a senhora perceber bem, para não ter dúvidas, eu vou ler devagarinho – “o pagamento na Região é sempre a 100%, não havendo perda de rendimentos”.

Acho que fui claro, como já tinha sido claro antes. Como já tinha esclarecido antes, aquando dum comunicado infeliz do seu partido e que a senhora veio aqui reproduzir.

Vamos então à segunda questão da vossa Resolução.

“Renovar a isenção do pagamento de mensalidades às famílias pela frequência de creches, jardins de infância, ATL’s, centros de dia e de noite, pelo período que venham a ser encerrados por determinação da Autoridade de Saúde Regional, à semelhança do que ocorreu entre abril e junho de 2020. E compensar as instituições pelas mensalidades perdidas”.

Sra. Deputada, com a Resolução do Conselho do Governo 5/2021, de 14 de janeiro, no seu ponto 2, “os pagamentos das mensalidades foram isentados às famílias, enquanto durasse o encerramento das valências sociais. “Creches, jardins de infância, ATL’s, centro de dia e centros de atividades ocupacionais”.

A Resolução 75/2021, de 14 de abril e que se encontra em vigor, manteve no seu ponto 1 a isenção do pagamento das mensalidades nas valências sociais.

Sra. Deputada, o assunto está, por isso, resolvido.

E vou-lhe dizer mais: no corrente ano, as IPSS foram compensadas pela perda de participações familiares, por força da isenção referida, no montante de 226 mil euros.

Quanto ao ponto 3 da vossa Resolução, o Governo do seu partido, o anterior Governo Regional, através da Resolução nº79/2020, de 30 de março, no âmbito das *Medidas Extraordinárias de Apoio Social*, para minimizar as consequências da situação pandémica na vida das pessoas, na altura, estabeleceu o prolongamento do regime de distribuição de almoço, durante o período de férias e interrupções letivas no DLR nº 5/2014/A, até à retoma do regular

funcionamento dos estabelecimentos de educação pré-escolar e de escolaridade obrigatória que integrem o sistema educativo regional.

O encerramento dos estabelecimentos de ensino tinha sido determinado pela Resolução do Conselho de Governo nº62/2020, até ao final do período das férias da Páscoa. No entanto, até à presente data e durante os mais recentes períodos de encerramento dos estabelecimentos de ensino, o ISSA não teve qualquer sinalização para atribuição de almoços. Nem uma que seja!

E as razões prováveis para isso são facilmente entendíveis, porque esquecem-se duma coisa. Há uma diferença entre o período pandémico que os senhores apanharam enquanto eram Governo e este período pandémico.

É que no vosso período pandémico houve um confinamento geral, o que não aconteceu neste período pandémico. E aí está a diferença.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ora bem! Muito bem!

O Orador: Mas vamos mais à frente.

É preciso perceber as coisas para depois falar delas.

O que não acontece e é lamentável!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputada Andreia Costa (PS): Sr. Vice-Presidente, não era necessário!

O Orador: Ó Sra. Deputada, eu vou continuar e depois já falamos.

Ou seja, houve várias situações em que não era possível essa entrega das refeições escolares, porque não havia necessidade. Mas funcionou sempre nas férias e foram sempre atribuídas refeições escolares no período escolar.

Fora do período escolar, não era compensador para as famílias, porque tinham que pagar. As razões são várias e explicadas. Ou seja, esta Resolução está completamente resolvida. Não há nada que não tenha sido resolvido, Sra. Deputada. Está resolvido, está pago e nós não temos nenhum atraso nessa matéria.

Relativamente ao corrente ano, já agora se quer que lhe diga, em março e abril, fora da interrupção letiva, foram atribuídas refeições escolares apenas a 6 crianças. E sempre que foi necessário, ativou-se um subsídio de precariedade económica.

Nenhuma criança passou necessidades.

O que a senhora disse ali da tribuna não é verdadeiro. E isso fica-lhe muito mal! Fica muito mal a um deputado!

Naturalmente deram-lhe informações erradas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: E não é particularmente grave. Mas, Sra. Deputada Isabel, lamento ter que lhe dizer isto: na ilha de S. Miguel, dos 1100, 910 pagamentos já foram feitos.

Não há nenhum pagamento em atraso.

Vou lhe dar uma informação atualizada a 14 de maio: dos 1437 pedidos, já foram despachados 1108, sendo 1100 de S. Miguel e 5 do Faial.

Portanto, não temos rigorosamente nada em atraso!

Até temos uma coisa diferente; há um formulário que as pessoas preenchem e um requerimento que fazem, para depois lhe ser atribuído.

Tudo funciona numa forma transparente e direta. Não há aqui outro subterfúgio qualquer. E se alguns atrasos houve e algumas situações foram para análise, sabe porque foi?

Porque o Governo da República ora paga, ora não paga. E, como sabe, vivemos numa Região que não abunda em dinheiro. E na altura em que o Governo da República paga, nós aproveitamos os 66% de lá, porque isto aqui não é considerado República Portuguesa. Só quando Costa manda fechar as escolas, os estudantes têm direito.

Quando o Governo dos Açores manda fechar as escolas, os estudantes dos Açores não são portugueses.

Essa é que é a realidade que devia afligir V. Exas e ao vosso partido!

Mas quanto a isso, eu nunca ouvi do Partido Socialista uma crítica que fosse em relação a esse comportamento inaceitável e intolerável por parte do Governo da República.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: A senhora vem aqui dizer...aponte quais são as situações que conhece para serem resolvidas, porque não há uma que possa apontar! E muito menos situações como disse ali da tribuna, particularmente da ilha de S. Miguel!

Isso não é verdade!

Mais: também se sabe das informações internas que os senhores continuam a ter. Às vezes não são é as corretas.

Quando se faz determinados pedidos com determinadas datas, toda a gente chega lá e percebe porque é que vêm daquela maneira.

Não foi por *obra e graça do Espírito Santo!*

Já ouvimos aqui ontem dizer-se que o Partido Socialista estava na posse duma iniciativa legislativa que tinha trazido do anterior Governo.

Deputado Pedro do Nascimento Cabral Bem lembrado!

O Orador: E, portanto, eu não sei se os senhores também fazem requerimentos na posse de informação que trouxeram do anterior Governo! Também não sei isso Sra. Deputada!

Está na altura de começarmos a esclarecer esta e outras matérias, porque é aqui que se debatem as questões.

Deputado Francisco César (PS): É preciso ter uma lata!

Deputado Berto Messias (PS): O Sr. Deputado Paulo Estêvão usa informação do Governo e depois diz que é preciso ter lata?!

O Orador: Ó Sr. Deputado Francisco César, **lata** tem o senhor!

Lata tem o senhor!

E inscreva-se, venha ao debate, para nós falarmos acerca de **lata**, se o senhor quiser! Venha cá!

Deputado Francisco César (PS): Podemos falar as vezes que forem necessárias!

O Orador: Sra. Deputada Isabel Teixeira, mais uma vez, estou disponível e o Governo, para dar todos os esclarecimentos.

Lamento, pela consideração que lhe tenho...

Deputada Andreia Costa (PS): O senhor não tem consideração nenhuma!

O Orador: ...que tenha feito aquela intervenção da tribuna. Mas foi o que lhe pediram para fazer e a senhora fez!

Tem alguma dúvida? Estamos aqui para esclarecer os assuntos. Não há nada em atraso. Nem há nenhuma situação de carência de que eu tenha conhecimento, porque jamais a aceitaria.

Tudo tem funcionado dentro da normalidade.

As respostas têm sido atempadas, porque antes esperava-se muito tempo. Agora não se espera muito tempo.

E já agora, se quiser, eu até lhe posso mandar os tempos de espera em que começaram a pagar. Até lhe posso mandar isso depois e haver um esclarecimento. Mas essa Resolução se querem mantê-la, pura e simplesmente, estão no vosso direito.

É uma proposta vossa, sim senhor, conta para a vossa contabilidade.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Não é uma questão de contabilidade!

O Orador: Agora, tudo o que propõem, já está a ser feito e, em muitos casos, até já foi feito. E continuará a ser feito agora nos concelhos que ficarem em alto risco ou que tiverem necessidade disso.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Mas é isso que a proposta diz!

O Orador: Portanto, está a ser feito.

A Sra. Deputada naturalmente teria apresentado a sua Resolução com toda a tranquilidade.

Teria feito o que tinha que fazer, sem vir adjetivar sem fundamento e sem razão.

E isso é que não se pode aceitar! E isso é que é lamentável!

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e do CDS-PP: Muito bem!

Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Berto Messias (PS): No Parlamento não se pode fazer adjectivações, ficámos a saber!

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Pode, pode! Leva é a resposta à mesma medida!

Presidente: Muito obrigado Sr. Vice-Presidente.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Tem a palavra para participar no debate, a Sra. Deputada Vânia Ferreira.

(*) **Deputada Vânia Ferreira (PSD):** Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD congratula o Governo Regional pela aplicação das medidas duma forma célere e sensível, de modo a atenuar as graves consequências sócio económicas da pandemia provocada pela Covid-19.

No início da pandemia, o anterior Governo assumiu essa função, tal qual o atual Governo Regional não hesitou em dar seguimento com a imprescindível medida de compensação das famílias açorianas.

Foram, assim, disponibilizados apoios para compensar os pais que permaneceram, e ainda permanecem em casa, com os seus filhos em consequência da Covid-19 e devido ao encerramento dos vários estabelecimentos de ensino. No entanto, não é demais voltar a lamentar a falta de solidariedade do Governo da República que optou por uma diferenciação discriminatória dos pais açorianos, desrespeitando-os quando os mesmos descontam mensalmente para o sistema de segurança social, assumindo as suas contribuições como qualquer cidadão português.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Este Governo também assumiu a isenção das mensalidades às famílias com crianças a frequentar qualquer instituição de apoio à infância, pelo período determinado pela Autoridade de Saúde Regional, bem como a compensação das instituições pelas mensalidades perdidas.

Relativamente ao programa de atribuição de refeições escolares, o Governo assumiu a total importância de as assegurar, contando com a colaboração das várias instituições e autarquias que desde sempre se mostraram importantes parceiras nesta resposta, sempre que foi necessário.

Obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e do CDS-PP: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima do Bloco de Esquerda.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Esta iniciativa do Partido Socialista teve, e de certa forma continua a ter, alguma pertinência, porque de facto os pontos nela propostos, não só não foram cumpridos da forma como nós pelo menos entendemos que deveriam ter sido, mas também como é necessário muitas vezes olhar para trás e para a forma como as medidas são efetivamente cumpridas.

Eu julgo que não é a primeira vez, e de certeza não será a última, que chegam iniciativas a plenário cuja implementação ou está a ser cumprida, ou poderá haver divergências sobre o seu cumprimento. Daí, acharmos importante fazer esta ressalva, tendo em conta também a intervenção que farei sobre esta matéria.

No que diz respeito ao apoio às famílias cujos filhos tiveram que ficar em casa em ensino à distância devido ao encerramento dos estabelecimentos de ensino, aliás, relembro que o Bloco de Esquerda, por diversas vezes, levantou este problema, tendo mesmo chegado a dar entrada uma iniciativa legislativa – um projeto de resolução – a recomendar a criação desse mesmo apoio, que depois retirou a mesma, após a aprovação pelo Governo Regional de uma resolução que previa a criação desse mesmo apoio, com poucas diferenças relativamente ao que propúnhamos, mas com uma diferença substancial que não posso deixar de referir – mas já lá vamos – em relação à excessiva carga burocrática que ele contém. Mas vou deixar essa parte para mais à frente.

Em relação ao 2º ponto, temos a questão da isenção do pagamento de creches, que é algo mais simples de implementar, naturalmente, e há a questão já aqui referida das refeições escolares. Mas vamos ponto por ponto à análise da implementação das medidas aqui propostas.

No que diz respeito ao apoio aos pais e encarregados de educação, o que muitas vezes – infelizmente – vimos foi o Governo a demorar muito tempo. E até a rejeitar, inicialmente, garantir esse apoio.

Foi o Sr. Vice-Presidente que disse que essa era uma responsabilidade da República. E tem razão. E o Bloco de Esquerda dá-lhe razão por isso.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Não rejeitei! Isso é mentira!

O Orador: Agora, não pode o Governo dizer que, por ser uma responsabilidade do Governo da República, não vai implementar o apoio.

A primeira coisa que o Governo deveria ter feito era dizer “esta é uma responsabilidade do Governo da República, mas estamos cá desde a primeira hora para assumir” e depois *apresenta a conta*. Apresenta a fatura ao Governo da República.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Mas foi isso que fizemos!

O Orador: Não foi aquilo que fizeram!

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Foi, foi!

O Orador: O que fizeram foi rejeitar, desde a primeira hora, esse pagamento. E só com a pressão dos pais, e já agora também do Bloco de Esquerda que deve ter ajudado qualquer coisa, só com a pressão pública é que o Governo veio dar a mão à palmatória e criar o apoio!

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Isso não é verdade!

O Orador: Mais vale tarde do que nunca.

Mas quando se trata de salário...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Sr. Deputado, não rescreeva a história!

O Orador: ...e de ter dinheiro para pagar contas e pôr comida na mesa, não há que entrar em guerra primeiro e depois criar o apoio. Primeiro cria-se o apoio e depois apresenta-se a fatura ao Governo da República, que é bem apresentada. E o Bloco de Esquerda já o disse por diversas vezes.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Sr. Deputado, não queira criar uma realidade virtual!

O Orador: Resumindo, o que o Governo Regional devia ter feito primeiro era assumir e tranquilizar as famílias.

Foram muitas as famílias que nos contataram desesperadas que não tinham nenhuma notícia e não sabiam como fazer.

Dirigiam-se à segurança social e diziam-lhes que não havia apoio nenhum!

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Não é verdade!

O Orador: E isso é dramático Sr. Vice-Presidente!

E não vale a pena vir dizer que não se pode criticar e que não se pode adjetivar!

O que foi dramático foi as famílias não saberem se iam receber qualquer tipo de apoio, por estarem em casa, sabe-se lá quanto tempo, devido ao encerramento das escolas!

Esse é que é o drama!

Nós continuamos, infelizmente, a receber queixas de pessoas... ainda ontem, que estão à espera do apoio de março e abril...

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Não é verdade!

O Orador: E porquê?! Porque vão à segurança social e pedem-lhes *o papel*.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Não é verdade!

O Orador: Vão à entidade patronal, dizem-lhes que não é com eles, é com a segurança social!

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Não é verdade! O nome!

O Orador: Oh Sr. Vice-Presidente, como é óbvio, não posso dizer o nome das pessoas no plenário, porque há uma coisa que se chama **privacidade**.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Então como é que quer que se pague?

O Orador: Sr. Vice-Presidente, todos os casos que eu conheço estão com a segurança social e são os serviços que têm de tratar deles, como é óbvio. Agora, as queixas continuam a existir.

Há pessoas que ainda não receberam o apoio referente à 2^a quinzena de março.

Há pessoas que ainda não receberam o apoio referente a abril.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Não é verdade!

O Orador: Há pessoas que tiveram que vender bens, para poder pagar contas e pôr comida na mesa! E isso é inaceitável!

Um dos motivos por que isso acontece, é a enorme burocracia que esse apoio contém. E vou citar – não na íntegra, senão esgotaria o tempo – aquilo que é pedido às famílias, para terem direito a este apoio e para poderem requerer:

- Declaração da entidade empregadora do requerente com a indicação em que o mesmo não se apresentou ao serviço;
- Declaração da entidade empregadora do outro progenitor comprovativa de que o mesmo não se encontra a faltar ao trabalho;

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Normal!

O Orador: fotocópia dos recibos de vencimento do requerente, dos 3 meses anteriores à diminuição da perda de vencimento;

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Então como quer que se façam as contas?!

O Orador: Declaração do estabelecimento de ensino que encerrou.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Então como é que quer receber o vencimento se não justificou?

O Orador: Bem, quando há um governo que quer simplificar a vida das pessoas e já ouvimos este Governo dizer que quer simplificar os apoios às empresas, então porque é que não se simplifica os apoios às famílias?!

É que este apoio é aquele que garante comida na mesa!

Aquilo que o Bloco de Esquerda propunha na sua proposta era que o apoio fosse pago, com o compromisso de honra do potencial beneficiário e depois seria fiscalizado *à posteriori*.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Diga o que é que está aí a mais?

O Orador: Mas o essencial é que o apoio seja pago no imediato!

Se alguém o receber indevidamente, poderá sempre e terá sempre que o devolver.

Sr. Vice-Presidente, defender e proteger as pessoas devia ser a primeira prioridade do Governo. E não foi!

Em primeiro lugar, foi entrar em conflito e politiquices com o Governo da República. E, em segundo lugar, a burocracia. E isso é lamentável.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Isso é mentira!

O Orador: Relativamente às refeições escolares, também gostaria de dizer que não compreendo, nem o Bloco de Esquerda compreende, o porquê de não se ter mantido as refeições escolares que são servidas nas férias, mas não puderam ser servidas durante o encerramento das mesmas?

É incompreensível!

Se as crianças precisam de comida nas férias, porque é que não precisam de comida quando não há férias?!

É uma contradição!

A questão das autarquias, e da sinalização feita por estas e pelo ISSA, não resolve, porque as autarquias não têm o mesmo grau de proximidade que a escola tem com as crianças, como é óbvio, porque são estas que conhecem cada uma das crianças e tem-nas muito bem sinalizadas. E também não é o ISSA que não está tão próximo como as unidades orgânicas, que vai fazer essa sinalização.

Secretária Regional da Educação (*Sofia Ribeiro*): Quantos pedidos foram feitos?

O Orador: São as escolas.

Se fosse uma criança a precisar da refeição, ela tinha que ser servida. E não deveria ser necessário as pessoas pedirem, como sempre foi.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): O senhor não ouviu o que eu disse!

O Orador: E porquê?!

Eu nunca percebi essa forma de *teimosia* em não querer manter as refeições escolares a serem servidas (nas escolas) durante o encerramento forçado das mesmas, porque há famílias que efetivamente precisam! E há crianças que a única refeição equilibrada que têm é na escola. E não se percebe porque é que isso não foi feito. E não podemos deixar de fazer estas críticas.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Não é verdade!

O senhor está a faltar à verdade!

Deputado Pedro Pinto (*CDS-PP*): Ele sabe que está a enganar as pessoas!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra, para participar no debate (se os Srs. Deputados permitirem!), a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras do CDS/PP.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras** (*CDS-PP*): Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Primeiramente, queria começar por dizer que, por mais que queiram argumentar, a verdade é que o Governo Regional deu e tem dado as respostas necessárias ao apoio às famílias. E como ainda esta semana se falou, foi o Governo Regional que se chegou à frente para ajudar as famílias açorianas.

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (*PSD*): Muito bem!

A Oradora: E não esteve à espera do Governo da República. E até dá um apoio superior ao do Governo da República.

Essa é que é a verdade!

Por mais que queiram argumentar.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: O Governo Regional está, assim, a dar a resposta que as famílias precisam. E o que nos deve indignar a todos é a falta de resposta do Governo da República, quando temos escolas encerradas e só consideram dar apoio quando elas estão encerradas no continente.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Isso é que é!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Essa é que é essa!

A Oradora: Isso é que nos deve indignar a todos!

Quanto a esta iniciativa, tal como foi dito em Comissão e até como já foi explicado pelo Sr. Vice-Presidente, agora no âmbito da discussão da mesma, a verdade é que em relação ao ponto 1, o Governo está a pagar, como foi definido na Resolução nº5/2021, de 14 de janeiro e as famílias não estão na realidade a perder nenhum rendimento.

Quando o Sr. Deputado António Lima falou na questão burocrática e dos documentos, tendo enumerado aqui alguns deles, pois a verdade é que por mais que se queira agilizar, os documentos são necessários para apurar os valores que serão atribuídos. Não pode ser algo dado pelo Governo, só porque a pessoa argumenta – digamos assim – que está em casa.

É preciso pegar nos documentos, avaliar aquela situação específica, até porque não é um valor que seja tabelado e dado igualmente a todas as famílias e, como tal, é necessário apurar-se esses valores, pelo que os documentos são

fundamentais. Mas a verdade é que – e os próprios números avançados pelo Sr. Vice-Presidente relativamente aos pagamentos – o Governo Regional tem os seus pagamentos em dia, está a dar resposta e o apoio que são necessários às famílias, respondendo até à retribuição dos 100% evitando, assim, que as famílias percam o seu rendimento. Algo que é muito importante e que é preciso relevar.

Também dizer que em relação ao ponto nº2 – a 3ª recomendação desta iniciativa – tal como já foi dito em Comissão e agora também pelo Sr. Vice-Presidente, a verdade é que se mantém esta premissa de apoiar e isentar o pagamento das mensalidades das creches e jardins de infância, amas, ATL e centros de dia e de noite e, como tal, isto está a ser executado pelo Governo Regional.

Quanto à 3ª recomendação, foi dito que havia ausência de refeições escolares, que não foram servidas refeições a quem precisou, mas isso não é verdade.

A verdade é que as crianças que precisaram de uma refeição escolar e que as mesmas fossem servidas, estas foram servidas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: E é preciso também dizer que há também um trabalho muito importante que está a ser desenvolvido que são as equipas multidisciplinares, que estão numa ação concertada e de proximidade, as quais acompanham todos estes processos, sinalizando o que é preciso ser sinalizado, para que o Governo intervenha e dê resposta às famílias e às crianças.

Como tal, parece-nos que tudo aquilo que está proposto nesta iniciativa está a ser executado já pelo Governo Regional, com o seu olhar atento, numa estratégia concertada com a Secretaria Regional da Educação, uma estratégia de proximidade, de acompanhamento das famílias, sendo que a resposta está a ser dada aos açorianos e às famílias açorianas porque, sim, este Governo chegou-se à frente!

Muito obrigada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e do CDS-PP: Muito bem!
Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Andreia Cardoso do Partido Socialista.

(*) **Deputada Andreia Cardoso (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Vice-Presidente do Governo:

Apenas para trazer alguma informação que poderá ser útil a este debate.

A primeira questão tem a ver com o facto de o Grupo Parlamentar do Partido Socialista ter entrado com esta iniciativa no dia 13 de janeiro.

Depois disso, e conforme já foi aqui afirmado por diversos intervenientes, o Governo tomou realmente uma decisão por via duma Resolução do Conselho do Governo, na qual se assegurou este conjunto de compromissos, com algumas nuances relativamente ao que era aqui proposto, mas fê-lo. E isso é inquestionável.

Nós estamos agora aqui já numa fase de implementação das medidas por parte do Governo Regional, que não são idênticas às do Governo anterior. E é preciso – acho eu que devemos fazer tudo – e é importante avaliar, aquilo que são as nuances e aquilo que foram as alterações introduzidas por este Governo às medidas, se aumentou de facto a eficácia na atribuição dos apoios, ou se a reduziu.

Eu - se me permitem – queria avançar aqui com algumas sugestões de melhoria, aliás na linha do que foi avançado pela minha colega Isabel Teixeira.

Como sabem, o Governo Regional anterior, em março, aquando do encerramento por via da pandemia, tomou um conjunto de medidas económicas e sociais, no domínio das medidas do apoio às famílias e às IPSS, houve três medidas estruturantes e que estão vertidas nesta proposta. Uma delas foi a de compensar as IPSS pela isenção das mensalidades.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Muito bem!

A Oradora: Isso foi adotado em março, houve pagamentos em abril, maio, junho e julho, tendo sido apoiadas todas as instituições e compensadas por essa via.

Como sabem, foi mais de 1 milhão e 200 mil euros de compensação às IPSS por essa razão.

Portanto, isso é fundamental e ainda bem que o Governo atual tomou uma decisão de natureza semelhante.

O Sr. Vice-Presidente já disse que efetuaram alguns pagamentos e compensações por essa via.

É uma medida de fácil implementação, como o senhor bem sabe, e é uma mera compensação por via daquilo que é a redução do pagamento de mensalidades por parte das famílias.

Outra questão que é relevante, e que o Sr. Vice-Presidente talvez no calor do momento avançou com a justificação a propósito dos pagamentos ou não pagamentos do apoio aos pais por encerramento de estabelecimentos escolares, sei que o senhor sabe que foi de facto atribuído um apoio excepcional aos pais, para além do que foi atribuído pelo Governo da República. Ou seja, o Governo Regional definiu um complemento.

Como sabe, na altura, todos os que recebiam salário mínimo, e que são muitos, eram compensados a cem por cento. E que eram a larga maioria dos pais, os quais estão enquadrados no salário mínimo regional e, portanto, receberiam cem por cento do seu rendimento. Estava então, tal como está agora assegurado.

O Governo Regional de então, decidiu um complemento que abrangeu mais de 4 mil apoios por esta via, num valor superior a 300 mil euros.

O Governo atual, e já numa fase diferente da pandemia, com outro conhecimento da realidade e das necessidades dos pais, numa fase em que – felizmente – a questão não era tão abrangente na Região, mas sim mais restrita, foi de facto mais generoso na definição dos apoios. Isso é inquestionável, até porque o universo era mais restrito e, portanto, era possível.

Quanto a mim - e agora permita-me que lhe dê também aquilo que é a nossa leitura dos acontecimentos - parece-me óbvio que quando o Governo Regional, então, determina um complemento, tem por base os requerimentos que são feitos para os apoios que estão definidos na República e aplica o complemento, nos casos em que os critérios para tal estão definidos.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Também já referi isso!

A Oradora: O que é que acontece agora e que dificulta o trabalho deste Governo Regional?

É que, nos momentos em que não há esse apoio, o qual o Governo se comprometeu a atribuir a cem por cento, implica que haja um requerimento específico para o efeito.

O *atabalhado* a que se refere a Deputada Isabel Teixeira e que o Sr. Vice-Presidente levou muito *a peito*, eu tenho que esclarecer, tem a ver com a constatação do facto de, ainda muito recentemente e depois do Grupo Parlamentar do Partido Socialista ter entrado com um requerimento exatamente pelas mesmas razões invocadas aqui pelo Sr. Deputado António Lima – pelos atrasos de que alguns pais se vinham queixando – é fácil de explicar. E acontece justamente por estas razões que eu aqui invoquei. Porque tem que haver um requerimento específico.

Depois de nós apresentarmos o requerimento, o Governo Regional fez sair uma nota em que diz às famílias quando e como devem requerer. E diz – a uma 5ª ou 6ª feira – que os pais devem apresentar os requerimentos até 2ª feira.

Portanto de facto havia aqui uma lacuna.

Sr. Vice-Presidente, não lhe fica mal nem há problema nenhum em assumir que realmente houve uma situação que precisa ser corrigida. Parece-me que foi o que aconteceu. Ou seja, pelo facto destes apoios deixarem de estar indexados aos apoios do Governo da República, tem de haver um requerimento específico e são pedidos elementos específicos para esse requerimento que agora é do Governo Regional.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Já disse isso!

A Oradora: Não há aqui nenhum problema de maior. Mas de facto condicionou a ação do Governo Regional que eventualmente pode não ter sido tão célere quanto desejável, porque teve que implementar um apoio de raiz. Tudo muito bem.

Já corrigiram, ótimo para o Governo e, sobretudo, para as famílias que beneficiam e necessitam deste apoio.

Nós vamos estar cá vigilantes para ir sinalizando todas estas situações.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Muito bem!

A Oradora: Aproveito, também, (estava a fazê-lo pelo telefone, mas faço-o agora por aqui) para avançar com uma sugestão.

De facto, há elementos que a segurança social não necessita de pedir às famílias, porque dispõe dessa informação. Ou seja, os pais descontam para a segurança social todos os meses. Logo, esta entidade tem um referencial histórico do que são as remunerações das famílias e pode utilizá-lo para atribuição dos apoios, evitando, assim, mais alguns elementos burocráticos que efetivamente condicionam e dificultam o acesso às medidas.

Estou a dizer isto por experiência própria, porque tive que o fazer, ou melhor, a Secretaria Regional da Solidariedade Social teve que o fazer, designadamente no que diz respeito aos empresários em nome individual e aos trabalhadores independentes, por via duma concertação entre aquilo que foram os apoios atribuídos pela segurança social e aquilo que foi, na altura, o apoio atribuído pela Vice-Presidência do Governo Regional. E isso só foi possível, porque entrecruzámos dados, entre a segurança social e a informação de que dispúnhamos. E, assim, foi possível que as famílias nem requerimentos tivessem que fazer.

Fica aqui uma sugestão que pode aliviar um pouco aquilo que é o trabalho burocrático associado à atribuição destes apoios.

Em relação às refeições escolares, também queria deixar uma sugestão, embora perceba aquilo que nos disse o Sr. Vice-Presidente de que as famílias não aderiram. Então se calhar é preciso perceber porque é que elas não aderiram.

Elas não aderiram a esse apoio - esta é a minha leitura, o Sr. Vice-Presidente pode ter outra - porque as famílias que beneficiam dele, estão habituadas a um determinado circuito já estabelecido.

O Governo Regional tem toda a legitimidade para estabelecer outro circuito, é verdade! Mas também tem que avaliar se não é exatamente essa alteração que está de alguma forma a condicionar o acesso à medida. Porque, a verdade é que no tempo em que as escolas estiveram encerradas e que estávamos em tele escola, se bem que não tenha sido igual ao período de encerramento, mas houve 18 mil refeições escolares atribuídas. O que ainda é bastante significativo.

Portanto, de alguma forma, e é esse o apelo que nós fazemos, é bom que avaliem se de facto a alteração do circuito não está a ser uma condicionante ao acesso. Ou seja, aquilo que o Governo entendeu que podia ser melhor (e legitimamente), como seja alterar o circuito, introduzir as autarquias locais e

envolvê-las também neste processo, o que se percebe. Mas esta alteração de circuito, quanto a mim e é a nossa análise, está a condicionar o acesso à medida. Posso estar completamente enganada, mas gostava de deixar aqui esta leitura que faço e que me parece que tem algum sentido.

Essencialmente, Sr. Vice-Presidente, penso que, nesta matéria, de resto eu tive hipótese de acompanhar esse assunto bastante de perto, acho que a intenção do Governo de manter estes apoios é importante.

Quis, naturalmente, e é legítimo que o faça, introduzir algumas nuances e alterações aos processos, o que também é legítimo. O nosso apelo é que de facto avalie alguns detalhes, como os que invoquei aqui, e veja se eles não estão de algum modo a condicionar a acessibilidade às medidas. E é tão só isso que eu queria aqui deixar.

Muito obrigada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Artur Lima*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Deputada Andreia Cardoso:

Não tem este Governo qualquer problema em aceitar contributos que sejam para melhorar a resposta às pessoas. E agradeço o seu contributo porque, como sabe, tomo-os como bons, desde que sejam para tornar mais célere este processo.

Não tenho nenhum problema, Sra. Deputada, como sabe.

Mas também lhe digo com toda a transparência que peço às pessoas ou alguém que não tenha sido atendido, se dirija à segurança social e que relate o seu problema.

Deputada Andreia Costa (PS): E têm-no feito, Sr. Vice-Presidente!

Deputado António Lima (BE): E têm-no feito.

O Orador: Dos 1437 casos, 1108 já foram deferidos.

Deputada Andreia Costa (PS): Também dei uma dica!

O Orador: Eu lembro que o Sr. Deputado António Lima faltou aqui à verdade!

Deputado António Lima (BE): Oh Sr. Vice-Presidente!

O Orador: Em abril – até em dezembro – quando se pôs o problema, o Governo Regional assumiu logo o pagamento de 100%, independentemente do Governo da República pagar ou não pagar.

Deputado João Vasco Costa (PS): Assumiu, mas não pagou!

Deputado António Lima (BE): Isso foi a 9 de janeiro.

O Orador: Mais, Sr. Deputado...

Deputado António Lima (BE): Isso foi a 9 de janeiro.

O Orador: ...até assumi que pagava retroativamente a dezembro. E o senhor esqueceu-se disso. Esqueceu-se da Resolução que foi publicada a 14 de janeiro, um mês e meio depois de tomarmos posse e de nos inteirmos da situação. Incluímos até o serviço doméstico que não estava na anterior Resolução, para que as pessoas que ficam em casa a tomar conta dos filhos também fossem apoiadas.

Portanto, beneficiámos todos a 100%.

Assumimos isso logo e com 3 ordenados mínimos.

Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro): Muito bem!

O Orador: O que causou obviamente algumas entropias no sistema, como disse e bem a Sra. Deputada Andreia Cardoso, foi quando o Governo da República pagava.

Deputada Andreia Costa (PS): Foi isso que foi aqui assinalado!

O Orador: Mas ninguém foi nem está a ser prejudicado. E estamos a pagar a cem por cento, Sr. Deputado António Lima. Coisa que o Governo que o senhor apoia na República...

Deputado António Lima (BE): Não apoio coisa nenhuma!

Isso é que é mentira!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Quando é que foi o *divórcio*?

O Orador: Isso é que é o problema.

O senhor apoia ou apoiou, se quiser...

Deputado António Lima (BE): Ah *apoiou*.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Não se pode dizer que eles apoiam o PS na República!

O Orador: ...mas agora está zangado!

Sr. Deputado António Lima, eu não lhe peço para vir aqui.

Quando quiser, eu tenho toda a disponibilidade para o receber, para tratar dos assuntos, como eu fiz tantas e tantas vezes com o anterior Governo, sem nenhum problema. Porque o meu interesse, Sr. Deputado, era ajudar as pessoas. Fiz tantas e tantas vezes com a Sra. Secretária, com o Sr. Presidente do Governo, sem nenhum problema. E sem prejuízo de nós aqui, cada Sr. Deputado, poder fiscalizar o Governo, exigir dele, dar-lhe sugestões, de resto, o que acabou de fazer a Sra. Deputada Andreia Cardoso.

Muito bem. Com toda a humildade aceitamos. Se é para melhorar, vamos melhorar.

Agora, aí do senhor, com o seu sistema simplista, se eu começasse a ajudar quem passava aqueles rendimentos e o senhor considerava que estávamos a ajudar burgueses. Vinha logo dizer se eu ajudasse alguma pessoa que por acaso fosse pedir!

Sr. Deputado, há regras que têm que ser seguidas. Há de haver o mínimo de critério e há muitos critérios. Mas temos que seguir um deles.

E é isso que senhor não criticou no Governo da República.

Deputado António Lima (BE): Critiquei, sim senhor!

O Orador: E isso fica-lhe mal!

Agora que fique bem esclarecido que não há ninguém aqui que tenha ficado para trás.

Não há ninguém aqui que não tenha recebido o que este Governo assumiu, desde o dia 9 de janeiro, que foi os cem por cento.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: E era isso que o Sr. Deputado devia ter dito!

Portanto, repudio a sua afirmação.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Na Coreia do Norte não há regras!

Presidente: Obrigado Sr. Vice-Presidente.

Tem a palavra para participar no debate o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): O critério pode ser esse mesmo, não ficar gravado!

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Vice-Presidente e Srs. Secretários:

Diga... Sr. Deputado Vasco Cordeiro?

Primeiro tem que aplicar esse critério a si próprio.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): E aplico!

O Orador: Aplica? Algumas vezes. Outras vezes não.

O que eu acho essencial, e que ficou demonstrado ao longo do debate, é que afinal tivemos aqui um Partido Socialista que faz uma *entrada de leão*, de leão não, de *leoa*, de peito aberto... só injustiças, só atrasos... só coisas para fazer. E a seguir, temos a resposta do Sr. Vice-Presidente do Governo que prova que fizemos isto e aquilo, todas as propostas que aqui estão foram realizadas, não houve atrasos. E agora até a Sra. Deputada Andreia Cardoso, com uma generosidade que é pouco habitual em V. Exa.,

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Olhe que não!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Olhe que não!

O Orador: ...reconhece – eu até escrevi aqui, porque achei que estava a ouvir mal –

(Risos de alguns Deputados da bancada do PSD)

Que este Governo foi “mais generoso” na atribuição dos apoios!

O Orador: Foi esta a frase que disse.

Não diga que não, porque eu escrevi imediatamente quando acabou de dizer.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Porém, um pouco seletivo!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Um lapso qualquer pessoa comete!

O Orador: É um lapso é!

Deputada Andreia Costa (PS): Não é lapso nenhum!

O Orador: Afinal, o Governo Regional é mais generoso até nestes apoios.

Mais: além de ser mais generoso, também alargou o conjunto de pessoas e de instituições que estão abrangidas por esses apoios. Ou seja, é mais generoso e ainda conseguiu definir maior abrangência do apoio.

Portanto, o que nós temos aqui é um Partido Socialista que quer dar um contributo, que quer sinalizar algumas questões que estão a ser executadas, sem

atrasos. E o que é fundamental é que da minha parte, valorizo atitudes desse tipo.

O Partido Socialista quer contribuir para a solução.

A Sra. Deputada Andreia Cardoso referenciou aqui alguns contributos do ponto de vista prático.

Eu digo-lhe: fica-lhe bem e aceitam-se esses contributos.

É sempre importante quando se pretende melhorar a eficácia do Governo dos Açores. São muito bem-vindos. Ainda por cima, quando vêm num quadro em que V. Exa. reconhece que, de facto, o Governo até aumentou os apoios que estão a ser concedidos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E é nesse sentido que, da parte do PPM, eu posso anunciar que vamos votar favoravelmente a vossa iniciativa, porque sinaliza elementos com os quais nós comungamos. É também uma matéria que o Governo está a trabalhar e com a qual concorda.

Portanto, o que é que nós queremos?

Queremos que as coisas funcionem, ainda melhor se possível, com a colaboração de todos e também com o apoio político do Partido Socialista nesta matéria. E é nesse sentido que V. Exas. podem contar com o nosso voto favorável.

Não que as coisas não estejam a ser feitas, porque estão. Mas o vosso apoio político, nesta matéria, é algo que eu quero considerar e é algo que eu quero valorizar.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu julgo que o debate sobre esta matéria é, todo ele, um contributo para o Governo melhorar a sua atuação.

A crítica não é *a crítica pela crítica*. Aliás, sobre esta matéria em concreto, eu devo lembrar que o Bloco de Esquerda, desde 17 de dezembro, foi a primeira força política que neste assunto falou publicamente com uma tomada de posição e teve a atenção de alertar o vosso Governo para este problema. E fê-lo da forma mais leal possível. Nem sequer apresentou uma proposta em concreto na altura, porque sabemos bem que o Governo tem mecanismos céleres para resolver – até com uma palavra! – dizer às pessoas e dar-lhes a confiança de que, sobre esta matéria, podem estar descansados que o Governo chegar-se-á à frente e terá toda a disponibilidade para apoiar e ninguém ficará sem rendimento.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Eu disse isso no dia 9 de janeiro!

O Orador: Pois é, Sr. Vice-Presidente, esse é que é o problema.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Quando é que fecharam as escolas?

O Orador: As escolas no dia 1 de dezembro, já com o atual Governo em funções, fecharam em Rabo de Peixe.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Rabo de Peixe, pronto! E a seguir?

O Orador: A seguir começaram obviamente as famílias a perceber que não teriam apoios por parte do Governo.

Recordo que no dia 16 de dezembro há uma notícia da Lusa, não desmentida, com declarações do Sr. Vice-Presidente, em que é dito o seguinte:

“Questionado pelos jornalistas acerca do apoio à quebra de vencimentos de pais que tenham ficado em casa devido ao encerramento de estabelecimentos escolares, o governante afirmou que essa” – e estou a citar – “não é uma questão que dependa da solidariedade regional do Governo Regional dos Açores. Depende de medidas nacionais em vigor”.

Ora isto é recusar assumir essa responsabilidade, Sr. Vice-Presidente!

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Não, não!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não é, não senhor!

O Orador: E foi por isso que o Bloco de Esquerda emitiu um comunicado a dizer que essa responsabilidade devia ser assumida pelo Governo.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Era por causa do Governo da República!

O Orador: Aliás, foi no dia seguinte que o Sr. Presidente do Governo veio de certa forma atenuar esta declaração, dizendo que não era bem assim, mas que afinal – peço desculpa, vou ler do computador – “o Governo Regional admitia avaliar as situações que justificassem a solidariedade e o apoio excecional”, não concretizando, no entanto, que apoio excecional seria esse.

O Orador: E foi por isso, perante essa ...não vou dizer divergência, mas essa *nuance* nas posições, e que nos preocupava, que o Bloco de Esquerda disse que o Governo se devia chegar à frente e garantir esse apoio.

Aepnas a 9 de janeiro é que o Sr. Presidente do Governo anunciou, se não me engano no final do Conselho do Governo, esse apoio! E mesmo nessa altura, por duvidarmos – a verdade é essa! – da concretização que o Governo iria fazer dessa medida, depois de tantas incertezas, chegámos a apresentar a proposta. E a verdade é que...

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): A proposta já estava aprovada!

O Orador: ...pode discordar da forma como a nossa proposta estava redigida...

Presidente: Sr. Deputado, agradeço que termine.

O Orador: Já termino Sr. Presidente.

Mas tem de admitir uma coisa, é que seria muitíssimo mais rápido do que o poço de burocracia que arranjam e que leva à criação de muitos desses problemas. E o processo deve ser simplificado, porque ainda há pessoas a receber e ainda há pessoas a necessitar. Ainda há escolas fechadas. E a burocracia pode e deve ser reduzida e simplificada, para que as pessoas não fiquem tanto tempo à espera, porque ainda há efetivamente gente que está a precisar.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Está enganado!

O Orador: E está à espera.

As responsabilidades podem ser várias, não estou a dizer que são suas pessoalmente. Mas o processo é burocrático. E ninguém pode esperar que um processo simplificado leve a pagamentos indevidos até porque, tal como já disse a Sra. Deputada Andreia Cardoso, a segurança social tem os registos dos vencimentos de todos os trabalhadores da Região e não há aqui nenhum risco de alguém que receba 5 mil euros por mês vir a receber um apoio.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

O Bloco de Esquerda esgotou o seu tempo para este debate.

Tem a palavra a Sra. Deputada Andreia Cardoso.

(*) **Deputada Andreia Cardoso (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo:

Apenas uma questão que há pouco não me ocorreu dizer-lhe e que me parece também pode ajudá-lo a compreender um pouco melhor as matérias aqui em discussão.

É natural que da sua parte, quando pede uma listagem de apoios, ou melhor, requerimentos entrados e apoios processados, que é no fundo a informação que o senhor aqui nos transmitiu, para si – naturalmente na leitura que faz – os processos estão em dia. E é uma leitura legítima. Mas há uma questão fundamental que é preciso que se entenda e, penso, a divergência e a preocupação que aqui nos traz é só uma e tem a ver com o facto – penso que o Governo já tentou resolver com a mais recente saída de informação – das famílias, a dada altura, não saberem como requerer e não terem os meios disponíveis para o fazer. Ou seja, da sua parte, e da leitura que faz na sua secretária e no seu computador, é que perante os requerimentos entrados, estes estão processados.

O problema é que há requerimentos em espera para entrar, com falta de informação de como proceder.

E esse aspeto é essencial em dois domínios: desde logo, é fundamental que as famílias saibam como podem proceder; e é fundamental que os serviços estejam informados de como devem encaminhar as famílias. Há, ainda, outro aspeto importante e que o Deputado António Lima já bem frisou, tem a ver com a agilização deste processo, designadamente nos elementos que se pedem as famílias para entregar.

Depois há outra questão, e é mesmo para terminar, tem a ver com a observação do Sr. Deputado Paulo Estêvão a propósito da minha afirmação.

O Sr. Vice-Presidente disse que teriam sido requeridos cerca de 1400 apoios, tendo sido atribuídos 1100.

É para lhe dizer – Sr. Deputado Paulo Estêvão – que eu fiz menção a isso exatamente porque, como sabe, os mais de 4 mil apoios que foram atribuídos pelo Governo anterior como apoio excecional às famílias, foram justamente num período consistente e relativamente alargado de encerramento das escolas.

Agora é de facto uma situação mais pontual, o que faz com que eventualmente tenham tido menos apoios do que aqueles que foram processados na altura.

Por acaso, penso que o Sr. Vice-Presidente ainda não informou o valor dos apoios em montante global atribuídos, o que era interessante de se perceber, porque é evidente que o teto máximo do apoio definido aumentou e eu disse isso logo aquando da minha primeira intervenção; mas por aquilo que me é dado entender, isso só foi possível porque o universo de beneficiários é, neste momento, menor. E, portanto, o Governo Regional não afetando mais recursos, consegue ser mais generoso nos apoios médios individuais que atribui a cada pai. O que, em termos de gestão de recursos, é uma boa opção.

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Isso é tudo sentido de justiça social!

A Oradora: Acho que sendo possível fazê-lo, é importante que o façam. Sendo certo que para que uma boa medida não se transforme numa má prática, é fundamental que o acesso à mesma não seja condicionado, ou não haja obstáculos, à sua plena implementação e ao acesso desses recursos que o Governo quer fazer chegar às famílias.

Obrigada.

Presidente: Obrigado Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente e Srs. Membros do Governo:

Faço esta intervenção apenas para fazer mais uma referência à última intervenção do Sr. Deputado António Lima.

Há uma coisa que não se lhe pode dizer neste momento. Eu até ia utilizar aqui uma imagem ..., mas é melhor não usar.

Há aqui um anátema, porque não se pode dizer a V. Exa. que apoia o Governo do Partido Socialista...

Deputado António Lima (BE): O que é que isso tem a ver com o debate?!

O Orador: Tem tudo a ver senhor!

Já vai ver, isto é apenas a introdução. Calma, tudo tem um princípio, um meio e um fim.

O que eu lhe quero dizer, Sr. Deputado António Lima, é que há pouco no debate foi dito que os atrasos que estão a ocorrer na RAA têm a ver com o facto do Governo da República não libertar as verbas a que está obrigado e comprometido. E depois o Sr. Vice-Presidente disse-lhe “é o Governo que V. Exa. apoia e que não critica”.

Deputada Andreia Cardoso (PS): O senhor já não está a dizer as coisas certas!

O Orador: E V. Exa. imediatamente disse “não, não. Nós não apoiamos. Este Governo nem pensar”.

E eu registo: então não era o governo das esquerdas e das confluências das esquerdas?!

É que agora V. Exa. anunciou uma coisa, mas também é difícil muitas vezes perceber quando é que ocorreu o *divórcio* Sr. Deputado?!

Deputado João Vasco Costa (PS): Não fale muito!

Deputado António Lima (BE): Qual divórcio?!

O Orador: É que eu não sei quando é que V. Exa. deixou de apoiar o Governo da República. É só por isso.

É que não existiu um anúncio público do *divórcio*!

Há zangas no interior, mas nunca sabemos bem.

Depois há reaproximações e a seguir há um ambiente romântico que se cria novamente e eu não consigo perceber quando é que há uma separação e, por isso, obviamente há aqui uma crítica.

Agora o que é que é objetivo?

O que é objetivo, Sr. Deputado, é que existiram atrasos que foram inicialmente imputados ao Governo Regional no início desta discussão que, afinal, são da responsabilidade do Governo da República.

Deputado António Lima (BE): Não são não!

O Orador: Mais: ficou provado também, quando esses atrasos ocorreram, qual foi a resposta do Governo Regional?

Não foi dizer: “Bom isto é da responsabilidade do Governo do Partido Socialista e atribuímos as culpas a ele e ficamos de braços cruzados”.

Não! O que o Governo Regional fez foi: “Eles não pagam, mas nós pagamos! Nós não vamos deixar as famílias dos Açores com estas dificuldades!”.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Não é um comportamento proativo?

Não é o que se tem de fazer, que é substituir o Governo da República quando não cumpre os seus compromissos na Região Autónoma dos Açores? E dizer: “as famílias açorianas não ficam desprotegidas”!

É isso que eu não vi a V. Exa. reconhecer!

E não vi o Bloco de Esquerda ter nesta matéria uma atitude proativa.

Eu só vi V. Exa. dizer que é burocracia a mais. Mas isso é a coisa mais simples de se dizer. Tem é que dizer qual é a burocracia a mais.

Deputado António Lima (BE): Já disse!

O Orador: Que documentos estão a mais. Porque assim é muito fácil de dizer. O que é importante é que este processo também tenha o rigor necessário, para que os apoios sejam concedidos a quem realmente tem direito e a quem necessita deles.

V. Exa. não pode vir aqui fazer a crítica fácil, dizendo que há burocracia a mais.

Então se existe burocracia a mais, faça o favor de a identificar.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado.

Sr. Deputado António Lima pede a palavra para?

(* **Deputado António Lima (BE):** Para uma interpelação, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra.

(* **Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, gostaria de fazer duas perguntas à Mesa.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não tem tempo!

O Orador: Primeira, se o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda ainda dispõe de tempo neste debate?

E gostaria que o Sr. Presidente informasse a Câmara qual é a proposta que nós estamos a discutir? E se ela tem alguma coisa a ver com as relações do Bloco de Esquerda com o Governo da República?

Deputada Alexandra Manes (BE): Muito bem!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: É que me pareceu que este era o tema, mas julgo que não é!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

O Bloco de Esquerda já não tem tempo para este debate. E a Mesa não tem mais inscrições.

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional.

(* **Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Para concluir o debate, gostaria de dizer que este Governo não tem nenhum problema em aceitar os contributos que possam vir dos Srs. Deputados para

melhorar o processo e a celeridade de atribuição dos apoios. Não temos nenhum problema e tomamos boa nota disso. Como também rejeitamos e repudiamos as afirmações de que há famílias a passar necessidades.

Deputado António Lima (BE): Há, há!

O Orador: Porque não temos nenhuma informação sobre isso.

Deputado António Lima (BE): Oh essa está boa!

O Orador: E o Sr. Deputado António Lima, se tem esse conhecimento, não tem que o fazer publicamente. Mas faça-o chegar ao Governo...

Deputado António Lima (BE): A Segurança Social sabe!

O Orador: ...faça-o chegar à Vice-Presidência.

A Segurança Social tem, para seu esclarecimento, em audiência prévia, 83 casos; para deferimento tem 35 casos; e indeferiu até hoje, dos 1437 casos, 27 casos – para o senhor ver.

Agora, o que nós fizemos, ao fim de 3 semanas de tomar posse, Sr. Deputado, foi assumir na íntegra – o pagamento a 100% - às famílias dos Açores! **A 100%.**

E mais: fomos detetando as situações e com humildade fomos corrigindo.

É a 3ª resolução que fizemos, sempre para melhorar a primeira.

Aproveitámos o que era bom do Governo anterior.

Aproveitámos o bom trabalho e não desmerecemos o trabalho de ninguém. Como também não aceitamos que venham desmerecer as boas medidas deste Governo!

As boas medidas deste Governo também não são para desmerecer, Sr. Deputado!

Nós não desmerecemos as medidas do Governo anterior. E estas são boas medidas.

E, por isso, fizemos 3 resoluções para ir melhorando. E cá estamos para melhorar, sempre, sempre para prestar o melhor serviço às famílias dos Açores que recebem 100% do apoio.

Mas eu não desisto, nós não desistimos, de exigir da República que nos trate como portugueses! E como cidadãos da República Portuguesa! E cidadãos portugueses!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: E que nos paguem o que é devido, Sr. Deputado António Lima!

Ao contrário do senhor que aqui não fez essa exigência ao Governo da República!

Deputado António Lima (BE): Fiz, fiz!

O Orador: Portanto, há uma grande diferença!

Agora aplica-se sempre subsidiariamente a última resolução que foi publicada, como o senhor bem sabe!

Fomos sempre caminhando com humildade, melhorando sempre para servir melhor as famílias açorianas.

E digo-lhe mais: este Governo teve a humildade de ir até à freguesia, eu próprio fui até Rabo de Peixe reunir com o Sr. Presidente de Junta, fui lá reunir e ouvir o Núcleo de Ação Social.

Mais: fui a Vila Franca reunir com o Sr. Presidente de Câmara. E até propor-lhe – e aceitámos – estabelecer parcerias para não haver duplicação de apoios, Sr. Deputado!

Fomos até ao nível do poder local, em colaboração com as autarquias e com as juntas de freguesia!

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP) e Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Fizemos o nosso trabalho de campo!

Fomos lá ouvir as pessoas e não ficámos no gabinete!

É isso que nós temos feito! É isso que continuamos a fazer!

Temos equipas multidisciplinares em Rabo de Peixe a apoiar as pessoas, a ensinar como devem fazer, a dar toda a ajuda e apoio.

Estamos no terreno Sr. Deputado!

O trabalho é muito e estamos cá para trabalhar sempre a favor dos açorianos. E não fazer a crítica pela crítica. Aceitando com certeza os *aportes* que forem positivos, no sentido de melhorar a vida das pessoas.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e do CDS-PP: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Vice-Presidente.

O Governo esgotou o seu tempo para este debate.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Vânia Ferreira.

(*) **Deputada Vânia Ferreira (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo: O Grupo Parlamentar do PSD votará a favor desta proposta, não obstante, esta já estar a ser implementada e porque não queremos que o Partido Socialista venha, amanhã, dizer que votámos contra o apoio às famílias.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Como ficou demonstrado neste debate, este Governo chegou-se à frente e apoiou todas as famílias açorianas. E é isso que queremos realçar com o nosso voto favorável.

Obrigada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

Tem a palavra a Sra. Deputada Maria Isabel Teixeira.

(*) **Deputada Maria Isabel Teixeira (PS):** Muito obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Vice-Presidente:

Sinto-me, hoje, *batizada* nesta Casa, muito obrigada.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Ainda não sou padre, Sra. Deputada!

A Oradora: De qualquer forma, a minha voz não vai deixar de ser meiga, mas batizou-me hoje com os seus ataques e a forma política como falou comigo!

Realmente com a sua *humildade*, como dizem os meus colegas!

Eu só quero esclarecer aqui uma situação, Sr. Vice-Presidente:

Eu não me presto a vir a esta Casa fazer nada que não seja a minha vontade!

Não estou aqui a desempenhar nenhum papel.

Eu sou eu própria e o senhor já me conhece de alguma forma.

De todo o modo, eu estou aqui porque fui eleita, como o senhor foi, para defender os Açores e os açorianos!

Essa é a minha vontade.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados das bancadas do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

A Mesa não tem mais inscrições.

Vamos passar à votação. E vamos votar o Projeto de Resolução nº8/XII.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Projeto de Resolução nº8/XII, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Muito obrigado.

Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos e passamos ao ponto nº10 da agenda, **Projeto de Resolução n.º 28/XII – “Auditoria do Tribunal de Contas ao Grupo SATA”**, apresentado pelos Grupos Parlamentares do PSD, CDS e PP/PPM.

Pelo que presumo, é o Sr. Deputado António Vasco Viveiros quem vai apresentar a iniciativa. Tem a palavra.

(*) Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Entre 2012 e 2019, a SATA somou mais de 260 milhões de euros de prejuízos, o que constitui uma séria ameaça ao serviço público de transporte aéreo nos Açores. No mesmo período, a dívida do Grupo triplicou, passando de 155 milhões de euros, para 464 milhões de euros no final de 2019.

A partir de 2013, a situação financeira da SATA entrou degradação galopante, passando de cerca de 30 milhões de euros de capitais próprios positivos em 2012, para, em 2019, cerca de 230 milhões de euros negativos.

A grave situação a que a SATA foi conduzida, obriga a que não se repitam os erros cometidos. Só é possível salvar a SATA e construir o futuro da companhia aérea dos Açores conhecendo, com exatidão, o que se fez de errado no passado.

O trabalho de identificação das causas dos graves problemas da SATA deve ser executado por uma entidade externa, credível e que seja independente do poder político, através de uma auditoria rigorosa à situação do Grupo no período entre 2012 e 2020.

O Tribunal de Contas reúne todas as condições para a tarefa em causa, sendo que constitui uma das suas principais funções, apoiar este Parlamento em matéria de informação financeira e avaliação da boa aplicação dos recursos públicos.

A exigência de uma auditoria à situação financeira e operacional do Grupo SATA justifica-se, igualmente, pela necessidade de transparência perante os cidadãos.

Cabe a esta Assembleia, num novo quadro parlamentar em que nenhuma força política impõe a sua vontade às restantes, implementar uma cultura de plena transparência, em matéria de aplicação de recursos públicos.

Assim, nos termos regimentais aplicáveis e ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 44.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, os Grupo Parlamentares do PSD, CDS-PP e PPM propõem que a Assembleia Legislativa aprove a seguinte Resolução:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 2.º, na alínea b) do n.º 2 do artigo 2.º, no n.º 2 do artigo 4.º e da aplicação analógica da alínea g) do n.º 1 do artigo 5.º e do artigo 55.º da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, na sua redação atual, solicita à Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas uma auditoria à situação

financeira e operacional do Grupo SATA no período compreendido entre os anos de 2012 e 2020.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Está apresentada a iniciativa.

Estão abertas as inscrições.

Relembro a Câmara que os proponentes fizeram uma substituição integral do Projeto de Resolução. E é sobre ela que deve incidir o nosso debate e a nossa votação.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Trouxeram o PSD, o CDS/PP e o PPM a esta Câmara um Projeto de Resolução, cujo objetivo é uma auditoria do Tribunal de Contas ao Grupo SATA. Auditoria, essa, seja feita em relação ao período de 2012 a 2020.

A primeira questão que queria salientar, em termos de posição do Partido Socialista, é que nós somos a favor de qualquer proposta que possa esclarecer, dar mais transparência e possa estudar com o cuidado que lhe é devido, o

funcionamento da Administração Regional, das empresas públicas e os seus atos de gestão, bem como os seus atos políticos.

Portanto, o Partido Socialista estará ao lado desta proposta vinda dos três partidos que suportam o Governo, no sentido de se fazer uma auditoria do Tribunal de Contas ao Grupo SATA.

Gostaria, ainda, de acrescentar que já houve uma auditoria do Tribunal de Contas ao Grupo SATA, a qual escrutinava um conjunto de anos que terminavam em 2013.

Chamo a atenção, em primeiro lugar, para o facto de que parte do período que aqui está proposto a escrutínio por parte do Tribunal de Contas coincide, pelo menos num ano, com um tempo em que já houve uma auditoria do Tribunal de Contas.

Em segundo lugar, dizer também que há poucos assuntos na Autonomia Regional que tenham tido tanto escrutínio e tanto debate, da parte deste Parlamento e inclusive da parte do Tribunal de Contas.

Pelas minhas contas, já não é a primeira vez que nós discutimos a possibilidade duma auditoria ao Grupo SATA; algumas delas foram aqui aprovadas sob proposta de partidos que também hoje voltam a propor estas auditorias.

Em termos de debates e de propostas feitas neste Parlamento, talvez seja bom recordar que, no espaço de 8 anos, houve 34 debates nesta Casa sobre a situação do Grupo SATA e sobre a situação de transportes.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Está a ver porque é que é preciso uma auditoria?

O Orador: Cerca de 14 na última Legislatura e cerca de 21 na Legislatura que antecedeu a que agora terminou.

Portanto, se há matéria em que houve estudo e debate da parte deste Parlamento e da parte dos partidos da oposição, este assunto foi talvez o mais debatido e o mais estudado.

O que aqui está, irá acrescentar mais trabalho sobre esta matéria.

O Partido Socialista não poderá certamente opor-se a mais escrutínio ao seu trabalho e ao trabalho desenvolvido pelos gestores do Grupo SATA.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Rui Martins.

(Neste momento o Deputado Tiago Branco reocupou o seu lugar na Mesa)

(*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, do Governo e Membros do Executivo:

Relativamente à auditoria da SATA, para lá de todo historial da dívida que é referido nos considerandos deste Projeto de Resolução, não podemos esquecer que configura uma posição de gestão megalómana e potencialmente ruïnosa em muitos milhões, o contrato do A330 de nome “Cachalote”.

Podia alongar-me em considerações de alegadas opções que em nada terão beneficiado a empresa, mas seria sempre um exercício de suposição. E é por isso que urge auditar a SATA e verificar se houve efetivamente dolo na gestão da empresa neste longo percurso de destruição financeira e reputacional.

A culpa não pode continuar a morrer solteira.

Importa auditar o que se passou nas contas da empresa, para que também se possa tirar dos ombros da maioria dos funcionários da empresa o estigma que sofrem, e sofreram, de que seriam os privilegiados, pagos principescamente e que teria sido isso que levou ao descalabro financeiro da empresa.

Não é esse o entendimento do CDS.

Estamos convictos de que foram as sucessivas gestões dum amadorismo atroz, e ao serviço dos governos em funções durante este período, os responsáveis pela grave situação de sustentabilidade financeira em que a empresa se encontra. E é

exatamente por isso que consideramos que se impõe uma auditoria às contas e à gestão da empresa. E propomos o Tribunal de Contas, por ser uma entidade idónea para realizar e para ir ao encontro do que consideramos ser um direito dos açorianos em ter acesso à informação de forma clara e transparente acerca do que se passou verdadeiramente na empresa e da responsabilização que deve existir, ou não, pelas decisões tomadas.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Devo começar por dizer que foi com agrado que registei o texto da substituição integral que deu entrada na Mesa em relação ao primeiro texto deste Projeto de Resolução.

Na verdade, se há coisa que nos une é a SATA.

Já aqui disse várias vezes, acrescentando aos números que o Sr. Deputado Francisco César disse, penso que todos os plenários temos falado desta companhia aérea. E, portanto, haverá certamente ainda mais oportunidades.

Tenho dito sempre que é a SATA que nos une. É o ar que nos une e não o mar. E não o tenho dito poucas vezes.

A SATA precisa da nossa ajuda e colaboração. Não precisa de *lavar roupa suja*.

Deputado João Vasco Costa (PS): Muito bem!

O Orador: E o que estava no texto inicial deste Projeto de Resolução era uma tentativa de *lavar roupa suja*.

Ainda bem que houve bom senso e ainda bem que substituíram esse texto.

Da parte da Iniciativa Liberal, contem sempre, apesar da oposição do meu partido a nível nacional, contem sempre com a Iniciativa Liberal dos Açores para proteger a companhia aérea regional. Mas contem também com a opinião crítica para fazerem a reestruturação que a companhia necessita. E se é para tomar decisões de coragem, então que se aproveite esta auditoria do Tribunal de Contas. Mas que não se adie essa reestruturação *à pala* dessa auditoria que vai demorar algum tempo. Porque se essa auditoria do Tribunal de Contas é para a maioria parlamentar de agora fazer a mesma coisa que fez a maioria parlamentar de outrora que é *empurrar com a barriga pra frente* as decisões difíceis, não contem com a Iniciativa Liberal!

É para resolver o problema, é para arranjar soluções, estamos aqui!

É para *empurrar com a barriga pra frente*, nós não vamos estar aqui!

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

A situação do Grupo SATA, como disse o Sr. Deputado Francisco César, foi muito discutida ao longo das últimas Legislaturas.

A verdade é que existiam bons motivos para que ela fosse muito discutida e muito analisada. É que os resultados eram e foram cada vez piores.

O desequilíbrio financeiro da SATA estava e está a ter, neste momento, graves consequências para a nossa Região que tem que acudir e salvar uma situação muito difícil. E isto significa que tem um forte impacto no âmbito da Autonomia dos Açores.

Por isso, existiam bons motivos para que ela fosse estudada e analisada.

Não há qualquer dúvida – eu não tenho nenhuma dúvida e não digo isto com agrado – que no âmbito da gestão da SATA, foi um dos piores erros cometidos

pelos governos do Partido Socialista ao longo destes últimos anos. Disso não tenho nenhuma dúvida.

Foi um dos problemas mais graves que os sucessivos governos socialistas não conseguiram ultrapassar. Pelo contrário, a situação piorou cada vez mais. E com a presente pandemia ainda piorou mais, porque já se encontrava numa situação de enorme fragilidade e o contexto foi o pior possível.

Por isso, é necessário que se faça aqui uma análise isenta.

As Comissões Parlamentares – e digo isto agora, como já dizia antes e continuo a pensar a mesma coisa – estão sempre contaminadas pela disputa político-partidária. Isto é uma evidência.

Quem quiser dizer que não, que elas são absolutamente exatas e que fazem um trabalho que não tem uma visão política, que não está contaminado por uma visão e um combate políticos, pode dizer. Mas ninguém acredita.

Portanto, esta entidade (Tribunal de Contas) está preparada, tem os meios, tem a independência e tem um conjunto de técnicos que podem fazer esta análise com rigor. E é isso que se pretende. Uma análise rigorosa da situação.

Não se está a pedir a um determinado grupo. Nem é o próprio Governo a fazer esta análise, ou um grupo de trabalho que domine, não. O que se está aqui a pedir é que seja uma entidade independente a fazer esta análise.

Dizia o Sr. Deputado Nuno Barata que não se aproveite esta oportunidade para *empurrar com a barriga pra frente*, adiando as reformas que são necessárias.

Ninguém disse isso e ninguém lhe vai dizer isso, Sr. Deputado Nuno Barata.

Vamos continuar a fazer o trabalho que está a ser feito na SATA, no fundo, para salvar a empresa que se encontra numa situação tremendamente difícil. E as reformas serão implementadas. Este é outro processo.

O que nós queremos saber é a verdade em relação aos erros que foram cometidos e também, se for caso disso, em relação às responsabilidades que possam existir no âmbito deste processo. É tão somente isso.

Pretende-se que de facto este trabalho seja feito por uma entidade com a competência e o prestígio do Tribunal de Contas.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado.

(*) **Deputado Carlos Furtado (CH):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A auditoria do Tribunal de Contas ao Grupo SATA não pode ser interpretada como uma *caça às bruxas*. Mas também não pode ser interpretada como um ato de fazer apenas por fazer.

É preciso efetivamente identificar o que é que não correu bem durante estes anos todos, porque há umas situações que já estão identificadas. E enquanto essa auditoria não estiver efetivamente pronta, é óbvio que tal como disse e bem o Sr. Deputado Nuno Barata, é preciso pormo-nos a caminho, senão o empurrar isso para a frente vai ter mais consequências, pois não se pode esperar resultados diferentes, fazendo exatamente a mesma coisa. E o receio que temos é que estejamos perante uma situação dessas.

No meu entender, durante muitos anos não foram tomadas decisões corajosas relativamente à SATA, porque isso custa votos, custa reeleições. E o Grupo SATA e outras coisas nesta terra, não podem ser geridas em função de resultados eleitorais.

Portanto, esta auditoria é bem-vinda, mas também é muito bem-vindo que se comece a estudar de forma célere outras soluções para a SATA. É que há coisas que não precisam de auditoria. Está perfeitamente identificado onde é que foram cometidos os erros e qual o seu tamanho.

A recomendação que fazemos ao Governo é que se comece efetivamente a trabalhar a sério nisso, em colaboração com a SATA, no sentido de que não sejam os açorianos de hoje e os daqui a 5, 10 e 20 anos a pagar os deslizes políticos que foram feitos durante muitos anos nesta companhia.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Obviamente o PAN é totalmente favorável a esta iniciativa.

É algo que dissemos durante vários anos. Dissemo-lo também em campanha, tal como todos os partidos.

Por isso, uma auditoria é bem-vinda a qualquer empresa, seja ela pública ou privada ou até público-privada, e estamos totalmente de acordo.

Uma coisa é também certa: neste aspeto em concreto da SATA, estamos a falar do nosso autocarro nos Açores. Ou seja, é uma empresa necessária para os Açores, porque nós não temos pontes entre ilhas. Nós precisamos dela como um serviço público. E é óbvio que houve algumas decisões no passado que não foram as melhores.

Houve decisões do Governo anterior, mas sempre como uma forma de acautelar um serviço que era público e que tem de continuar a ser assim.

Sem dúvida que uma auditoria para saber como é que estão as contas da empresa SATA, nos vai ajudar futuramente. Tendo em conta que a nova administração teve até uma reunião com alguns deputados da Assembleia Regional e que havia a promessa que até 2024 nós conseguiríamos ter saldo positivo.

Vamos ver se isso acontece.

Sem dúvida que se o administrador da SATA for tão ambicioso na sua forma da promessa, como vai ser em termos operacionais, então vamos acautelar o autocarro dos Açores.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Começo por dizer que o Bloco de Esquerda naturalmente concorda com a realização de uma auditoria às contas da SATA. Aliás, já no passado apresentámos proposta semelhante.

Não voltámos a apresentar, porque com a proposta que surgiu da Coligação, uma auditoria é uma auditoria e não faria nenhum sentido – já não digo pouco sentido – haver duas propostas a versar exatamente a mesma matéria, com o mesmo pedido e com a mesma solicitação ao Tribunal de Contas.

De facto, há apenas um reparo que já foi feito relativamente aos anos de 2012 e 2013, que já foram auditados pelo Tribunal de Contas. E não virá mal ao mundo se forem novamente auditados, mas já há um relatório sobre esse período temporal.

A proposta de substituição feita torna a redação mais..., não direi objetiva, mas retira-lhe uma carga política mais forte e alguma tentativa de insinuar que poderiam existir algumas questões não lícitas nessa matéria, mas é evidente que é competência e obrigação de todas as entidades públicas, nomeadamente o Tribunal de Contas e a Assembleia, na presença de qualquer ato ilícito, remeter para as autoridades judiciais competentes o que decorre naturalmente da lei e essa matéria tem que ser sempre cumprida, independentemente do assunto e de quem tenha ou não responsabilidade sobre essa matéria.

Votaremos obviamente a favor, esperando que essa auditoria contribua, como temos sempre defendido ao longo dos anos, para que se conheça realmente a fundo as contas, tendo a opinião duma entidade que é idónea a que tem competência sobre esta matéria, como é o caso do tribunal de Contas.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado.

(*) **Deputado Carlos Furtado (CH):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Respondendo ao Sr. Deputado Pedro Neves, que ninguém tenha dúvidas daquilo a que eu normalmente costumo chamar de *camionete da carreira das ilhas*; é da mais elementar importância para os nossos Açores.

Obviamente que sim.

Todos nós temos que ter consciência disso.

O problema da SATA nunca foi a carreira das ilhas.

O problema da SATA foi *outros voos*, com outros *pássaros maiores* que trouxeram os problemas que todos conhecem. Porque temos que ter consciência de que os maus erros de hoje, refletem-se amanhã. Ou seja, a má gestão e determinadas decisões do Grupo SATA no passado recente, condicionam até o bom serviço do transporte inter-ilhas.

Portanto, essa é que é a grande questão. E quanto a isso, acho que ninguém tem dúvidas sobre o transporte dentro dos Açores e do arquipélago para o continente.

Nisso acho que estamos todos de acordo. Nem é para discutir.

O problema é os outros voos, as outras iniciativas, as outras compras de aeronaves.

Tudo isso que foi um sonho que, no fundo, resultou num pesadelo.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

É naturalmente com satisfação que se percebeu que esta iniciativa seria aprovada por todo o Parlamento.

Ao longo dos últimos anos registaram-se – o Sr. Deputado Francisco César falou em 30 - debates ou interpelações, mas a verdade é que muitas delas foram avisos por parte dos partidos da oposição relativamente ao percurso da SATA e que infelizmente não foram acolhidos.

Por outro lado, o facto de haver aqui a sobreposição dum ano é irrelevante.

Se o Tribunal tem o trabalho de 2013 feito, há aqui um ponto de partida...

Deputado Berto Messias (PS): Por acaso fomos nós, Sr. Deputado!

O Orador: ... que são as contas de 2012.

Se o Tribunal de Contas tem o trabalho feito, pode eventualmente ter uma metodologia diferente. Mas se não tiver, o trabalho está feito. Em 8 anos não é relevante.

Apesar das 30 interpelações e debates de urgência no Parlamento, a questão é que nós não podemos perder dimensão do que é e foi o prejuízo da SATA, o que foi a quebra de valor e o que é a fatura para os açorianos.

Portanto, o Tribunal de Contas é a entidade que mais competência tem na avaliação da utilização dos dinheiros públicos. Por isso é fundamental que neste período de 8 anos faça o que entender relevante, do ponto de vista da defesa do interesse do contribuinte.

Para que se tenha a noção dos valores, só em 2020 – é evidente que já temos os efeitos da pandemia – o dinheiro que será injetado na SATA representa quase todo o IRS pago no ano pelos açorianos. Ou seja, nós estamos a falar aqui duma dimensão de esforço aos contribuintes perfeitamente anormal que é bom que não se repita no futuro nos Açores, pois nós vamos pagar esta fatura durante muitos anos.

Portanto, a auditoria num período alargado, porque responde ao período em que a SATA começou a ter prejuízos avultados – a partir de 2013 – é fundamental, para que haja alguma avaliação de consciência do que foi a governação no

passado, do que deve ser a governação no futuro e do que deve ser a transparência e avaliação mais próxima da utilização dos recursos públicos.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Carlos Furtado:

Eu tenho que ser realista e não quero ser a única pessoa pessimista. Mas também tenho que ser justo.

Não há nenhum governo, no presente e no futuro, que queira ficar sem a SATA. É que eu não consigo acreditar – vão ter que me dar a volta – que alguma vez vamos deixar de ter prejuízo na SATA, porque ninguém quer. Até a TAP foi-se embora. Chegou e foi-se embora.

Mas todo e qualquer governo vai ter que fazer de tudo para que a SATA não vá abaixo.

Todos os açorianos necessitam da SATA. Isso é uma certeza. Mas também sabemos que o tipo de serviço, pelo menos inter-ilhas, não é o melhor serviço nem o mais adequado para uma empresa que quer ganhar dinheiro.

Só que a SATA vai ter que continuar cá e o Governo vai ter que obrigatoriamente ajudar financeiramente a empresa, para que ela continue a fazer o serviço inter-ilhas. E é isso que este Governo está a fazer.

Mas dentro da realidade que temos, eu não acredito que a gente consiga alguma vez ter um saldo positivo na SATA. Mas sei que - e o PAN irá sempre defender como o fez no passado - não podemos alienar a SATA.

Ela é nossa e vai ter que prestar o serviço público, quando as outras companhias não vão querer fazê-lo.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições. E eu sei que já há alguns Srs. Deputados a olharem para o relógio, porque já atingimos a nossa hora regimental. Mas penso que ninguém se opõe, se não houver mais inscrições, que possamos votar este Projeto de Resolução.

Sendo assim, passamos à votação.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Projeto de Resolução nº28/XII apresentado pelo PSD, CDS e PPM foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Muito obrigado.

Vamos encerrar os nossos trabalhos.

Relembro aos líderes parlamentares e ao Sr. Subsecretário Regional que temos reunião da Conferência de Líderes.

Boa noite e até amanhã.

Eram 20 horas e 03 minutos.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Carlos Emanuel Rego Silva

Sérgio Humberto Rocha de Ávila

Partido Social Democrata (PSD)

Jaime Luis Melo Vieira

Centro Democrático Social/Partido Popular (CDS/PP)

Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira **Pinto**

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços **Estêvão**

A redatora: Ana Paula Lemos